

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

ANA CAROLINA DA SILVA SIMÕES

A INVENÇÃO DE UMA ESCRITA SINGULAR – DO ENDEREÇAMENTO DA
LETRA À DIREÇÃO DO TRATAMENTO EM UM CASO DE PSICOSE

RIO DE JANEIRO

2017

A INVENÇÃO DE UMA ESCRITA SINGULAR – DO ENDEREÇAMENTO DA LETRA À DIREÇÃO DO TRATAMENTO EM UM CASO DE PSICOSE

ANA CAROLINA DA SILVA SIMÕES

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica (Instituto de Psicologia), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. Sob a orientação de Ana Beatriz Freire.

RIO DE JANEIRO

2017

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro para a obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica. A invenção de uma escrita singular – do endereçamento da letra à direção do tratamento em um caso de psicose

ANA CAROLINA DA SILVA SIMÕES

Dissertação apresentada em: ____/____/____

Orientadora Prof^a. Dra. Ana Beatriz Freire
Universidade Federal do Rio de Janeiro

1^a Examinadora: Dra. Doris Rangel Diogo
Centro Psiquiátrico Rio de Janeiro

2^o Examinador: Dr. Fabio Malcher Martins de Oliveira
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2017

AGRADECIMENTOS

Aos meus pacientes, principal inspiração para essa escrita.

À Ana Beatriz Freire, pela oportunidade, pela orientação e pelo generoso acolhimento tanto na escrita quanto no Projeto Circulando.

À banca examinadora, Doris Rangel Diogo e Fabio Malcher, por terem aceito o convite para ler meu trabalho e pelas orientações valiosas na qualificação, que me fizeram apostar ainda mais na clínica.

Aos meus pais, pelo apoio e amor incondicionais e pela paciência ao longo de todo percurso.

À Ully, pela leitura cuidadosa e amizade sem igual.

Aos queridos amigos do mestrado, companheiros de angústias, conversas de bar e entusiasmo na escrita: Manoela Freitas, Camilla Kushnir, Michelle Pastorini e Luccas Trindade.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro provido.

CIP - Catalogação na Publicação

S588i Simões, Ana Carolina da Silva A invenção de uma escrita singular - do endereçamento da letra à direção do tratamento em um caso de psicose / Ana Carolina da Silva Simões. -Rio de Janeiro, 2017.
109 f.

Orientadora: Ana Beatriz Freire.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2017.

1. Clínica. 2. Psicose. 3. Endereçamento. 4. Escrita. 5. Estabilização. I. Freire, Ana Beatriz, orient. II. Título.

*“Existe... Um mundo entre
a palavra e a letra.”*
(Jacques Lacan)

RESUMO

SIMOES, Ana Carolina. A invenção de uma escrita singular – do endereçamento da letra à direção do tratamento em um caso de psicose. Rio de Janeiro, 2017. 109 f. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O presente trabalho tem por objetivo investigar o caminho para a estabilização na psicose, baseado em uma invenção singular. Partimos de um estudo de caso marcado pelo endereçamento empreendido pela paciente, tanto de seus escritos quanto de sua fala ao dispositivo psicanalítico. Estabelecemos a hipótese de que a especificidade de um trabalho endereçado reside na possibilidade de ser lido, como *carta* (lettre) que chega a um destinatário. Com isso, pode alcançar um sentido, um lugar e alguma possibilidade de estabilização para o sujeito. Desse modo, interrogamos se toda estabilização comporta em si algo da ordem de uma escrita. Com essa questão, três pontos se destacaram como eixos orientadores dessa pesquisa: a formulação do conceito de letra e suas implicações em relação ao estatuto da escrita; a noção de estabilização na psicose; e, por fim, o trabalho possível do analista nesta clínica. Enquanto encontramos, nas premissas do trabalho de Freud, a concepção do inconsciente como suporte para uma inscrição e como manifestação de uma escrita enigmática, acompanhamos, em Lacan, desde as suas primeiras elaborações, um enlace entre a linguagem e o inconsciente, extraíndo suas consequências até a década de 1970 – quando aborda a escrita da letra como o que faz nó entre os registros: Real, Simbólico e Imaginário. Reconhecemos que esse percurso permite a articulação entre escrita e psicose. Se Lacan inicia seu estudo da clínica da psicose a partir de uma retomada a Freud e à leitura das Memórias de Schreber, então, a partir desse caso, ao tratar da metáfora delirante como uma suplência para a não-inscrição simbólica da lei paterna, aponta para um processo de reparação a uma falha, a um déficit. Posteriormente, há uma virada em seu ensino, ao equivaler sintoma e Nome-do-Pai. Ele sustenta uma pluralização de soluções, remetendo a estrutura ao campo dos discursos e aos modos e estilos de um saber-fazer com o gozo – independente da estrutura. Recorrendo ao caso clínico, discutimos como o analista, atento aos estilos e invenções do sujeito, pode intervir para modular, circunscrever e apaziguar o gozo do Outro, que o invade.

Palavras-chaves: psicose, clínica, endereçamento, estabilização, invenção, escrita.

RESUMÉ

SIMOES, Ana Carolina. L'invention d'une écriture singulière – del'adressage de la lettre à la direction du traitement dans um cas de psychose. Rio de Janeiro, 2017. 109 f. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

L'objectif de ce travail est d'enquêter le chemin vers la stabilisation dans la psychose, fondé sur une invention singulière. Nous sommes partis d'un étude de cas marqué par l'adressage entrepris par la patiente, ses écrits aussi bien que sa parole vers le dispositif psychanalytique. Nous avons émis l'hypothèse où la spécificité d'un travail adressé réside dans la possibilité d'être lu, comme une *lettre* qui parvient à son destinataire. De cette façon, on peut avoir un sens, un lieu et une certaine possibilité de stabilisation pour le sujet. Ainsi, nous nous sommes interrogés si toute stabilisation amène en soie un aspect concernant l'écriture. À partir de cette question, on souligne trois points en tant qu'axes de cette recherche: la formulation d'un concept de lettre et ses implications par rapport au statut de l'écriture; la notion de la stabilisation dans la psychose; et, enfin, le travail possible de l'analyste dans cette clinique. Pendant que nous trouvons, dans les hypothèses de base chez Freud, la conception de l'inconscient comme un soutien pour une inscription et comme une expression d'une écriture énigmatique, on remarque chez Lacan, depuis ses premières élaborations, une liaison entre le langage et l'inconscient, en tirant leurs conséquences jusqu'aux années 70 – le moment où il traite l'écriture de la lettre comme le noeud entre les registres: Réel, Symbolique et Imaginaire. On reconnaît la liaison entre l'écriture et la psychose resultant de ce trajet. Si Lacan démarre ses études sur la clinique de la psychose sur l'horizon de Freud et de la lecture de "Mémoires d'un névropathe", alors, à partir de ce cas, on considère la métaphore délirante comme une substitution de la non-inscription symbolique de la loi paternelle, cela indique un processus de correction d'un défaut, d'un déficit. Ensuite, il y a un revirement en ce qui concerne son apprentissage, en mettant sur pied d'égalité le symptôme et le Nom-du-père. Il soutient une pluralisation de solutions, en soumettant la structure au domaine des discours et aux moyens et styles d'un savoir-faire avec de la jouissance – peu importe la structure. En faisant appel au cas clinique, nous avons discuté comment l'analyste, attentif aux styles et aux inventions du sujet, peut intervenir pour moduler, circonscrire et apaiser la jouissance de l'Autre, qui l'invahit.

Mots-clés: psychose, clinique, adressement, stabilisation, invention, écriture

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - Ao pé da letra	
1.1 - “ <i>Um espírito selvagem habita em mim</i> ”	15
1.2 - Um enigma, um rébus	20
1.3 - A letra do discurso	24
1.4 - La lettre volée	28
1.5 - Lituraterrar	36
1.6 - Escrita das pequenas letras	41
1.7 - Escrita como invenção	49
CAPÍTULO II - A invenção de um nome: considerações sobre a estabilização na psicose	
2.1 - Retorno desde fora	53
2.2 - O significante Nome-do-Pai	57
2.3 - O desencadeamento	60
2.4 - Psicose e delírio: é de resposta que se trata	66
2.5 - O caminho da estabilização	67
CAPÍTULO III - Escrita e leitura: o trabalho como montagem	
3.1 - <i>Primus inter pares</i>	75
3.2 - Sobre a transferência na psicose	79
3.3 - Endereçamento como carta	81
3.4 - Um enigma, uma enunciação	87
3.5 - O osso, uma pedra no caminho	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, pretendemos investigar os efeitos do endereçamento na clínica psicanalítica das psicoses, considerando sua função de estabilização e o possível estatuto de uma escrita para o sujeito. A motivação para este tema é fruto de um percurso que se iniciou com a minha monografia de especialização, construída a partir da análise de um caso de psicose atendido por mim, no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPUB/ UFRJ. A paciente, apesar de muitos anos de tratamento no hospital, não havia tido ainda nenhuma passagem pela psicologia, fora do contexto de internação. Elena – como chamarei a paciente –, meses após o início do processo de escrita e publicação de textos de sua autoria num jornal de circulação interna no hospital, aventou um pedido de endereçamento para mim na condição de sua psicóloga.

Minha hipótese é a de que a via de endereçamento e publicação no jornal possibilitou uma abertura para que Elena se endereçasse a uma escuta clínica. Após um ano de atendimento, as internações, que eram incessantes ao longo de 15 anos, ganharam uma importante escansão e mudanças significativas. Ela deu prosseguimento às publicações no jornal, assim como deu início a uma importante ferramenta que intitulou de *Testamento da Memória*, uma espécie de documento – sua *anamnese detalhada* –, forjado com o auxílio de minha mediação, para lhe servir de apresentação aos médicos, como uma narrativa de sua vida.

Foi, portanto, esse caso, que fomentou o desejo de investigar a questão da suplência na psicose a partir de uma solução singular. A aposta do presente trabalho é a de que, ao escolher alguém na posição de sua *psicóloga*, para ouvir e recolher suas histórias, Elena pôde se valer de sua palavra para apresentar a sua verdade. É Elena quem me autoriza a ler sua escrita – em seu tratamento – a partir do pedido inédito de escuta que me fez. Meu papel é acompanhá-la, acolhendo, “secretariando” e testemunhando seu discurso, através do qual inventa sua existência, sua origem e reconstrói seu lugar no mundo. Algo da ordem de uma criação de Elena – ao ser endereçado a alguém, no lugar de analista, e ao ser reconhecido pelo Outro – nos apontou para uma estabilização.

Com a leitura das **Memórias de Schreber**, Freud empreende um percurso para tratar do mecanismo psíquico da psicose, suas causas e diferenças em relação à neurose. Confere um novo estatuto e entendimento à fenomenologia delirante, diferente daquele adotado pela psiquiatria de sua época. Porém, ainda que tenha ressaltado a importância da transferência de Schreber com seu médico, não incluiu a psicose como um trabalho tangível à psicanálise, contraindicando a aplicação de seu método, mas deixando aberta a possibilidade de alguma mudança no futuro. Lacan, ao retomar a teoria de Freud sobre a psicose, retorna sobre essa “brecha” e, assentindo com a posição do pai da psicanálise, indica que o seu tratamento não poderia ser o mesmo daquele aplicado às neuroses. Ele orienta os analistas, contudo, a não recuarem diante da psicose, o que permitiu a construção de um novo campo na clínica.

Assim, Lacan também inicia seu estudo da clínica da psicose a partir de Freud e da retomada da leitura das **Memórias de Schreber**. A partir desse caso, irá tratar da metáfora delirante como uma suplência para a forclusão do Nome-do-Pai – operação responsável por situar o sujeito fora da ordem fálica, da chave significante, impedindo sua entrada no campo das significações compartilhadas, nos discursos estabelecidos. Nesse momento, Lacan aponta para um processo de reparação de uma falha, no que diz respeito à estrutura psicótica. Posteriormente, na década de 1970, irá considerar outras formas de suplência, tomando soluções mais singulares na amarração dos três registros; não mais com a neurose como paradigma ou a psicose como *déficit*.

Há uma virada em seu ensino ao equivaler sintoma e Nome-do-Pai. Ele sustenta uma pluralização dos Nomes-do-Pai e, assim, a questão de estrutura se remeterá ao campo dos discursos e aos modos e estilos de um saber-fazer com o gozo. Lacan define o sintoma, no **Seminário R.S.I**, como “*a maneira em que cada um goza do inconsciente, enquanto o inconsciente o determina*”. A metáfora paterna passa a ser mais uma, dentre tantas possibilidades de ciframento do gozo e, no tocante às psicoses, o sujeito é, então, convocado a um constante trabalho de reconstrução de laço com o Outro. Porém, cada caminho de invenção é contingente e singular na serzadura de soluções, vias, mediações e anteparos, para conter os excessos de um gozo do Outro, que se impõe de forma devastadora.

Todas essas proposições, juntamente com o estabelecimento do nó borromeano, estão relacionadas diretamente à tomada da clínica como uma clínica borromeana, das suplências, pontuada pelo real. Para todo sujeito, para além de sua estrutura, há sempre

uma impossibilidade de se representar na totalidade, de se dizer completamente. É diante desse ponto de impossível que cada um terá que inventar uma solução, com seus recursos subjetivos, para se escrever de forma singular.

Ainda no **Seminário 23**, em que Lacan dedica-se ao estudo da produção literária de James Joyce, ele irá abordar tal escrita como um modo singular de enlaçamento dos três registros, apartada da questão de produção de sentido. Joyce aponta para um saber-fazer com a letra. Lacan diz que ele se escreveu em sua obra; fazendo do nome, o *sinthoma*. Lacan se interroga: “Não está de modo algum definido que, com a psicanálise, vai se conseguir escrever. Para falar propriamente, isso supõe uma investigação do que significa escrever” (1975-76, pg. 143).

A partir dessas premissas quanto ao tratamento e à transferência na clínica das psicoses, assim como a função da escrita, uma pergunta se impõe ao presente trabalho: será que toda suplência carrega em si algo de uma escrita? É possível pensarmos sobre o estatuto dessa escrita? Gostaríamos de avançar para tratar do registro dessa escrita, sempre tendo no horizonte o caso clínico aqui estudado.

Entre tantas questões suscitadas por esse atendimento, minha investigação orientou-se para o endereçamento da letra e da função da escrita como apostas de seu processo de estabilização. Essa relação estabelecida nos aponta para dois relevantes impasses teóricos.

O primeiro deles refere-se ao registro, propriamente dito, da escritura. Para além de uma escrita em papel, estamos no campo da invenção de um pequeno, mas importante, ponto de basta. Há, no trabalho de Elena, uma tentativa de costurar simbolicamente esse real que a acossa. Podemos apostar que o trabalho empreendido por Elena ao longo dos anos – para dar conta de barrar o Outro *selvagem que lhe acossava sem cessar* –, se deu no ponto que este cessou por ter sido escrito?

Para além do endereçamento, houve uma legitimação de seu trabalho a partir de seu reconhecimento como escrita do sujeito, tanto por mim, quanto pela publicação do jornal, e por uma plateia significativa – como testemunhas – em uma entrevista pública que ela concedeu no âmbito do Hospital. É de uma escrita que se trata? Ao endereçar-se no laço transferencial, sua estabilização pôde alcançar uma dimensão de escritura? Qual o estatuto dessa escrita de Elena a partir do endereçamento da letra –

sua invenção delirante – à escuta analítica? Podemos falar de uma via para a sua estabilização?

O segundo impasse diz respeito ao uso do último ensino de Lacan. Até que ponto podemos nos valer, de forma paradigmática, da leitura de Joyce – essa experiência singular da psicose não desencadeada – para a clínica, de forma mais ampliada, e para o presente caso? É relevante destacar que não apostamos, aqui, na invenção de um sintoma, nem atribuímos a mesma função e efeitos aos escritos de Elena e à escrita decorrente do seu endereçamento àqueles alcançados por Joyce e destacados por Lacan. No entanto, com este estudo, Lacan pôde avançar para pensar a função do sintoma para além da metáfora significativa, como consequência do enlace entre letra e gozo. Ele nos indica uma escrita do nó, a partir do *objeto a*, que configura-se como inanalísável. É essa amarração que se colocará como escrita do sujeito. E é também essa hipótese que possibilita que nós o acompanemos em sua sustentação ética na clínica, de tomar a letra como cifra de gozo na escritura que o psicótico realiza. Podemos apostar, com isso, no trabalho singular empreendido por cada um, na tentativa de inventar uma amarração possível.

Para percorrer essas relações indicadas, marcamos, de partida, a soberania da clínica – uma vez que é, a partir dela, que podemos recolher os efeitos do endereçamento e da escrita para o sujeito na psicose. Os impasses clínicos constituem-se como guias, tornando mais viva a nossa investigação e pontuando, assim, as questões desenvolvidas. Desse modo, encaminharemos a dissertação tendo como início o caso clínico e alguns dos seus efeitos – que também serão abordados ao longo de todos os capítulos, costurando as questões apresentadas em cada parte.

Dividiremos o trabalho em três partes. O primeiro capítulo, dedicado a pesquisar o estatuto da escrita em psicanálise, acompanhando as premissas do trabalho de Freud na concepção do inconsciente como suporte para uma inscrição e como manifestação de uma escrita enigmática. Assim, também acompanharemos as lições do ensino de Lacan, desde as primeiras elaborações sobre o enlace entre a linguagem e o inconsciente, extraindo suas consequências até a década de 1970 – quando aborda a escrita da letra como o que faz nó entre os registros do Real, do Simbólico e do Imaginário –, assim como o que resiste a se escrever, remetido ao impossível da relação sexual. Entendemos esse caminho como um percurso indispensável ao trabalho para pensarmos na articulação entre escrita e psicose. Ousamos apostar nesse

capítulo que a especificidade de um trabalho endereçado é justamente a sua possibilidade de ser lido, como *carta* (lettre, uma letra) que chega a um destinatário e, com isso, pode alcançar um sentido, um lugar e alguma possibilidade de estabilização para o sujeito.

O segundo capítulo pretende investigar, a partir do percurso empreendido na obra de Freud e no ensino de Lacan, a noção de estabilização na psicose. Buscaremos percorrer a noção de *Verwerfung* em Freud e suas consequências, assim como a retomada de Lacan da clínica da psicose – até o **Seminário 23**, no qual, partindo da produção artística de Joyce em sua obra, avança em sua concepção do sintoma como metáfora, entendendo-o como escrita do gozo.

No terceiro capítulo, pretendemos estabelecer o enlace entre estabilização, invenção e transferência na psicose. A costura do capítulo se dá a partir do endereçamento da paciente ao dispositivo analítico, do manejo clínico empreendido, dos efeitos desse atendimento, até um significativo momento em que ela indica um ponto de impossível, de incurável ao tratamento – que tomamos como uma enunciação. Tal passagem nos leva ao questionamento sobre a direção e ao possível trabalho da psicanálise na clínica com pacientes psicóticos, considerando a transferência e o desejo do analista.

CAPÍTULO I – Ao pé da letra

“Eu queria pegar na semente da palavra”.

(Manoel de Barros)

Este capítulo pretende seguir as trilhas percorridas por Lacan, ao longo de seu ensino, para dar conta da questão da escrita em psicanálise. Estabelecemos um caminho um tanto árido, mas igualmente necessário e indispensável, para conseguirmos sustentar a articulação entre escrita e estabilização, a ser apresentada no segundo capítulo. Os textos escolhidos têm o intuito de um a um, avançar marcando uma diferença e um percurso. Com o estudo dos textos de Freud, pretendemos ressaltar o enlace entre escrita e psicanálise e a importância que os mesmos alcançaram, por se constituírem como um esteio para o ensino de Lacan.

O caso clínico abre essa pesquisa orientando o seu desenvolvimento e, no presente capítulo, marca o interesse pela letra e seu endereçamento na clínica. Perseguiremos a investigação de Lacan sobre o significante e a letra até a articulação desta última com a escrita e o gozo.

1.1 - *“Um espírito selvagem habita em mim”*

Como foi dito na introdução, Elena é uma paciente com longo tempo de tratamento no IPUB e com diversas internações. Porém, a demanda de endereçamento ao trabalho na clínica, promoveu efeitos e, rapidamente, o estabelecimento desse espaço como outra via possível para o seu tratamento. A partir de uma escuta e de uma posição que se esquivou de ocupar um lugar de saber ou de incidir sobre ela uma direção de cura (aos moldes da Psiquiatria), Elena foi convocada a comparecer com suas falas e se haver com uma parcela de responsabilidade sobre a sua situação.

Logo no início dos atendimentos, me anuncia: “Um espírito selvagem habita em mim”. Ela justifica boa parte de suas inúmeras internações como decisão própria, em uma busca para fugir dos ataques de tal *espírito* sob a salvaguarda do hospital. Esse espírito, que diz tomar a frente de sua vida e de suas ações, é cercado por um enigma

que acoberta sua identidade por meses, até que Elena possa me dizer que o espírito era, na realidade, a sua mãe.

Conta que sua mãe se tornou diabética e, com um apetite voraz, comia sem seguir as recomendações médicas. Tal fato causava inúmeras discussões entre as duas. Elena a acusava de não desejar se *curar*, não se importando em viver. A mãe é, então, internada em estado grave e Elena a acompanha nesse momento. Ela relata que, antes de morrer, sua mãe quis lhe abraçar, como um pedido de perdão, mas Elena lhe negou o abraço e, com ele, o perdão. Assim, sua mãe *lhe rogou uma praga* dizendo: “Você nunca será feliz”! Logo em seguida, afirma ter sentido um *sopro* assim que o *espírito* de sua mãe deixou o corpo. Diz que o *espírito* incorporou nela e só saiu depois do término de sua primeira crise. Conta que a praga *pegou pra sempre* e que ela está amaldiçoada e condenada a não ser feliz no amor. Ao sair do hospital, e *incorporada* pelo espírito da mãe, teve seu quarto invadido por espíritos para *currá-la* e *acoitá-la*. Elena, que era virgem nessa época, ficou muito perturbada com o fato, achando que tinha engravidado. Disse ter ido para o meio da rua, abaixado as calças e evacuado, achando ser um parto.

Após o acontecido, é internada.

Ao longo dos atendimentos, foi possível pensar sobre a importância do Nome Próprio para Elena e a função que esse vaticínio alcançou como desencadeamento - que abordaremos com mais detalhes no segundo capítulo.

Alguns meses após o início do tratamento e com a proximidade do Dia das Mães, Elena deixa de ir aos atendimentos, mas no Grupo de Reflexão – um importante dispositivo de que participa – e que é responsável pela produção do jornal **Cucas Frescas**, publica um texto que intitula de “Mãe” e trata sobre o tema do perdão.

É relevante ressaltar que, para Elena, o que provocou o vaticínio da mãe foi o fato de ter-lhe negado um abraço e, nesse gesto, o perdão. É justamente esse tema que o texto retoma, enfatizando que a mãe perdoa, mesmo o filho não merecendo e, em outro ponto, escreve a mãe como uma figura rejeitada. A maternidade também aparece como aquilo que é próprio de toda mulher, enlaçando de forma contundente a maternidade ao *ser mulher*.

Elena escolhe passar a comemoração dentro da Enfermaria, indo ao IPUB em um domingo. Dias depois, perde o nome. No Grupo, pede que a chamem apenas pelo número de seu prontuário, dizendo não ser mais Elena. Repete, incansavelmente, a

sequência dos números, em retificação a cada vez que a chamam pelo nome. Ao chegar ao Instituto, na semana seguinte, encontro Elena internada. Logo que eu entro na Enfermaria, pedem para que eu tome cuidado porque ela está *agressiva*. A médica utiliza-se de uma estranha ironia e nomeia Elena de *catiço da enfermaria*. Ainda que este termo tenha outras significações, ele foi utilizado e compartilhado por todos em seu sentido popular de *estar com o diabo no corpo*. É uma nomeação feita no momento em que este espaço estava vazio e Elena o toma como um excesso que a fixa em um lugar e uma referência: o catiço.

Parece importante destacar que se no início, eu pude tomar a fala de Elena como um enigma, tendo esse ato produzido efeitos na transferência; a médica, por outro lado, talvez não tenha podido suportar um vazio de sentido, encerrando a questão dando-lhe um nome.

Elena passa, assim, três semanas da internação falando sobre a hierarquia dos demônios e sobre as suas funções. Na maior parte do tempo, afirma ser “tomada” por esse demônio, conversando como ele.

Ao sair da internação, Elena retoma os atendimentos e me conta histórias sobre a sua origem, sobre o funcionamento do mundo, sobre a relação de homens e mulheres e também sobre sua *Missão de Vida*. Conta que, quando nasceu, foi deixada em um orfanato pelo fato de ter o corpo coberto de *bolinhas, varíolas*. Aproxima sua história à do orixá Omulu. Explica que o orixá, filho de Nanã, também nasceu com varíola e o corpo coberto de feridas, tendo sua mãe o abandonado à beira da praia porque não o quis. Iemanjá, orixá dos mares, apiedou-se de Omulu e tomou-o como filho, cuidando de suas feridas. Com o tempo, ele ficou curado, contendo em si a luz do sol. Ninguém podia olhar para ele, pois era dotado de extrema beleza – fato que o levou a cobrir-se com uma veste de palha. Elena diz que, tendo sido *curado*, o orixá adquiriu o poder de *curar*.

Por meio desse relato, é possível tocar dois pontos de extrema importância em sua narrativa: a luz e a cura. Elena diz ser uma pessoa das trevas. Conta sobre Deus ser exigente e rigoroso e *Lucifér* – que, em uma homofonia, traduz como *luz e fé* – ser mais condescendente. Diz ser da *turma* dele e atribui às crises aos momentos em que deixa de ser das trevas para ser de luz. Afirma que, sob o jugo de Deus, ela é como um robô ou planta – um objeto, portanto. A essa figura, ela contrapõe a de *Lucifér*. É curioso observar que é a esta figura que Elena recorre em seu delírio para se proteger de sua posição de objeto gozado de Deus.

Com o acirramento de sua relação com a médica, aos poucos vou ocupando uma função que ela nomeia de *mediação* entre as duas. Constata que o hospital mudou muito; que já não estão interessados em cuidar, só em medicar. Propõe que escrevamos nas sessões sua *anamnese detalhada*; uma espécie de documento para apresentar a todos os médicos que passarem por sua vida e, assim, ser ouvida. Intitula essa empreitada de “Testamento da Memória”. Utiliza, assim, esse instrumento da Psiquiatria, que ela acredita não incluir o seu saber, para forjar um outro, que lhe sirva e lhe represente. Cabe destacar, que um testamento é um documento que só pode ser estabelecido com a presença de uma testemunha. Ocupo, desta forma, esse lugar designado por ela, de testemunha de seu testamento.

Elena passa a frequentar um *Centro Kardecista*, como uma estratégia para separar-se da mãe de uma forma *serena*. Conta que os passes têm acalmado a mãe; que estão promovendo uma separação pacífica entre as duas. Diz estar à procura de um centro que tenha médiuns que psicografem para poder finalmente *saber o que a mãe quer dela*. É relevante apontar que se trata da leitura do desejo da mãe, a partir de um terceiro, que o escreverá. Mais uma vez, Elena pede que um médium – aquele que favorece a comunicação entre as pessoas e os espíritos, portanto um mediador –, se coloque de anteparo na relação entre ela e este Outro que a invade.

Pensando justamente nesse recurso de mediação aventado por Elena, busquei, como auxílio, a entrevista pública que Antonio Quinet, psicanalista e psiquiatra, desenvolve há anos no Instituto, como um projeto de pesquisa. Os pacientes são encaminhados pelas equipes clínicas, podendo estar internados ou em tratamento no Ambulatório. As entrevistas ocorrem diante de uma plateia que não intervém, apenas escuta. Ela é formada por psicólogos, médicos e demais profissionais de saúde do IPUB.

Na entrevista, Elena contou sobre seu *espírito selvagem*, sobre a relação com a mãe, a gravidez, o abandono e a vida no colégio interno, assim como seu envolvimento com o Candomblé e a busca de respostas sobre o desejo da mãe no *kardecismo*. Também falou a respeito de ser mais velha do que o mundo: *Sou da idade da Terra* – diz.

Na sessão seguinte, Elena chega com enormes óculos escuros. Está com o olho inchado e roxo e há hematomas pelo corpo, por ter brigado com o primo de quem falou na entrevista. Disse que contar tudo de uma vez, e não aos pouquinhos como faz

comigo, a abalou. Sentiu-se muito *mexida*, irradiando tal qual uma televisão assim que é ligada. Continua a afirmar que foi uma boa experiência; que nunca vai se esquecer dos olhos arregalados e do corpo de um psiquiatra que estava presente, se remexendo na cadeira. Ela o considera um *cético*. Fala que todos estavam lhe ouvindo falar e que o psiquiatra/psicanalista (Quinet) estava atento de verdade.

Recorri à entrevista como um auxílio, mas também por entender a peculiaridade da relação da paciente com a instituição, seus embates com o tratamento medicamentoso e suas queixas quanto à falta de escuta, sentindo-se tratada como um número de prontuário. Elena mostra-se muito animada desde o início. Diz que era tudo o que queria: “que um médico tivesse que ficar sentado lhe ouvindo falar”. Tive receio das consequências que a exposição pública pudesse provocar, mas Elena me deu notícias de que estas foram significativas, *reverberaram*. Seu efeito foi uma espécie de validação coletiva, da Psicologia, mas, sobretudo, da Medicina, na figura de Quinet, e na do outro médico supervisor - de que ela possui um saber que desconhecemos, mas que nos interessa e que possui valor. Quinet declara sobre Elena e seu *savoir-faire* com o real: “Elena é brilhante”!

Da entrevista, Elena conclui: “Agora sei porque escolhi você para ser minha psicóloga. Você, como o psiquiatra (Quinet), acredita em mim!”.

Acompanhamos seu processo de estabilização ao apresentar sua Missão de Cura: tornar-se *Mãe da Mãe*. Elena coincide o “ser mulher” a tornar-se mãe. Porém, o significante *Mãe da Mãe* é da ordem de um destino que confere sentido à sua existência; constitui-se como um compromisso de *evolução*. Apostamos, assim, na invenção de uma suplência como uma metáfora delirante e utilizamos o Esquema I, proposto por Lacan, para sustentar tal solução. Esse significante, *Mãe da Mãe*, no início foi vivido com um horror mas, aos poucos, Elena foi tomando uma parte nesse gozo, em uma “solução elegante”, como nos diz Lacan.

Elena afirmava que o não cumprimento dessa missão até os 40 anos a levaria à morte, como um fracasso. Tempos depois, Elena me anuncia que não vai mais morrer, mas tornar-se estéril. Acredita que a mãe possa ter reencarnado ou estar em vias de reencarnar e que sua Missão será cumprida ao adotá-la. Concluímos que esse cumprimento, em um futuro assintótico, substitui a morte iminente por um prolongamento de sua vida.

O eixo do nosso interesse partiu da publicação de seus escritos no jornal, dos textos que me pedia para escrever a partir dos seus ditados nas interações, da confecção do *Testamento da Memória* e do seu endereçamento ao dispositivo clínico. Podemos observar que todos os seus escritos são endereçados. É interessante contatar que muitos de seus textos no jornal foram intitulados de “Cartas” e, como Cartas, versam justamente sobre o endereçamento, dirigem-se a alguém marcando uma alteridade e uma separação. Nossa aposta é a de que seus endereçamentos alcançaram o estatuto de uma escrita ao encontrarem um ponto de reconhecimento, tanto na minha presença quanto por meio dos inúmeros dispositivos que inventou. Podemos pensar, com Lacan, em uma escrita a partir de uma serzidura simbólica que Elena empreende para dar conta desse real que a *acossa*? Para isso precisamos investigar o que Lacan entende como escrita do sujeito.

1.2 - Um enigma, um rébus¹

Ainda que Freud não tenha tratado especificamente do tema da escrita, este se faz presente em todo o percurso de sua obra com as recorrentes referências à literatura. Também no início de sua teorização, irá aproximar o aparelho psíquico a uma escritura e abordar o inconsciente como suporte para uma inscrição, relacionando, assim, escrita e inscrição psíquica e o inconsciente como manifestação de uma escrita enigmática.

Bem no começo dos seus escritos, ao iniciar suas formulações sobre o inconsciente e os mecanismos psíquicos, Freud escreve a Fliess, na **Carta 52** (1896/2006), sobre a memória:

Como você sabe, estou trabalhando com a hipótese de que nosso mecanismo psíquico tenha-se formado por um processo de estratificação: o material presente em forma de traço da memória estaria sujeito, de tempos em tempos, a um rearranjo segundo novas circunstâncias – a uma retranscrição. Assim, o que há de essencialmente novo a respeito de minha teoria é a tese de que a memória não se faz presente de uma só vez, mas se desdobra em vários tempos; que ela é registrada em diferentes espécies de indicações.

(FREUD, 1896/2006 pg. 281)

¹ Uma sequência ou combinação de desenhos, letras e cifras, que suscitam, através de um jogo de homofonia, que um enigma seja decifrado, formando uma frase ou palavra.

Utiliza-se, assim, da palavra retranscrição, fazendo referência a uma escrita para tratar da operação realizada na produção do registro psíquico. Freud também faz uso de uma série de letras – e seu rearranjo – para expressar um registro que se escreve e transcreve em diferentes tempos. Da primeira inscrição escreve – *W* [*wahrnehmungen*] –, como os neurônios em que se originam as percepções, ligadas à consciência, mas que “*não conservam nenhum traço do que aconteceu*”. Podemos tomá-los como traços de um primeiro tempo na constituição do sujeito. É seguida da primeira transcrição – *Wz* [*Wahrnehmungszeichen*] –, como traços de percepção, ou primeiro registro das percepções e que se “*dispõe conforme as associações por simultaneidade*”. Depois *Ub* [*Unbewusstsein*], segunda transcrição, como traços inconscientes, que “*talvez correspondam a lembranças conceituais*” e, por fim, *Vb* [*Vorbewusstsein*], como terceira transcrição, ou inscrição pré-consciente, ligada às representações verbais.

	I	II	III	
W	Wz	Ub	Vb	Bews
X X	X X	X X	X X	X X
X	X X	X	X	X
		X		

Freud ressalta que os diversos registros correspondem à realização psíquica em sucessivas épocas da vida e que estas exigem ser *transcritas* ao longo do tempo. Tais processos implicam em uma operação que ele chama de *tradução*. Afirma que, nas neuroses, há uma falha de tradução, presente no recalçamento. Estamos no campo da neurose, mas convém marcar que, desse registro da primeira transcrição, não se conserva traço algum e que o mesmo precisa ser reescrito para abrir possibilidade de inscrição de outros traços - a serem lidos apenas um tempo depois, a *posteriori*.

Lacan retomará a Carta 52 em seu texto **Lituraterra**, para apontar que o que Freud cunha por letra é, na verdade, o que mais se aproxima do significante - como veremos mais adiante.

Em **A Interpretação dos Sonhos** (1900/2006) – considerada por Freud como sua obra mais relevante – há um grande esforço de elaboração do aparelho psíquico

como um aparelho de escrita. Ele se utiliza de uma série de metáforas como texto, escritura, tradução, escrita pictográfica, para demarcar esse campo e seu funcionamento. Ao aproximar a elaboração dos sonhos à escrita egípcia e seus hieróglifos e às escrituras antigas, promove uma articulação entre letra e imagem e também a postulação do sonho como escritura. Vai estabelecer que esses não são feitos de imagens e, sim, que funcionam como uma escrita. O trabalho de leitura dos mesmos seria da ordem de um arranjo das letras, como a montagem de um quebra-cabeça, inserindo as imagens em um contexto de escrita para serem lidas. Indica a leitura dos sonhos – portanto como um texto –, como uma *escritura sagrada*, como um enigma a ser decifrado ou um *rébus*, como exemplifica:

O conteúdo do sonho, por outro lado, é expresso, por assim dizer, numa escrita pictográfica, cujos caracteres têm de ser individualmente transpostos para a linguagem dos pensamentos do sonho. Se tentássemos ler esses caracteres segundo seu valor pictórico, e não de acordo com sua relação simbólica, seríamos claramente induzidos ao erro. Suponhamos que eu tenha diante de mim um quebra-cabeça feito de figuras, um rébus. [...] Obviamente, porém, só podemos fazer um juízo adequado do quebra-cabeça se pusermos de lado essa crítica da composição inteira e de suas partes, e se, em vez disso, tentarmos substituir cada elemento isolado como uma sílaba ou palavra que possa ser representada por aquele elemento, de um modo ou de outro.
(FREUD, 1900/2010, pg. 303 e 304)

Ao longo de sua obra, nas retomadas desse texto, Freud irá sustentar o caráter de escritura na produção dos sonhos, assim como a condição de figurabilidade nesse enlace entre letra e desenho. Ao tratar o inconsciente como suporte para uma inscrição, Freud destaca uma forma, um modo de escritura, que se difere da produção de um texto coeso e com um sentido único. Essa indicação nos orienta para uma escuta atenta, igualmente à forma ou ao modo como o relato é feito em análise, mais do que para o seu conteúdo. O valor de sua indicação dos sonhos como via régia de acesso ao inconsciente irá nos permitir tomar a leitura dessa escritura sagrada a partir do que se destaca como letra, em sua dimensão real e enigmática do inconsciente.

Freud utiliza a escrita como paradigma para a construção de um modelo do aparelho psíquico. No texto **Uma Nota sobre o Bloco Mágico** (1925/2006), a escrita diz da estrutura do aparelho psíquico, ao mesmo passo em que nos apresenta o tempo como descontinuidade. Nesse texto, Freud aborda a escritura, não apenas no aspecto

do registro e da inscrição de uma caneta sobre a superfície de um papel, mas a relaciona à estrutura do aparelho psíquico. Logo no início, ele articula a escrita à memória e afirma que, para darmos conta de nossos esquecimentos e como um modo de auxiliar nossas funções mnêmicas, frequentemente recorremos a um bloco de notas ou caderneta – uma superfície destinada à escrita com tinta –, para registrarmos um traço de memória de forma permanente. No entanto, tal técnica traria duas desvantagens: a primeira seria a restrita capacidade receptiva da superfície de escrita, que é finita; a segunda, seria o próprio caráter do registro do traço, uma vez que, deixando ele de ter relevância, se conservaria, mesmo assim, de forma permanente no papel, como “memória”.

Como alternativa, sugere a escrita com um giz sobre uma lousa. Porém, ainda que a superfície tenha maior e infinita capacidade receptiva – porque suas anotações podem ser apagadas e outras escritas – ela apresenta a desvantagem de não preservar traço algum. Conclui que os dispositivos auxiliares para a nossa memória são imperfeitos, na medida em que nosso aparelho psíquico dá conta de realizar exatamente aquilo que estes outros são incapazes de fazer.

Interessa-se, então, por um divertido invento conhecido como Bloco Mágico – uma prancha de escrever em que, com um rápido movimento de suspensão da superfície de escrita, promove-se o apagamento dos traços. Eis a sua descrição:

É uma prancha de resina ou cera castanho-escuro, com uma borda de papel; sobre a prancha está colocada uma folha fina e transparente, da qual a extremidade superior se encontra firmemente presa à prancha e a inferior repousa sobre ela sem estar nela fixada. Essa folha transparente constitui a parte mais interessante do pequeno dispositivo. Ela própria consiste em duas camadas, capazes de ser desligadas uma da outra salvo em suas duas extremidades. A camada superior é um pedaço transparente de celuloide; a inferior é feita de papel encerado fino e transparente. Quando o aparelho não está em uso, a superfície inferior do papel encerado adere ligeiramente à superfície superior da prancha de cera. (FREUD, 1925/2006. Pg. 256)

Para escrever no bloco é preciso utilizar um estilete. Ele que causa depressões e marcas na superfície e, assim, constitui uma escrita. Contudo, pode-se facilmente apagá-la, levantando-se a folha. Freud afirma que esta camada de celuloide funciona, tal como em nosso aparelho perceptivo, como um escudo protetor responsável por

afastar estímulos prejudiciais vindos de fora. O que chama a sua atenção é o fato de que, embora a superfície do Bloco Mágico possa ser limpa e estar pronta para receber novas impressões, os traços registram-se de forma permanente, ficando retidos e cravados na prancha de cera, logo abaixo e, assim, podem ser lidos com iluminação adequada.

O Bloco funciona, para Freud, de forma similar ao modo como nosso aparelho psíquico desempenha a função perceptual: *“A camada que recebe os estímulos – o sistema Pcpt-Cs – não forma traços permanentes; os fundamentos da maioria ocorrem em outros sistemas contíguos”* (Idem, pg. 258).

No final, Freud diz serem necessárias duas mãos para o aparato funcionar: aquela que escreve e outra, encarregada de suspender a folha, de tempos em tempos. Há, desse modo, uma relação estabelecida entre escrita e apagamento. O espaço ilimitado de inscrição que o bloco permite, à semelhança do aparelho psíquico, imprime a noção de atemporalidade do inconsciente, ao mesmo instante em que a intermitência de registro e apagamento fornece uma temporalização do registro - Freud diz que tal intermitência é o que estabelece a origem para o conceito de tempo. Aqui, retomando também a **Carta** à Fliess, o tempo é marcado por período, intervalo, corte, descontinuidade e reescrita. O apagamento se constitui como condição de escrita e se articula a uma experiência do tempo, marcado pelo caráter de descontinuidade entre o risco e o traço – daquilo que se marca e um depois, com o seu apagamento. A escrita já aparece aqui, como uma leitura de marcas apagadas.

1.3 - A letra do discurso

Apoiado na aproximação estabelecida por Freud entre inconsciente e escritura, Lacan vai avançar para elaborar sua formulação do inconsciente estruturado como uma linguagem. Ele se interessa pelo estudo da escrita, desde o início de seu ensino e, para dar conta da escrita do sujeito, empreende um grande percurso onde desenvolve o conceito de letra. A partir da década de 1960, é possível acompanhar seus estudos para estabelecer a escrita do nome e o impossível de se escrever da relação sexual. Ele tratará da escrita estabelecida a partir do traço unário como via para inscrição do Nome-do-Pai – um ponto-de-basta basta entre significante e significado, que funciona

como um ponto de estofo ao deslizamento significante e instaura um ordenamento na cadeia e um lugar de representação do sujeito na linguagem. O Nome-do-Pai veicula o que Lacan designa de “enganchamento” em um dado ponto da cadeia, entre os dois termos, estabelecendo uma significação.

É possível, por esse ponto, pensar o caso abordado nesse estudo, apostando que a escrita de um ponto de basta parece apontar para uma estabilização, para uma parada em seu fluxo metonímico – que aqui, pôde ser assinalado no manejo clínico.

Avançando para a década de 1970, ele começa a delinear, como escrita possível do sujeito, aquela estabelecida pela letra, no litoral entre o Real e o Simbólico a partir da amarração dos três registros.

Em **Instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud** ([1957]1966/1998), retoma o texto freudiano para tratar da estrutura de linguagem do inconsciente, abordando a escritura a partir da fala. Ele diz que é da *letra do discurso* que se trata na **Interpretação dos Sonhos**, marcando seu trabalho de leitura como a via régia para o inconsciente. As imagens dos sonhos só possuem valor como letra, como parte de um sistema de escrita e, como tal, devem ser tomadas ao *pé da letra*.

[...] as imagens do sonho só devem ser retidas por seu valor de significante, isto é, pelo que permitem soletrar do ‘provérbio’ proposto pelo rébus do sonho. Essa estrutura de linguagem que possibilita a operação da leitura está no princípio da significância do sonho, da *Traumdeutung*.

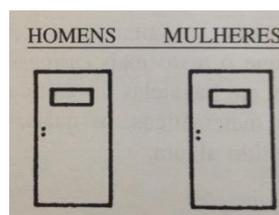
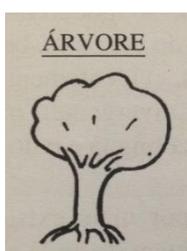
(LACAN, [1957]1966/1998, pg. 514)

Afirma que Freud se esforça para mostrar que o valor do significante da imagem do sonho nada tem a ver com sua orientação e que Freud nos guia nessa escrita onírica, tomando tal “ideograma” como letra, reafirmando que se trata de uma escritura enigmática. Localiza na *Entsellung* – transposição – uma condição da função do sonho, representada pelo deslizamento da cadeia significante “*sempre em ação (inconsciente, note-se) no discurso*”. (Idem, pg. 514)

Ainda que a letra esteja presente no título do trabalho, não há uma formalização das diferenças entre significante e letra nesse período. Logo de partida, Lacan irá tratar o tema da escrita e da letra a partir de sua abordagem do inconsciente e sua estrutura de linguagem. Pontua que a estrutura da linguagem precede o sujeito e utiliza-se do algoritmo S/s – significante sobre significado, com a barra separando os dois termos –,

para tratar da linguagem e para marcar que cada termo pertence a uma categoria distinta. Atribui o signo a Ferdinand de Saussure, ainda que o mesmo não o tenha escrito desse modo. Com efeito, ele não apenas utilizou os conceitos linguísticos de Saussure ou Jakobson, por exemplo, mas se apropriou dos mesmos, subvertendo-os, reconstruindo-os.

Diz que o significante, em si mesmo, nada significa, assim como nenhuma significação se basta. Por conta de uma insuficiência estrutural, é necessário que esta sempre se remeta a uma outra significação. Para trabalhar a questão da barra (*barre*, em francês), no algoritmo S/s, Lacan utiliza a ilustração clássica da árvore e logo a substitui pelo exemplo das duas portas idênticas de banheiro, cada uma com uma placa em cima:



Desse modo, ele duplica os nomes, criando duas distintas atribuições às portas dos banheiros, ainda que as imagens sejam idênticas. Diz usar tal recurso para mostrar a entrada do significante no significado. Afirma ser necessário abandonar a *ilusão* de que o significante possui a função de representar o significado, uma vez que a estrutura do significante está, justamente, no fato de ser articulado. Ele diz: “*Donde se constata que o texto mais carregado de sentido desfaz-se, nessa análise, em bagatelas insignificantes, só resistindo a ela os algoritmos matemáticos, os quais, como seria de se esperar, são sem sentido algum*” (Idem, pg. 501).

Destaca, como importante propriedade do significante, seu modo de organização em cadeia, em que apenas as relações estabelecidas de significante com significante podem produzir uma significação. Assim postula que o significante sempre antecede o sentido. Ele conclui: “*Donde se pode dizer que é na cadeia do significante que o sentido insiste, mas que nenhum dos elementos da cadeia consiste na significação de que ele é capaz nesse mesmo momento. Impõe-se, portanto, a*

noção de um deslizamento incessante do significado sob o significante” (Idem, pg. 506).

Com isso, se a significação não está em determinado ponto da cadeia, do mesmo modo, o deslizamento incessante destacado não indica que não haja algum sentido em jogo. Tal fato levaria ao erro, segundo Lacan, em uma busca por uma significação sempre “*para-além*”.

Retoma a palavra do primeiro exemplo, árvore (em francês *arbre*) e faz uso de um anagrama, chegando ao termo *barre* (em português, barra). Para trabalhar a questão da barra, mostra que entre o significante e o significado, tal recurso opera uma disjunção entre os dois termos. Afirma que a cadeia significante possibilita, justamente, que possamos nos servir de uma língua comum para dizer algo completamente diferente do que ela diz.

Lacan aproxima-se de Freud e toma o inconsciente como cadeia de significantes, que se repete e insiste. É a partir de sua elaboração do inconsciente *estruturado como uma linguagem*, que irá articular os mecanismos de condensação e deslocamento às figuras de linguagem metáfora e metonímia. Indica o funcionamento da estrutura metonímica a partir da *conexão* do significante com o significante, em relação de contiguidade, em que ocorre o deslizamento, aparentemente infinito, na cadeia, sem que emerja um sentido e um ponto-de-basta. Aproxima a metonímia ao próprio circuito do desejo e aponta para o fato de que, para aquele que fala, o objeto está para sempre perdido.

Já na estrutura metafórica, ocorre a *substituição* do significante pelo significante, de uma palavra por outra, na produção de sentido. A metáfora localiza-se no ponto em que a significação se dá fora do senso comum, por um *non-sense*, no que Freud denominou de chiste ou dito espirituoso (*Witz*), e “*onde se vislumbra que é seu próprio destino que o homem desafia através da derrisão do significante*”. (Idem, pg. 512) Ele aproxima a metáfora da criação e da poesia e, nesse momento, da produção de sintoma.

Com Lacan, a partir do que foi dito, podemos marcar o delírio de Schreber como um deslizamento metonímico que se dirigiu a uma tentativa de construção metafórica – como um ponto de basta, no estabelecimento da metáfora delirante. O que está em jogo na psicose é a forclusão do Nome-do-Pai; onde o significante comparece, para o

sujeito, no real, com a característica de não circular, não reenviando a uma outra significação. É o significante tomado como letra, que só remete a ela mesma.

Lacan diz que, para além da fala, foi toda a estrutura de linguagem que a experiência psicanalítica descobriu no inconsciente, destacando a *letra como seu suporte material* e suporte necessário ao jogo significante. É essencial marcar a importância dessa passagem, pois nos alerta que Lacan já atribuía à letra uma materialidade em relação ao significante; o que implica poder ser destacada e isolada na cadeia. A letra, já nesse período, pode comparecer fora das cadeias associativas, como uma redução mínima da dimensão da escrita. O que se coloca é que, o sujeito, como efeito da estrutura de linguagem, é impossível de ser todo representado. Com o avanço de seu ensino, tal constatação trará importantes consequências clínicas, uma vez que o trauma da linguagem estará para todos, independentemente da estrutura. Assim, tanto na neurose quanto na psicose, a letra é marca de que algo sempre escapa à representação.

1.4 - La lettre volée

No Seminário da **Carta Roubada** (1955/1966/1998), Lacan retoma a questão da materialidade. Ele coloca em relevo o estatuto da letra e da escrita na psicanálise, a partir da leitura do conto de mesmo nome, do escritor Edgar Allan Poe. Lacan afirma que **Escritos**, como título, é uma ironia e que se trata de relatórios ou “cartas abertas”. Justifica a abertura do Seminário com o artigo sobre a Carta Roubada, pois a carta em questão chega a seu destino após diversos desvios, sem que se tenha nenhum acesso ao seu conteúdo. E, completa, afirmando que os diversos filtros subjetivos da carta não são fruto de um mero “arranjo fortuito”, mas, antes, que o conto pertence à dimensão da linguagem.

Tal como Freud, Lacan utiliza-se do recurso literário para promover uma espécie de dobra em suas elaborações teóricas e clínicas. Sustenta que o uso de uma fábula é uma forma bastante apropriada para abordar a constituição do sujeito, sendo o sujeito consequência do significante. Além disso, aponta também para o fato da verdade possuir uma estrutura de ficção.

Ele marca que a carta/lettre da **Carta Roubada** deve ser tomada de modo diferente daquela colocada na **Instância da Letra**, sendo lida como uma epístola (do latim: mensagem escrita, texto, como carta). La lettre – em português, carta –, apresenta uma precisão riquíssima que não alcançamos em português, pois *la lettre* promove uma homofonia entre letra (lettre) e carta (lettre) e é desta equivocação que Lacan faz uso. Para esta pesquisa, tal precisão adquire maior alcance quando ele diz, no **Seminário 20**, que “*A letra, lê-se como carta. Parece mesmo feita no prolongamento da palavra. Lê-se, e literalmente*”.

Essa passagem constitui-se como uma fonte de inspiração para a presente pesquisa, assim como para a escuta do caso. Foi a partir dela que meu interesse pela escrita da letra se desenvolveu. Ela nos abriu uma via para a possibilidade de leitura da letra, que é o próprio fazer do analista; uma direção para o tratamento. Entendendo-a como letra/carta endereçada, não está destinada à comunicação e sua conseqüente compreensão, mas a uma leitura literal – no sentido de que esta articula os registros do real e do simbólico – dessa escrita que faz traço, rasura. É a perspectiva do “significante puro”, tomado como letra, que Lacan nos apresenta no Seminário da Carta Roubada, para além dos efeitos de significação. Ler uma letra no prolongamento da palavra é, desse modo, muito diferente de uma leitura dedicada à compreensão.

Lacan divide o conto de Poe em duas cenas. Na primeira, que determina advertidamente de primitiva, o acontecimento se dá na alcova real, onde a Rainha, sozinha, recebe uma carta de conteúdo enigmático, mas que, doravante, sua publicação poderia ameaçar a honra da mesma. Em seguida, entram em cena, na mesma alcova, o Rei e o Ministro. A Rainha não pode dar mostras de sua preocupação e embaraço e, desse modo, contando com a falta de atenção do Rei, descansa a carta em cima da mesa, deixando-a pelo avesso. Porém, tal ação é percebida pelo Ministro que, instantes depois, retira do próprio bolso uma carta semelhante. Ele finge ler seu conteúdo e, logo depois, a deposita displicentemente sobre a mesa, ao lado da missiva da Rainha. Com destreza, se aproxima da carta real e sai de cena, contando com que a Rainha nada possa fazer, uma vez que estavam na presença do Rei, mas certo de que ela sabe que ele possui a carta e que supõe um conteúdo que lhe ameaça em sua segurança. Nesse momento, Lacan destaca que o Ministro sai de cena e deixa um resto – a carta própria – no lugar da carta retirada. Mas um resto sem valor significante, podendo a Rainha fazer dela uma “*bolinha de papel*”.

A segunda cena – que afirma ser como uma repetição da primeira, uma insistência – se desenvolve na casa do Ministro. Após 18 meses de procura fracassada e intensa realizada pela corporação à casa do Ministro em busca da carta, o Inspetor de Polícia recorre a Dupin – talentoso na resolução de enigmas. Ao chegar na casa, Dupin é recebido com um exagerado tédio e indiferença, o que lhe dá certeza da presença da carta no ambiente. É desse modo que, ao percorrer o local, o olhar de Dupin é atraído para uma espécie de bilhete largado no porta-cartas sobre a lareira. Ele reconhece o disfarce forjado pelo dono da casa, mas nada faz no momento.

Dupin retorna apenas um dia depois, com a alegação de ter esquecido a carteira de cigarros e já tendo preparado de antemão um incidente na rua, para desviar as atenções do Ministro. No momento certo, recupera o documento, substituindo-o por um outro, seu “simulacro [semblante]”. Despede-se de forma casual, sem que o Ministro nada perceba. Porém, Dupin deixa algumas palavras escritas no lugar; são elas: *“Um desígnio tão funesto/ Se não é digno de Atreu, é digno de Tiestes”*.

Ao separar a narrativa da história em duas cenas, Lacan enfatiza os registros do imaginário e do simbólico nas relações intersubjetivas. Ele logo nos alerta para a intersubjetividade entre as duas cenas e corresponde às ações aos três tempos lógicos, ocupados pelos sujeitos. São esses três tempos que ordenam os três olhares, ocupados por três sujeitos.

Na primeira cena, o Ministro olha para a Rainha, que, por sua vez, olha para o Rei, que não olha nada. Este Rei, que nada vê, é visto pela Rainha, que vê que o Rei não a vê – e, com isso, pode jogar. Destaca-se, assim, que Rei e Rainha estão operando a partir de um registro imaginário especular. Já o Ministro, opera a partir do registro simbólico. Ele vê o jogo da Rainha, o engano com o qual ela lança mão e percebe a importância da carta, deslocando a significação da mesma. Destaca que, também a Rainha, ao possuir um papel definido, de subordinação ao Rei, tem, em consequência da carta, um outro lugar na cadeia simbólica.

Na segunda cena, Dupin não cai no engodo montado pelo Ministro, no invólucro imaginário com que este disfarça a carta, e, desse modo, pode se apropriar da mesma. Há, na costura desse conto, uma pregnância do olhar e da cegueira, enfatizadas no registro do Imaginário:

1º - O olhar que nada vê: é o Rei e a Polícia. Há uma cegueira concernente ao símbolo. Remete a uma alienação ao significante. O Rei, como a parte que mais deveria estar implicada no conhecimento da carta, é o que menos a vê. Também a Polícia, em sua procura exaustiva, não encontra *aquilo* que procura.

2º - Um olhar que vê que o primeiro nada vê e se engana por ver encoberto o que ele oculta: é a Rainha e depois o Ministro. Eles ficam enredados pela captura imaginária da relação especular que estabelecem, e, assim, cegos em relação a um terceiro personagem.

3º - É o que vê, desses dois olhares, que eles deixam a descoberto o que é para esconder, de forma que disso se apodere quem quiser: é o Ministro e, depois, Dupin. Como ladrões, são esses personagens que operam no registro simbólico, em posição terceira, deslocando a carta – não como simples objeto, mas em sua função de significante.

O deslocamento do significante na cadeia é o que o interessa a Lacan nesse momento, e o que dele se serve para confirmar o automatismo de repetição – extraído de Freud. Ele retoma essa relação, em respeito ao significante, marcando a importância de que, ao determinar a repetição do discurso, abre-se espaço para a questão de que o sintoma também se repete.

Com isso, Lacan reafirma sua premissa de que o inconsciente é o discurso do Outro, interessando-o, com o texto, observar a maneira como os sujeitos se localizam a partir dessa repetição intersubjetiva. Diz: “*Veremos que seu deslocamento é determinado pelo lugar que vem a ocupar em seu trio esse significante puro que é a carta roubada. E é isso que para nós o confirmará como automatismo de repetição*”. (Idem, pg. 18)

Lacan pontua que o primeiro diálogo – aquele que se realiza entre o Inspetor de polícia e Dupin – desenvolve-se como um diálogo entre um surdo e alguém que ouve. Isto representaria o que chama de uma verdadeira complexidade da noção de comunicação:

“Captamos, de fato, nesse exemplo o quanto a comunicação pode dar a impressão, na qual a teoria se detém amiúde, de só comportar em sua transmissão um único sentido, como se o comentário pleno de significação que lhe confere aquele que ouve pudesse, por passar despercebido àquele que não ouve, ser tido como neutralizado” (Idem, pg.20).

Ao trazer a dimensão do inconsciente estruturado como uma linguagem, introduz efeitos inesperados, fora do sentido e da comunicação. A dimensão da carta traz à tona algo que escapa. Ao apostar em um diálogo entre um surdo e alguém que ouve, Lacan nos indica que aquele que fala supõe um outro que o escuta, a partir de um compartilhamento de sentido. Mas a autonomia do significante implica que o sentido também desliza e não é o mesmo. Ele possui, em sua dimensão, o mal-entendido.

Nos parece oportuno retomar e pontuar uma passagem curiosa do caso, como um achado clínico, em que Elena questiona a linguagem, sinalizando o que esta não dá conta e que lhe escapa. Uma vez, ao ser novamente internada, diz que foi pedir “atenção”, mas recebeu “Atenção!” – e faz um gesto de batida de continência. Tal fato nos indica que, ao pedir algo, recebeu outra, apontando, assim, para a equivocação da linguagem, para o fato de que o significante não é em si. Desse modo, ainda que o tome ao *pé da letra*, ela também aponta uma subjetivação, ao pontuá-lo de forma espirituosa.

É o jogo significante, presente no conto, que determina as ações, posições e destino dos personagens narrados. A carta ultrapassa a função de comunicação, assim como o interesse por ela está para além de sua dimensão imaginária. Lacan vai enfatizar que seu conteúdo não entra em jogo nos efeitos que ela promove com o seu deslocamento – deslocamento este que aponta para a incidência da repetição na cadeia significante. O que se coloca é que cada personagem será definido pela posição que ocupa frente a ela; a posse da carta coloca os personagens diante do desejo que os constituem. Lacan indica a carta como o quarto personagem, o desejo. Diz tratar-se do símbolo a deslocar-se em estado puro, não podendo ser tocado sem que se enrede imediatamente em seu jogo.

Finalmente, Dupin entrega a carta à Polícia e recebe uma recompensa generosa, o que aumenta a curiosidade quanto ao bilhete deixado por ele ao Ministro, como uma “explosão passional” (pg. 42). Mais uma vez, Lacan destaca uma feminização como efeito da posse da carta, considerando que é a carta/letra que determina o curso, os papéis e o destino dos personagens, uma vez que, ao tomarem posse da mesma, “*é o sentido dela (letra) que os possui*”. O mesmo acontece em relação ao narrador e também ao autor e em nós, leitores, como atesta Lacan no apólogo: “*Sem que ninguém jamais tenha tido que se preocupar com o que ela queria*

dizer: destino comum de tudo o que se escreve”. Esta passagem confere uma dimensão importante para a clínica: aquilo que se escreve é justamente o que não se presta ao sentido e também é aquilo que pode localizar o sujeito. É por esse caminho que Lacan aborda a carta, a partir de sua dimensão de letra.

Lacan também aponta para o registro de materialidade da letra em sua relação ao objeto, ao utilizar-se da homofonia realizada por Joyce entre *lettre/litter* – que, em inglês, faz referência à sua condição de lixo, de resto, de dejetivo. Diz que: “*diferentemente deles [os objetos], ela estará e não estará onde estiver, onde quer que vá*”. Descreve, desse modo, a cena em que os policiais não reconhecem a carta como o objeto que procuram, uma vez que ela não se adequa ao sentido prévio que lhe atribuíam – aparecendo como que encoberta por uma roupagem de carta velha, diferente daquilo que buscavam.

E, com efeito, voltando aos nossos policiais, como poderiam eles apoderarem-se da carta, eles que a apanharam no lugar onde estava escondida? Naquilo que reviravam entre os dedos, que outra coisa seguravam eles senão o que não correspondia à descrição que tinham dela? A *letter*, a *litter*, uma carta, uma letra, um lixo. Fizeram-se trocadilhos, no cenáculo de Joyce, com a homofonia dessas duas palavras em inglês. A espécie de objeto que os policiais manipulam nesse momento, tampouco lhe revela sua outra natureza por estar apenas meio rasgada.
(LACAN, 1956/1998, pg. 28 e 29)

É também quanto à sua materialidade que podemos dizer que é da ordem de um destino, para além do envio de uma mensagem, que a carta trata. Lacan relaciona a materialidade à circulação do discurso, da cadeia. A carta circula entre todos os personagens justamente por ter essa natureza. É por ter uma dimensão material que ela pode ser manipulada, rasgada, deixada de lado, como lixo.

Continua, afirmando que a marcha dos acontecimentos não seria alterada pelo conteúdo do texto, uma vez que o sentido não é compreensível do mesmo modo para todos. Conclui que, não apenas o sentido da carta, mas o próprio texto dela, traria riscos à Rainha ao ser posto em circulação. Contesta o *scripta moment*, segundo o qual “*as palavras voam e o escrito permanece*”, propondo que as palavras ficam e os escritos voam, como atesta o trabalho analítico: “*Os escritos carregam ao vento as*

promissórias em branco de uma cavalgada louca. E, se eles não fossem folhas volantes, não haveria letras roubadas, cartas que voaram”.

Lacan relata o desconhecimento quanto ao motivo pelo qual o Ministro não usa a carta, porém, só lhe interessa o *efeito* desse não-uso. A carta, como significante puro, é assim instituída por seu efeito simbólico, sendo a sua detenção o que lhe designa poder. Ela não é usada, resguardando o seu poder apenas como potencial, ao que Lacan completa dizendo que o uso desta a desvaneceria.

Este mesmo texto é retomado no **Seminário 18 – De um discurso que não fosse semblante** (1971/2009), onde dá relevo ao tema da escrita. Nesse momento do seu ensino, busca situar o gozo em relação à letra e sustentar a inexistência da relação sexual. De fato, quando Lacan introduz a dimensão da materialidade da letra na escrita do significante, ele nos orienta para aquilo que o significante não recobre; o que escapa sem sentido e que constitui uma via para o tratamento do gozo. Ele caminha para uma escrita que fixa o gozo por uma debilidade de sentido e circunscreve o objeto, de modo a promover uma separação entre o sujeito e o Outro. Ele aponta para o impossível da relação sexual e nos auxilia na clínica da psicose, com uma indicação de um tratamento possível – pela via da letra, pelo que escapa ao sentido compartilhado, mas pode modular o gozo.

Diz que, ao falar sobre o lugar ocupado pelo detentor dessa carta, estava o tempo inteiro referindo-se ao falo, sobre a sua função, tal como articulado num dado discurso. A essa função, a carta apresenta-se como o símbolo de uma ausência, como o apagamento de um sentido unívoco, que se prestaria à comunicação. Também vai afirmar que o endereçamento de uma carta/letra relaciona-se diretamente ao gozo, que se constitui como elemento essencial à organização do discurso.

No primeiro texto da **Carta Roubada**, Lacan localiza como resto a carta deixada pelo Ministro no lugar onde estava a carta original (destinada à Rainha); um resto, portanto, sem valor significante e esvaziada de verdade. Na retomada deste, no **Seminário 18**, Lacan irá debruçar-se sobre o gozo da Rainha e a função de falo da carta. Para além da comunicação, a transmissão da carta/letra está relacionada, portanto, ao gozo.

Lacan destaca que a Corte Real funciona como uma ordem fundamentada no artifício e nas representações e, desse modo, evidencia a função da necessidade – ou aquilo que deve parecer “irredutível no real”. Trata-se de uma parcela de gozo

irredutível – na medida em que constitui uma parcela mínima que não pode ser sublimada e, por isso, a necessidade está remetida à exigência de satisfação sexual. Desse modo, a carta dá mostras da necessidade sexual da Rainha, e assume valor de signo de uma mulher, onde ela faz valer seu ser fora da lei, fora do campo das representações. Ele está apontando para a parcela de gozo que não se inscreve.

Assim, para finalizar, a carta dá mostras da deficiência da relação sexual entre o Rei e a Rainha e também indica a necessidade do gozo. Conclui que a carta não serve para uma relação sexual, mas para uma relação sexuada. A relação sexual não é *inscritível*, não produz escrita. O escrito, nos diz Lacan, é o gozo. Podemos pensar, com isso, que o endereçamento da carta/letra e os deslocamentos pelos quais ela atravessa acabam por promover uma escrita de gozo?

Lacan termina seu texto questionando-se sobre o que resta do significante, ao final, quando a carta sai das mãos do Ministro. Sua resposta, já estava colocada no início do Seminário, quando fala que, na comunicação intersubjetiva, o emissor recebe do receptor a sua própria mensagem, de forma invertida. Uma “*carta roubada*” ou “*não retida*” [lettre en souffrance] é uma carta que sempre chega a seu destino. Ao que posteriormente ele acrescenta que a carta chega ao seu destino no momento em que encontra o sujeito. Na verdade, um dos grandes trabalhos de Lacan nesse texto recai sobre a não-equivalência entre os destinos possíveis que uma carta pode tomar e a sua função de transmitir uma mensagem.

Supomos que essa materialidade da letra serve de suporte para a escrita, garantindo, para além das significações, uma localização de gozo. Pensando na clínica das psicoses e nas estabilizações, tomando em particular o caso aqui abordado, podemos considerar que os escritos de Elena publicados no jornal, assim como o documento que forjou com o meu auxílio, apontam para uma materialidade concreta e que, revestidos pela linguagem, alcançam uma inscrição a partir da Cultura, por sua circulação social e reconhecimento. Em outra dimensão, também a sua fala – endereçada igualmente a partir da letra, em sua materialidade, e, por localizar-se fora da cadeia, não reenviando a outras significações, mas configurando-se como uma redução do sujeito – também teria a função de servir como suporte para uma escrita que a localiza como sujeito, circunscrevendo um gozo e servindo de anteparo ao Outro.

Para aprofundar essa análise, é necessário avançarmos, com Lacan, para articular invenção e escrita como uma possibilidade de suplência.

1.5 - Lituraterrar

Na década de 1960, ao forjar o conceito de objeto *a* como objeto-causa do desejo – aquele que encarna, como resto, a irreduzibilidade da falta –, a diferenciação entre letra e significante se fortalece. Em **Lituraterra** (1971/2003), Lacan retorna a esta diferenciação entre os dois. Esse texto, que foi publicado tanto no **Seminário 18** quanto em **Outros Escritos** (1971/2009), é fruto de um convite recebido por ele para escrever sobre a relação entre literatura e psicanálise. A invenção da palavra que dá título ao texto é um chiste, inspirado em James Joyce e na homofonia por ele desenvolvida, em inglês, entre *letter* e *litter*. Esse chiste associa-se mais aos termos *lino*, *litura* e *liturarius* (como risco, mancha, apagar o que estava escrito), do que com a palavra *littera* – designando letra, relacionado à literatura.

Há, a partir desse Seminário, uma série de referências a Joyce. Lacan empreende um vasto estudo de sua obra para circunscrever o modo como o escritor faz uso da escrita e da letra em jogos e bricolagens com a língua, os sons e os sentidos. É esse uso que permite que Lacan avance para pensar sobre a letra, sua materialidade e a relação com o significante. Também é a leitura que Lacan empreende sobre Joyce que lhe permite uma virada tanto na teoria quanto na clínica psicanalítica. Por tudo isso, mais uma vez enfatizamos essa leitura como um instrumento para a pesquisa e para a nossa prática, e não supondo uma aplicação direta.

Lacan retoma **A Carta Roubada** para pontuar que a carta/letra, pelo relato de Poe, é bem distinta do significante que ela porta. O conto trata da transmissão da mensagem, sem que nada se saiba dela. Diz ser preciso se deter, mais uma vez, na função da carta/letra e no fato de que ela sempre chega ao seu destino. Neste momento, o fundamental – colocado por Lacan – é que a letra se escreve e o faz entre os registros do Simbólico e do Real, promovendo um litoral entre os dois campos. Ao se escrever, a letra promove uma escrita, como traço em que se pode ler um certo efeito de linguagem.

Lacan indica a função litoral da letra, como aquela que faz borda no furo do saber:

Não é a letra propriamente o litoral? A borda do furo no saber, que a psicanálise designa, justamente ao abordá-lo, não é isso que a letra desenha? O curioso é constatar como a psicanálise se obriga, como que de modo próprio, a reconhecer o sentido daquilo que a letra, no entanto, diz ao pé da letra, seria o caso de dizer, quando todas as suas interpretações se resumem ao gozo.
(LACAN, 1971/2009, pg. 109 e 110)

Em oposição ao termo fronteira – que designa a separação de dois territórios os quais sob a perspectiva de quem os atravessa são homogêneos –, Lacan escolhe o termo litoral para apontar a união e a diferenciação, ao mesmo tempo, de campos de naturezas diferentes. Situa a letra como litoral entre saber e gozo – portanto dois campos heterogêneos –, e acrescenta que é entre o saber e o gozo, entre o centro e a ausência – onde a letra faz litoral –, que ela pode tornar-se *literal*, a partir do que chama de *virada*, na composição desses heterogêneos, sustentada no movimento de repetição que constitui o inconsciente.

Do litoral ao literal é o que a letra escreve, o que ela marca. A literalidade aponta para a sua materialidade real como um núcleo, uma redução mínima possível do sujeito – a sua escrita singular. Da carta, como mensagem pré-estabelecida à sua abordagem como objeto – portanto passível de ser destacado, isolado e até manuseado (como no conto), há uma descontinuidade. Tal passagem é marcada por Lacan com o recurso da dimensão do literal.

Retoma a **Carta 52**, de Freud à Fliess – abordada no início deste capítulo –, dizendo ler nesta, a partir do termo *Wz*, *wahrnehmungszeichen* – forjado por Freud – algo muito próximo ao significante. E continua, pontuando que ainda que ele tenha se utilizado de duas letras, como traços da primeira transcrição (traços de percepção), estas não correspondem ao que Lacan cunha por letra, mas ao significante.

Diz que, ao recuperar da obra de Freud, a ideia das formações do inconsciente como efeitos de significante não propôs, de forma alguma, a primazia da letra em relação ao significante; assim como tampouco estimulou uma coincidência entre os dois. Ele define a letra como consequência do fato da *linguagem ser habitada por quem fala*. Sendo o inconsciente um efeito de linguagem e sendo-lhe esta uma

estrutura necessária e suficiente, Lacan se interroga sobre como o inconsciente comandaria essa função da letra, e é por esse caminho que ele avança para desenvolver essa diferenciação.

Para sustentar essa função de litoral da letra, como encontro de campos heterogêneos e conjuga-la com a ideia de rasura, Lacan evoca uma memória a partir de uma viagem ao Japão. Por meio de uma mudança de rota, sobrevoa a Sibéria e vê aparecer, por entre as nuvens, um escoamento de águas, sobre a qual acrescenta que fora o único traço a aparecer. Localiza o escoamento como *remate*, como justaposição do traço primário e daquilo que o apaga.

Que é o escoamento? [...] Compõe um buquê com o que distingui, noutra lugar, pelo traço primário e por aquilo que ele apaga. Eu o disse, na época, mas as pessoas sempre esquecem uma parte da coisa; eu o disse a propósito do traço unário: é pelo apagamento do traço que o sujeito é designado. Isso é marcado em dois tempos. É preciso, portanto, que se distinga aí a rasura. Litura, lituraterra. (LACAN, 1971/2009, pg. 116)

Rasura de traço algum que seja anterior, é isso que do litoral faz terra. Litura pura é o literal. Produzi-la é reproduzir essa metade ímpar com o que o sujeito subsiste. Esta é a façanha da caligrafia. (LACAN, 1971/2003, pg. 21)

Antes de comentar sobre os dois tempos destacados, faz-se necessário seguir as trilhas indicadas por Lacan no que se refere ao *traço unário*. Ele irá teorizar sobre o conceito no **Seminário 9 – A identificação** (1962), ao abordar a função da escrita no inconsciente e na constituição do sujeito. Usa como referência o conceito de traço único – *einzigster zug* –, que Freud designa em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, ao abordar o tema da identificação. Lacan o designa como marca primordial da produção do sujeito a partir do significante, uma vez que todo significante é constituído a partir do traço. Ele aponta o traço unário como marca no lugar do apagamento do objeto, se colocando com um traço distintivo – a partir do qual o sujeito pode se inserir no que nomeia de *série simbólica*.

Do mesmo modo, Lacan vai dizer que a escrita surge da imposição de uma bateria de traços diferenciais sobre a linguagem vocalizada. Tais traços seriam impostos sem que houvesse qualquer significação na linguagem, ou seja, a partir de

um apagamento de sentido e de uma imposição da bateria significante, que denomina de traço unário. Isso resultaria no advento da escrita, que nasce devido a um apagamento original, ao mesmo passo em que o sujeito assume uma identificação ao traço, tendo este traço perdido uma relação com o seu objeto de origem.

Lacan aborda a função do traço unário como uma escrita primordial na fundação do sujeito. Trata dos traços pré-históricos como marcas ou letras. Da mesma forma, trata a escrita como um conjunto de marcas que esperam para ser fonetizadas, desde que se entenda que tais marcas são desde sempre apagadas. O traço unário constitui-se, ao mesmo tempo, como marca inaugural do sujeito e também como apagamento do traço. Entende a escrita do traço unário como aquilo que funda o sujeito, assim como o que marca uma diferença.

Nos parece de extrema importância destacar que essas marcas, desde sempre apagadas, tornam-se uma escrita ao serem nomeadas. É o traço que, como letra, dá suporte à escrita. E isso também nos permite pensar que o dizer se escreve a partir da experiência analítica, que algo se escreve com a dimensão da fala não com o sentido, mas por uma veiculação de gozo.

Desse modo, tomando o conceito de letra como traço, Lacan a coloca como marca que faz furo e que também se apaga. Ao primeiro tempo, ele a assemelha à arte da caligrafia; no enlace que esta promove entre a letra e a pintura, no que chama de *façanha*. Ele destaca que rasura e caligrafia fazem referência a um apagamento, a uma perda anterior, funcionando como marcas de rastros do objeto. Já o segundo tempo seria o de apagamento desta relação estabelecida entre a marca e o objeto, instaurando, dessa forma, a relação do traço com outros traços.

Retomando o **Projeto para uma psicologia científica** (1895/2006) e o exemplo do **Bloco Mágico** de Freud, Lacan diz que a escrita não é impressão ou decalque do significante, mas, ao contrário, ela é, em sua metáfora, aquilo que choveu do semblante. Esse destaque à rasura remete justamente ao ato de apagar e tornar a escrever; remete a uma reescrita. Porém, é uma reescritura sobre um traço que não está lá. Afirma que o litoral funcionou nesse vôleio, por ser, literalmente, a experiência que o Japão possibilita pelo enlace entre pintura e letra na forma da caligrafia, presente na escrita oriental.

É pelo mesmo efeito que a escrita [écriture] é, no real, o ravinamento² do significado, aquilo que choveu do semblante como aquilo que constitui o significante. A escrita não decalca este último, mas sim seus efeitos de língua, o que dele se forja por quem a fala. Ela só remonta a isso se disso receber um nome, como sucede com os efeitos entre as coisas que a bateria significante denomina, por havê-las enumerado.
(LACAN, 1971/2003, pg. 22)

Ao dizer que a escrita não é impressão ou decalque do significante, mas sim seus efeitos de língua, Lacan aponta para a dimensão da letra como consequência do fato da linguagem ser habitada por aquele que fala. Diz que a imagem do ravinamento de águas não é uma metáfora, e sim, a própria escrita. Completa sinalizando que aquilo que se evoca de gozo na ruptura do semblante, é esse ravinamento de água que se apresenta no real.

Para Lacan, seria um erro tomar o caractere japonês por letra. É a letra, e não o signo, que serve de apoio ao significante. É sempre do discurso que a letra recolhe “*seja o que for na rede do significante*” e com isso faz escrita, no ponto em que é promovida à função de um referente essencial. Diz que é nisso que se modifica o estatuto do sujeito, onde este se apoia para além do traço unário – sua identificação fundamental. Assim, ao contrário do significante, a letra localiza-se fora da cadeia e, ao fazer-se referente, o faz de forma singular para cada sujeito – abrindo vias de escrita e de gozo igualmente únicos e singulares para cada um. O que se abre também, é uma via de tratamento do gozo pelo não-sentido, pelo que escapa ao significante.

Lacan acrescenta que o escoamento, ao se apresentar entre as nuvens, se produz numa conjugação entre a rasura e a sua fonte. Deste litoral que vira literal, aponta que o significante – em sua função, por excelência, de ser semblante –, ao ser rompido pelo escoamento, faz letra que se diferencia da rasura, provocando o que chama de ravinamento das águas – as marcas e os sulcos que cava no real. Lacan está se referindo à escrita. A letra, como rasura, rompe a dimensão de semblante e, neste ponto, emerge no real. Ele conclui que a letra – a escrita, portanto – está no Real e o significante, como semblante, no Simbólico.

Lacan afirma, ainda, que nada é mais distinto dos sulcos e marcas no real, cavados pela escritura, do que o significante – como semblante. O primeiro está

²Em francês: Ravinement. Refere-se a uma enxurrada, ou seja, um grande fluxo de água; grande quantidade de água que corre com violência; águas selvagens; aguaça; enxurro.

sempre pronto a acolher o gozo no vazio escavado pela escrita (1971/2009 pg. 24 e 25). O que se evoca de gozo quando a letra – como rasura – rompe a dimensão de semblante do significante, é justamente o ravinamento das águas, essa enxurrada que se apresenta no real.

1.6 - Escrita das pequenas letras

O **Seminário 20, *Mais, Ainda*** (1972-73/2008), se apresenta como um momento fundamental para estabelecer a função do escrito no discurso analítico. Logo no início da valiosa lição de 09 de janeiro de 1973, faz novamente referência aos seus **Escritos**, associando a sua publicação – portanto, o ato de tornar pública sua produção escrita – ao termo *publixo* (na tradução brasileira); uma publicação de restos ou o ato de jogar objetos em uma lixeira. É importante ressaltar, uma vez mais, que o estabelecimento de uma escrita não está destinado à compreensão.

É também nessa ocasião que acrescenta um Posfácio ao **Seminário 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise** (1964/1998), em que sustenta o “*escrito para não ler*” – apontando Joyce como escritor, por excelência, de tal dimensão. Introduce uma separação entre a leitura, como uma tentativa de apreensão e compreensão, daquela que busca uma explicação. À primeira, ele atribui à imposição de limites e de uma convergência para um sentido único. À segunda, ele diz que, diante de uma leitura que embaraça o leitor, apresentando-se como inapreensível, a tentativa de explicação (*ex-planare*) levaria a um desdobramento, a uma multiplicidade de leituras e a uma distinção entre os campos do significante e do significado. Assim, ler Joyce seria como escapar da busca da compreensão, em uma leitura feita também a partir de bricolagens – de “catar migalhas”³ – apanhando restos.

Voltamos então à frase: “*A letra lê-se como uma carta. Parece mesmo feita no prolongamento da palavra. Lê-se, e literalmente*” (1973/2008, pg. 32). Lacan propõe que o discurso analítico trata do que se lê para além dos ditos e dizeres do sujeito. Assim, nos indica que o ofício analítico “se especifica” pela função do escrito. Ele se serve de três letras fundamentais para explicar suas diferentes funções: primeiramente

³ Em referência à frase de Lacan de que “diante da arte somos catadores de migalhas” (Seminário 7, pg.283).

o *a* – objeto, que diz não ser mais do que uma letra; depois o *A* – o lugar do Outro – ao qual acrescenta o *S* (significante), cunhando, então, o *S* (*A*) – significante do lugar do Outro –, no que ele, como lugar da verdade, precisa ser barrado. Como lugar, diz Lacan, ele “não se aguenta”; há uma falha, um furo. É, então, em relação a essa perda, que o objeto vem a funcionar. Por fim, faz uso do Φ – o falo –, em sua função de significante e, pontuado por Lacan, de forma original, a partir da escrita.

Aqui, ele passa a dar ênfase ao que falha, à noção de ex-sistência, à impossibilidade de dizer tudo, integralmente. Também essa falha no Outro, como uma inconsistência, propiciou que ele avançasse e buscasse estabelecer o que, como nó, ata os registros do Simbólico, do Real e do Imaginário. Então, na lição de 15 de maio de 1973, Lacan vai abordar o uso do nó borromeano como escrita. Destaca uma importante diferença entre escrita e significante: “*A escrita não é de modo algum do mesmo registro, da mesma cepa, se vocês me permitem essa expressão, que o significante*”. Ele localiza a dimensão do significante a partir da linguística, sustentada pelo discurso científico. A Ciência introduz uma dissociação na fala, que produz uma diferença entre significante e significado. Assim, há uma divisão que incide sobre a espontaneidade da fala, na medida em que, quando falamos, a fala comporta um significado – e, de certo modo, o falar é mesmo sustentado pela função da significação.

Lacan afirma que a dissociação introduzida pela Ciência na dimensão do significante está ancorada no sentido auditivo do termo. Desse modo, faz alusão à ambiguidade presente na língua francesa – “*entendre*”, como ouvir/entender – pois aquilo que entendemos não tem relação alguma com o que isso significa. Conclui que “*o significante só se coloca como não tendo nenhuma relação com o significado*”.

Ao colocar a questão do que, em um discurso, se produz como efeito da escrita, Lacan indica que o significado não está relacionado à escuta. O que se escuta é o significante, sendo o significado aquilo que se lê a partir do que se ouve do significante: “*o significado é efeito do significante*” (Idem, pg.35). O que se coloca aqui, de modo distinto e original, em seu ensino, é a leitura da letra no significante que se ouve, ou o que de escrita pode ser lido a partir do discurso; e, no tocante à clínica e ao presente trabalho, o que se ouve do discurso endereçado. O escrito é, assim, efeito do discurso. Há também, o estabelecimento de uma distinção entre escrita e leitura.

Ele retorna à função da barra, já colocada no texto **A Instância da Letra e a razão desde Freud**, entre S/s (a escrita significante e o lugar do significado), para consolidar o que nos parece de absoluta importância: “*a barra, como tudo o que é da escrita, só tem suporte nisso – o escrito, isso não é algo para ser compreendido*” (Idem, pg. 40). A barra é o ponto que permite que se produza o escrito. E completa, dizendo que tudo o que é escrito remete à impossibilidade de se escrever da relação sexual como tal. É nisso que reside a produção da escrita como um certo efeito do discurso.

Lacan toma a linguagem em sua função de suplência à não existência da relação sexual, que encontra suporte na letra. É a letra que se escreve quando, desse significante ouvido, é possível um segundo momento – na prática analítica –, a leitura dessas letras. (Idem, pg. 54). Essa passagem é muito importante por relacionar a leitura das formações do inconsciente à noção de interpretação analítica.

Lacan nos indica a leitura de James Joyce para observar o seu jogo com a escrita e acrescenta que ele não é legível: “*O significante vem recheiar o significado*”. Os significantes se compõem, se engavetam, e, assim, produzem um significado enigmático. A este, Lacan aproxima o lapso – aquilo que pode ser lido de muitas maneiras, em análise. A dimensão de leitura, segundo ele, indica que estamos no registro do discurso analítico: “*O de que se trata no discurso analítico é sempre isto – ao que se enuncia de significante, vocês dão sempre uma leitura outra que não o que ele significa*” (Idem, pg. 43).

Recorre à teoria dos conjuntos, onde reúne-se em Um, coisas diversas, sem qualquer relação – heteróclitas – e designa-se tal ajuntamento por uma letra. Ele corrige afirmando que são as letras que constituem os ajuntamentos. Diz que elas *são*, e não que designam – “*são tomadas como funcionando como esses ajuntamentos*” (Idem, pg.53). O uso do *como* remete ao inconsciente estruturado como uma linguagem e não por uma linguagem. O inconsciente é, então, estruturado *como* os ajuntamentos na teoria dos conjuntos.

Parece-nos relevante nos determos por alguns momentos na dimensão clínica, que será retomada no último capítulo, para pontuar certas questões que serão importantes. Na Lição sobre o Saber e a Verdade, nesse Seminário, Lacan busca circunscrever o real para a psicanálise, a partir da formalização matemática. Entendendo-o como o que emerge no campo simbólico como um “impasse da

formalização”, de inscrição, podemos entender. Ele acrescenta que essa formalização matemática da significância é oposta ao sentido. Afirma que a análise tem a presunção de se constituir, em sua experiência, como um saber sobre a verdade – mas a verdade do sujeito. A esta, ele acrescenta, apoiado em Kant, que toda a verdade, é justamente o que não se pode dizer. Sendo sempre um semi-dizer, ou o não pode ser toda-dita. O gozo é um ponto limite à verdade, e só é possível evocá-lo a partir de um semblante, de uma aparência. Assim, se a verdade se apresenta na fala, ao dizer que os significantes nada têm a ver com os significados, Lacan nos apresenta uma vertente dos significantes para além do simbólico, indicando também a sua face real.

“É aí que eu não creio vão ter chegado à escrita do a , do S , do significante, do A e do Φ . Sua escrita mesma constitui um suporte que vai além da fala, sem sair dos efeitos mesmos da linguagem. Isto tem o valor de centrar o simbólico, com a condição de saber servir-se disso, para quê? – para reter uma verdade cônica, não a verdade que pretende ser toda, mas a do semidizer, aquela que se verifica por se guardar de ir até a confissão, que seria o pior, a verdade que se põe em guarda desde a causa do desejo”. (LACAN, pg. 100)

Para tratar da análise e do falo, que chama de “ponto chave” do que se enuncia como causa de desejo e da operação da escrita, ele recorre às modalidades lógicas de Aristóteles e atribui-lhes uma nova e original abordagem. São elas:

1. O *necessário*: aquilo que *não cessa de se escrever*. Aquilo que na fantasia e no sintoma não cessa de tentar se escrever, na repetição;
2. O *impossível*: o que *não pára de não se escrever* – aquilo que não pode se escrever jamais – a relação sexual.
3. O *contingente*: o que *cessa de não se escrever*. Ao que ele completa, dizendo que “*a aparente necessidade da função fálica, se descobre ser apenas contingência*”. É enquanto modo contingente que ela pára de se escrever, de se repetir – trata-se da inscrição da castração. (Idem, pg. 101).

O tema do Seminário discorre sobre o que ele chama de discordância entre o ser e o saber. Sobre o saber impossível, diz que, ainda que não possa ser demonstrado, pode-se ter acesso à única verdade acessível – localizada no *não saber-fazer*. Lacan volta a afirmar que se repete ao anunciar que não há metalinguagem. Com isso, ele

ênfatiza que não há linguagem do ser, pois este é apenas um “fato de dito” (pg.126). O *eu*, ele diz, não é um ser, mas um suposto a quem fala.

Há um deslocamento, da concepção do inconsciente enquanto verdade, para o inconsciente como saber. Diz que a fala só tem a ver com a solidão, no que se refere à relação que ela não se pode escrever. Remete à inexistência da relação sexual e à impossibilidade de escrevê-la. Ele diz: “*Essa solidão, ela, de ruptura do saber, não somente ela se pode escrever, mas ela é mesmo o que se escreve por excelência, pois ela é o que, de uma ruptura do ser, deixa traço*” (Idem, pg. 128).

Faz, ainda, referência à **Lituraterra**, usando a metáfora de que a nuvem da linguagem faz escrita. O fato de ser possível ler os riachos da Sibéria como traço metafórico da escrita, está *ligado-lido* ao que vai além do efeito da chuva, mas diretamente ao impossível de inscrever a relação sexual. Afirma: “*A escrita, então, é um traço onde se lê um efeito de linguagem. É o que se passa quando vocês garatujam⁴ alguma coisa*”.

Quando fala em garatujas, Lacan aborda o tema da dimensão, por onde introduz o nó e o furo e, assim, uma outra forma de escrita. Avança, passando dos matemas aos nós. Os primeiros, como uma tentativa de transmissão da psicanálise, que exigiam sempre uma significação para além de suas *pequenas letras*, algo para além do real. E, quanto aos segundos, Lacan diz que não se constituem como uma teoria, mas como um modelo destinado a *mostrar* o Real. É de uma redução que se trata, e é pela via da clínica que ele chega à sua topologia.

Lacan prossegue com a proposição de que, se o que corta uma linha é o ponto e esse ponto possui zero de dimensão, a linha será definida, portanto, como tendo ao menos uma dimensão. Do mesmo modo, a linha sempre corta uma superfície que será, por sua vez, definida como tendo duas dimensões. E como a superfície corta o espaço, este alcança três dimensões. A essa proposição, ele coincide com as características de uma escrita, relacionando-a a um modo de amarração. Ele faz alusão à *Banda de Moebius*⁵, ao propor uma dimensão que contempla uma topologia contingente ao sujeito do inconsciente. Ao apontar que a linha faz furo a partir do corte, diz que ela

⁴ Refere-se a algum rabisco, escrita. Desenho rudimentar, mal feito, normalmente sem forma, ilegível; ação ou comportamento de quem é bobo, tolo.

⁵ A banda de *Moebius*, é uma figura da topologia eleita por Lacan para indicar a transitividade do inconsciente. A fita de *Moebius* é unilátera e dotada de uma original torção. Não possui uma oposição absoluta entre o dentro e o fora, estando, estes lugares, estruturalmente em continuidade.

separa um interior e um exterior; porém há uma contiguidade entre os dois espaços e não uma oposição. É de uma dobra que se trata.

Define a escrita como aquilo que deixa de traço, a linguagem, e busca estabelecer a relação dela com o nó borromeano, enquanto uma “verdadeira rodinha de barbante”. O que ele propõe é que, a partir de um número indeterminado de rodinhas de barbante, ao cortar uma, todas as outras ficam livres e independentes. O nó é uma resposta para a fórmula que ele introduz: “*Eu te peço que recuses o que te ofereço, porque não é isso*”. Sendo o *isso*, o *objeto a*. O que se coloca é que todo pedido comporta a petição do objeto *a*, como aquilo que viria a satisfazer o gozo. Ele completa, dizendo que o objeto causa de desejo equivale à dobradura na rodinha de barbante e que põe em evidência a relação de reciprocidade entre sujeito e objeto.

Lacan afirma que o *objeto a* aparece como o que supõe de vazio em um pedido; que só pela metonímia – estabelecida pelas relações de contiguidade, em seu deslizamento – pode colocar em evidência o desejo que nenhum ser é capaz de suportar. Para o ser falante, a causa do desejo é, quanto à estrutura, equivalente à divisão do sujeito. Assim, para Lacan, o sujeito representaria para si os objetos inanimados em relação direta ao fato de não haver relação sexual. É em substituição ao Outro que os objetos comparecem como causa do desejo.

Diz que, tanto o objeto como o Outro, só se apresentam para o sujeito de forma a-sexuada: “*Tudo que foi suporte, suporte-substituto, substituto do Outro na forma de objeto do desejo, é a-sexuado*” (Lacan, 1972-73, pg. 135). Lacan aponta que a escrita dos nós seria a tentativa de fabricação de um substituto a esse Outro que falta, uma vez que os nós buscam representar o Um. Ele completa: “*A dita rodinha é certamente a mais eminente representação do Um, no sentido em que ela encerra apenas um furo*” (Idem, pg. 136).

O que se apresenta como escrita é aquilo que vem a fixar o objeto causa do desejo nesse furo; como uma costura, uma amarração. É o modo de amarração – a escrita – que se forja no cruzamento dos três registros. Lacan diz que o que se escreve é o gozo. É com os resíduos deste, que se escreve uma amarração.

Seguindo o Seminário, podemos acompanhar o esforço de Lacan em determinar a diferenciação entre saber e verdade. Ele toma o saber como enigma, que é presentificado pelo inconsciente, na enunciação, a partir do que se articula na fala

(como revelou o discurso analítico). Com Lacan, o trauma constitui-se como o encontro com a linguagem, como trauma da língua sobre o corpo. Ele propõe o termo *lalíngua*, situando-a, justamente, como fronteira entre o saber e a verdade. Pontua que *lalíngua* é a matéria prima do inconsciente que, de certo modo, ele opõe ao conceito de linguagem, ao que concerne à sua função de comunicação. Em *lalíngua*, trata-se de um fonema, um som, uma “lalação”, marcada pela falta de sentido. Por seu turno, Lacan define a linguagem como aquilo que o discurso científico elabora para dar conta de *lalíngua*. A propósito, esse termo, *lalíngua*, foi cunhado em alusão a um filósofo francês chamado Lalande, que organizou um popular dicionário em seu país.

No começo de seu ensino, Lacan apresenta o campo da linguagem a partir da função da fala e sua articulação com o sujeito do inconsciente. Já na fase final, utiliza o termo *falasser* para destacar que todo sujeito do inconsciente implica uma fala. Esta fala, como veículo de gozo, corresponde a uma forma de satisfação do corpo falante. Com isso, gozo e linguagem alcançam uma nova articulação a partir do conceito de *lalíngua*. Se a palavra é a morte da coisa, *lalíngua* acaba por veicular a morte do signo, uma vez que sempre aponta para o real, para o fora de sentido.

Lalíngua, como a língua materna, nos afeta pelos efeitos de afeto que ela comporta e esses efeitos estão para além do que o ser falante é capaz de enunciar. Lacan diz que o inconsciente, como é feito de *lalíngua*, testemunha um saber que em muito escapa ao ser falante. O inconsciente se constitui como um saber-fazer com *lalíngua*. Também a linguagem é feita de *lalíngua*, é como uma elucubração de saber sobre ela. Porém, o saber-fazer com *lalíngua* do inconsciente, ultrapassa a linguagem, que já não é destinada apenas à comunicação – como também nos atesta discurso analítico. Lacan escreve: “*Se eu disse que a linguagem é aquilo como o que o inconsciente é estruturado, é mesmo porque, a linguagem, de começo, ela não existe. A linguagem é o que se tenta saber concernentemente à função de lalíngua.*” (Idem, pg. 149).

Neste **Seminário 20** (1972-73), Lacan diz: “*O real, eu diria, é o mistério do corpo falante, é o mistério do inconsciente*”. Utiliza-se, então, da expressão *falasser* (parlêtre), dizendo substituir o inconsciente de Freud:

O gozo fálico, em contrapartida, situa-se na conjunção do simbólico com o real. Isso na medida em que, no sujeito que se sustenta no *falasser*, que é o que designo como sendo o inconsciente, há a capacidade de se conjugar a fala e o que concerne a um certo gozo, aquele dito do falo, experimentado como parasitário, devido a essa própria fala, devido ao *falasser*. (LACAN, 1975-76, pg. 55)

Propõe que, ao nascer, o sujeito nasce imerso em um banho de linguagem, sendo esse entendido como um parasita, um corpo estranho. Assim, diante do trauma com o real, cada um de nós terá que inventar o Outro que não existe, que não está dado. O inconsciente é tomado a partir da fala, mas esta não é entendida como anterior ao sujeito – ao contrário –, o que leva Lacan a postular que “*a linguagem é habitada por quem fala*”. Essa leitura também tem importantes consequências na clínica.

Gostaríamos de propor uma aproximação entre a frase cunhada por Lacan no **Seminário 3 – As psicoses**: “*Se o neurótico habita a linguagem, o psicótico é habitado, possuído, pela linguagem*” (LACAN, 1955-56/2002, pg. 284), para apontar para uma linguagem propriamente selvagem, sem a regulação de uma lei. Esta passagem se aproxima da própria fala de Elena, que deu início ao seu tratamento: “Um espírito selvagem habita em mim” – assim como posteriormente, quando, em uma internação, ao ser nomeada como “o catiço da enfermaria”, tem novamente seu corpo invadido e possuído por uma série de demônios. Com Lacan, podemos concluir que o sujeito psicótico estabelece uma relação com o significante, em seu aspecto de significante puro – como ele diz, que implica em uma exterioridade. E prossegue afirmando que tudo o que o sujeito constrói são reações de afeto a essa relação singular, que exige intenso trabalho. Miller, no texto **A invenção do delírio**, retoma essas proposições para abordar as invenções que os psicóticos podem vir a empreender, dizendo ser um trabalho que concerne ao que o sujeito precisa para saber-fazer com tal traumatismo.

Em uma conferência apresentada em Roma (1975), que ficou conhecida como **A Terceira**, Lacan promove uma nova formulação entre gozo e linguagem, a partir de *lalíngua*. Ao tomar o sujeito com o termo *falasser*, aposta na fala menos como um meio de comunicação e mais como veículo de gozo. Desse modo, a interpretação não deve visar o sentido e sim, deve jogar com o equívoco. Conclui que é por esse motivo que destacou a importância de *lalíngua* e é sobre ela que a interpretação deve operar.

Avança dizendo que não é porque o inconsciente é estruturado como uma linguagem, que *lalíngua* tenha que jogar (*jouer*) contra seu gozar (*jouer*). *Lalíngua* é feita mesmo do gozar, e, com isso, indica que a morte do signo que ela veicula é justamente em decorrência do fato de rejeitar um sentido hermético, fechado, do signo,

e trabalhar com o fora de sentido, o non-sense, o real. *Lalíngua* veicula aquilo que a linguagem rejeita.

O que Lacan parece colocar em jogo é que, para além do dicionário, em uma frase, qualquer palavra pode adquirir qualquer sentido. Ele se interroga: “Onde parar na frase? Onde achar a unidade elemento?” (1975, pg. 12). Então, para dar conta da unidade do significante, Lacan retoma a dimensão do sintoma, entendendo-o como o que, vindo do real, subverte o sentido. Assim, ele aponta que a interpretação deve visar o essencial no jogo de palavras, para não alimentar o sintoma com o sentido. A esse significante-unidade, corresponde à letra e acrescenta que esta não existe sem *lalíngua*. Pergunta-se, então, como *lalíngua* pode se precipitar na letra.

A resposta que ele dá é justamente que ela se precipita pela interpretação. Se, ao dizer que um significante representa um sujeito para outro significante, tal premissa poderia conduzir a uma via de trabalho de decifração visando a um sentido final de significação, Lacan alerta para outro caminho. Afirma que:

O deciframento se reduz ao que constitui cifra, ao que faz com que o sintoma seja o que não cessa de se escrever do real, e que, se vamos domesticá-lo até o ponto em que a linguagem possa equivocá-lo, é por meio disso que o teremos ganho o terreno que separa o sintoma do que vou mostrar-lhes através dos meus pequenos desenhos. (tradução nossa).

O que ele parece propor nessa articulação é que *lalíngua* se precipita na letra, daquilo que se cifra, a partir do trabalho de deciframento. Podemos entender a cifra como o que afeta *lalíngua* na medida em que opera uma redução mínima de pequenas letras ou pequenos desenhos. O que faz cifra não é o que conduz a uma outra significação, mas sim a redução ao que é da ordem da letra. Será justo o que se escreve?

1.7 - Escrita como invenção

No **Seminário 23 – O Sinthoma** (1975-1976/2007) Lacan revela que a escrita o interessa por acreditar que seja por pedacinhos dela que podemos acessar o real;

sendo a escrita de letrinhas matemáticas, aquilo que faz suportar o real. Ele diz: “*a escrita pode ter sempre alguma coisa a ver com a maneira como escrevemos o nó*”.

Nesse momento, vai se interrogar sobre a singularidade de uma escrita a partir do estudo da produção literária de James Joyce, que toma como um enigma. Na clínica, podemos acompanhar variadas formas de soluções psicóticas que se relacionam com a escrita. Porém, ali, a escrita, mais do que uma possibilidade de estabilização, é tomada por Lacan como um caso por excelência, de suplência a partir de uma invenção única.

Ao escrever o texto “Joyce, o Sintoma”, Lacan diz dar ao escritor seu nome próprio, com o qual ele se reconheceria na dimensão de uma nomeação. O sintoma, como nome – que Lacan localiza a partir do que Joyce dá testemunho na sua escrita –, indica a invenção/construção do nome próprio através de sua arte. Ele diz: “*Joyce, como escritor, por excelência, do enigma, não seria consequência da serzidura tão malfeita desse ego, de função enigmática, de função reparadora?*” (Lacan, 1975-1976/2007, pg. 150).

Ele vai pontuar que, ao afirmar que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, causa estranheza que Joyce seja tomado como o que chamou de *desabonado do inconsciente*. Mas justifica dizendo que, apesar de Joyce jogar exclusivamente com a linguagem, esta estaria reduzida ao sintoma, no que diz respeito aos seus efeitos. Isso nos confere uma precisão, ao nos orientar quanto à proibição de jogar com os equívocos do texto. É numa espécie de dissolução da língua que Joyce trabalha exaustivamente, palavra a palavra através de decomposições, recortes, rasuras e bricolagens.

Lacan aborda Joyce, o sintoma, como sintoma puro, não analisável, escrita do gozo. Ele aponta o gozo como a única coisa que do seu texto é possível pegar, e localiza, nesse ponto, o sintoma. Afirma que Joyce lidou com a letra para além das significações, como gozo puro, o que significa ser uma escrita com *lalíngua*, como uma *gozação*, em um jogo com a língua inglesa utilizando a palavra joy (gozo) e gozo (jouissance) – e que tal já aparece em seu nome (Joy)ce. Lacan conclui que o sintoma é aquilo que concerne à *lalíngua* e que o feito de Joyce foi elevá-lo a uma potência de linguagem, sem que, com isso, pudesse ser analisável.

A partir desse momento de seu ensino, da clínica borromeana calcada no Real, Lacan passa a considerar outras possibilidades de fazer suplência à falha de significante, apostando em soluções mais singulares na amarração dos registros. Ele avança para promover uma distinção quanto ao pai como nome e o pai como aquele que nomeia, apostando no pai como quarto elemento do nó – o que em Joyce, aparece como *sinthoma*, sua arte. É pela via do nó que Lacan diz que algo se escreve.

Logo no início do Seminário, na primeira lição, Lacan aborda o efeito da castração sobre o gozo da falação do parlêtre – em francês, a partir da combinação entre falar (*parler*) e ser (*être*) – ou *falasser*. Diz ser necessário que não cesse a falha, a falta primordial, o *sin* (pecado) – exceto em termos de escrita –, ao sofrer o *efeito* da castração como possível: é o que cessa de se escrever. Algo que, nesse gozo, pára de se escrever (pg. 14). Porém, aqui, Lacan introduz uma vírgula. O possível, segundo ele, é o que cessa, de se escrever. Ao fazer uso dessa vírgula, como uma partícula da própria escrita, ele o faz em sua língua-mãe, o francês. Assim, é preciso consideramos que nesta, o uso da preposição *de* também possui o valor de causa. No original, a frase *cesse, de s'écrire* poderia ser lido de modo que o cessar seria causado pelo fato de escrever-se, como um cessa, por se escrever; cessar por ter sido escrito. Ele diz: “*que cessaria de tomar o caminho de escrever, no caso em que adviria, enfim, o discurso que evoque; o tal discurso que não seria da ordem do semblante*”.

Miller vem em nosso auxílio, nesse momento de difícil entendimento, para explicar no texto **La conversation d'Arcachon**, que, pelo fato da relação sexual não se escrever, é que cada um de nós se coloca em posição de escrever algo que esse encaixe no lugar em que esta deveria ser encontrada. Ele aposta que é esta escrita que serviria de suplência.

Ele faz alusão ao seu **Seminário 18**, onde, partindo da premissa de que o discurso é *semblante*, se interroga sobre o que se trataria ali, “*onde isso não fosse semblante?*”. Tomando o inconsciente estruturado como uma linguagem, seu discurso concerne à “*emergência de uma certa função do significante*”, que aponta para a tentativa de conferir um sentido, uma significação, uma aparência qualquer à inexistência da relação sexual – pelo próprio princípio do *semblante*. Porém, o que Lacan coloca é a dimensão do impossível, do real que não é possível recobrir.

Na sequência de sua alusão ao **Seminário 18**, Lacan separa, radicalmente, o inconsciente como *savoir-faire* – um saber-fazer com a letra e o real – e a verdade

como um possível produto do inconsciente. Mais adiante, sobre a escrita de Joyce, Lacan diz que o autor pode tocar o real com a sua escrita, mas não a verdade. Seu texto joga com enigmas incontáveis, colocados, segundo Lacan “*exatamente como em minhas histórias de ossobjeto, de mentira, de diz-mensão, e por aí vai (...); o enigma (...) é uma questão de enunciação. E a enunciação é o enigma elevado à potência da escrita*”. Neste texto do Seminário, ao retomar sua noção de enigma, afirma que o faz em termos de enunciação e significado. Toma, assim, o enigma como uma “*enunciação da qual não se acha o enunciado*”.

Com esse percurso estabelecido por Lacan, e que retomamos aqui, pretendemos caminhar para pensar a clínica com a psicose e na aproximação entre enunciação e escrita, assim como entre escrita e suplência. Se Joyce se estabelece como um escritor do enigma e, nessa escrita, forja/escreve seu próprio ego, algo parece cessar, por se escrever. Essas indicações nos permitem prosseguir para tentar circunscrever o que se escreve da letra por efeito do endereçamento; como no caso aqui trabalhado. Com isso, a escrita, como efeito de uma amarração, como um saber-fazer possível com o gozo, nos dá uma dimensão do fazer singular de cada um, independente da estrutura. Este tratamento do gozo é uma aposta do que o trabalho com o analista pode facilitar, ao conferir ao endereçamento da letra um estatuto de escrita.

CAPÍTULO II – A invenção de um nome: considerações sobre a estabilização na psicose

“Tudo que não invento é falso”

(Manoel de Barros)

Abordaremos nesse capítulo a estrutura psicótica, percorrendo o mecanismo de *verwerfung* e de forclusão do Nome-do-Pai, buscando circunscrever a constituição do sujeito na psicose. Tal desenvolvimento visa investigar o processo de desencadeamento até os modos e estilos que o sujeito empreende em suas estratégias para reconstruir as significações de mundo. Entendemos que aquilo que ocorre na forclusão articula-se diretamente ao trabalho de reconstrução subjetivo que pode resultar em uma estabilização.

Costuraremos esse capítulo ao caso. Buscaremos estabelecer como o endereçamento do trabalho ao campo clínico pode sustentar um processo de estabilização, ao tomarmos a construção delirante como escrita do sujeito.

2.1 - Retorno desde fora

Freud, mesmo contraindicando o tratamento analítico aos pacientes psicóticos, não deixou de realizar uma rigorosa pesquisa sobre tal estrutura desde os primórdios de seus estudos. Ele concebe o aparelho psíquico regido por afeto e investido nas representações. Entende que as representações das coisas se estabelecem como registro no inconsciente. Assim, tanto as representações das coisas, quanto as representações das palavras são investidas energeticamente no aparelho psíquico, constituindo, desse modo, a representação do objeto que pode ser usada pela linguagem e pelo pensamento. No entanto, essa relação estabelecida entre as representações de objeto – de registros inconscientes e conscientes, podem se apresentar de formas muito particulares.

Freud desdobra a representação consciente do objeto nessa representação superinvestida da coisa, por meio da representação da palavra correspondente a esta. Ele destaca que, na psicose, tal investimento das representações das palavras fica

retido, de modo a definir a psicose como consequência de um mecanismo radical de defesa do inconsciente.

Em 1894, no artigo **As neuropsicoses de defesa**, Freud usou pela primeira vez o termo *verwerfung* – como rejeição. Destaca tal mecanismo como um modo de defesa muito mais consistente e eficaz do que aquele realizado na *verdrangung* – o recalque – característico da neurose, como a operação do eu contra uma representação intolerável.

Retorna tal ideia no **Rascunho H** (1895) à Fliess, em que determina como o objetivo da paranoia, a rejeição da representação incompatível e a projeção do seu conteúdo para o exterior. Ele pontua também que, apesar da projeção ser um mecanismo comum a todos, o específico da paranoia seria sua aplicação exclusivamente como defesa. Ele classifica a paranoia como um modo patológico de defesa do inconsciente, em que aquilo que é vivido de modo traumático pelo psicótico não alcança uma representação, não sendo possível o escoamento energético a ele vinculado. Em decorrência da não inscrição, haveria um superinvestimento na representação da palavra. Cita, para isso, o exemplo da esquizofrenia, em que as palavras podem aparecer como se fossem coisas, como se fossem reais, devido a um hiperinvestimento nas representações de palavras para dar conta do fato de não ter havido inscrição de representação das coisas no sistema inconsciente.

Freud irá dizer que tanto na neurose quanto na psicose, há perda da realidade. Essa precisão assinala a diferença entre as duas estruturas clínicas a partir do modo como buscam tratar daquilo que lhes escapa; na forma como se realiza a construção de uma solução para essa perda. Enquanto na neurose esta ocorreria pela via da fantasia, pelo retorno do recalçado, na psicose ocorreria a produção do delírio. Assim, a formação sintomática na neurose preserva uma ligação simbólica ao que foi recalçado, justamente por seu caráter substitutivo e sintomático. Na psicose, o conteúdo traumático é rejeitado de forma mais eficaz e radical, em um processo de rejeição da realidade, sendo o delírio um verdadeiro substituto da mesma.

Em **Sobre o Narcisismo** (1914), não por acaso, a motivação inicial de Freud sobre o tema, partiu do estudo das parafrenias (psicoses) e sua articulação com a teoria da libido – em particular em relação ao delírio de grandeza e ao desinvestimento libidinal no mundo exterior. Mais uma vez, pode-se notar o trabalho de Freud em

estabelecer as diferenças entre as estruturas, neurótica e psicótica, e o modo como se dá a perda de realidade em cada uma.

Desse modo, nas duas estruturas há um desligamento libidinal das pessoas e das coisas. Porém, enquanto na neurose o fato seria acompanhado de uma substituição pela fantasia, nas parafrenias, a libido retirada de forma radical do mundo externo seria redirecionada ao eu – comportamento que nomeou de narcisismo. No entanto, Freud aponta que tal mecanismo é existente em todas as pessoas, sendo a megalomania uma manifestação amplificada e exagerada do narcisismo comum. E será justamente em função desse desinvestimento libidinal na psicose que Freud sustentará a posição de contraindicar o tratamento a esses pacientes. Para ele, os psicóticos não seriam capazes de investir na figura do analista, de estabelecer o amor transferencial, como abordaremos mais adiante, no terceiro capítulo.

Com base na análise do caso Schreber, em **Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia** (1911), Freud irá tomar a formação delirante como uma tentativa de restabelecimento e não como uma doença ou uma patologia. Reconhece algo da ordem de um trabalho do sujeito no delírio, um processo de reconstrução, mesmo que inacabado. Freud afirmava ser um processo de cura e podemos avançar para pensar que, ao dizer que aquilo que foi abolido internamente retorna, ele marca uma não coincidência de tal mecanismo com o processo de projeção. Trata-se, na psicose, de uma representação primordial que não pôde ser significada. Não é possível, portanto, que se configure como uma projeção.

No caso referido, Freud faz uso do termo *Aufhebung*, que carrega em si significações bastante diversas, podendo referir-se tanto à abolição ou supressão, como à conservação – termo que usou para designar o desligamento libidinal dos objetos. Pode-se pensar que o contraste na aplicação do termo, reflete uma dúvida que atravessou sua obra, referente ao caráter de tal desligamento, se total ou parcial.

Freud, no caso do **Homem dos Lobos** (1918[1914]), aponta para o mecanismo de *Verwerfung*, rejeição, para marcar uma diferença em relação ao recalque como mecanismo da neurose, em que algo daquilo que foi recalcado se preserva, retornando de forma substitutiva, como sintoma. No caso relatado, o paciente alucina a visão de seu dedo decepado e, diante de tal horror, se mantém mudo e inerte. Freud diz que o paciente “rejeitava a castração”, toda a realidade traumática, juntamente com o seu afeto, como se nada tivesse a ver com ela, como se nada houvesse ocorrido. Marca que

o conteúdo rejeitado é substituído pelas produções delirantes e conclui, então, com célebre assertiva: “*O que foi abolido internamente, retorna desde fora*”.

Foi por meio das elaborações de Freud sobre a psicose, com a fundamentação do conceito de *Verwerfung* – assim como a sua premissa do delírio sendo uma tentativa de cura –, que Lacan se apoiou para inaugurar a clínica da psicose. Com grande influência do estruturalismo, da linguística, da matemática e da filosofia, ele empreendeu longo caminho na construção de seu ensino. Irá destacar o termo *Verwerfung* e elevá-lo à categoria de conceito. Dessa forma, articula a rejeição da castração a uma operação simbólica, de ordem significante, a partir da linguagem – resultando em uma relação peculiar entre esta e o sujeito, situando-se como exterior a ele.

Ao retomar o caso do **Homem dos Lobos**, Lacan sinaliza que os fenômenos alucinatórios presentes na psicose respondem ao retorno do que foi rejeitado no campo simbólico. É também com base na rejeição da castração, apontada por Freud, que ele definiu uma diferença de estrutura entre a neurose e a psicose. Usou, para isso, o termo *foraclusão*, emprestado do direito francês. Seria uma operação que, excedendo um tempo viável para ser inscrita, tornar-se-ia caduca. Explica que, se na neurose, aquilo que foi simbolizado, inscrito, retorna recalcado; na psicose, aquilo que não foi simbolizado, que não se inscreveu – portanto, que foi foracluído, tornando-se irrepresentável –, retorna no real, como um gozo. A foraclusão desse significante primordial no simbólico modificaria a sua estrutura, fazendo-o comparecer no real. Observa-se uma correspondência entre o real e o próprio inconsciente, ao que Lacan vai caracterizar como um inconsciente *a céu aberto*. Nesse ponto, retoma a questão de os sujeitos psicóticos buscarem as palavras no lugar das coisas. O que ele coloca é que, estando ausente tal significação, foracluído no lugar do Outro por sua não inscrição, torna-se impossível para o sujeito se nomear e a resposta sobre o seu ser retorna “*desde fora*”.

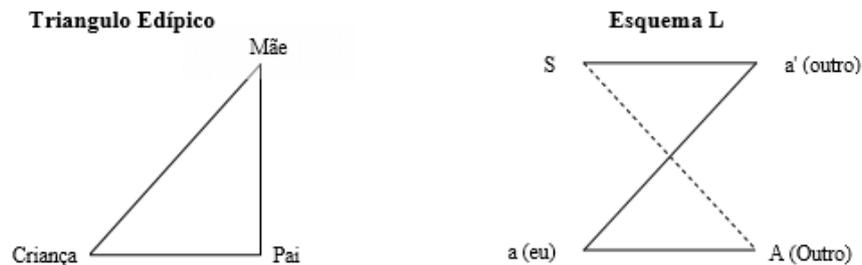
Lacan ressalta que não se trata de uma foraclusão de determinada representação da realidade, mas, sim, da foraclusão da dimensão simbólica desta realidade. A isso, ele designa de *Nome-do-Pai* – operador da castração, garantia de entrada do sujeito na linguagem, com função de ordenamento simbólico da subjetividade.

2.2 - O significante do Nome-do-Pai

Se, em Freud, com a sua análise das **Memórias de Schreber**, destaca o mecanismo das psicoses como diferente do recalque – central para a questão do Complexo de Édipo –, mantém-se a sua questão sobre a manifestação do complexo paterno nesses quadros. A sua última frase na análise do caso Schreber diz: *“deparamos mais uma vez com a criança e as peculiaridades que caracterizam suas modalidades de pensamento e sua vida emocional”* (Idem, pg. 89).

Lacan (1957-58) retoma esse questionamento ao diferenciar a neurose e a psicose pela incidência da castração, destacada pela operação do Complexo de Édipo. Destaca sua função de interdição e a designa de metáfora paterna, assim como o significante primordial – representante da lei edípica – de Nome-do-Pai. Enquanto sua inscrição legisla a estrutura neurótica, sua rejeição – pela forclusão – determina a estrutura psicótica.

Para representar a metáfora paterna utiliza-se do triângulo edípico e seus vértices, ocupados pelo Pai, a Mãe e a Criança para explicá-la. Corresponde, de outro lado, o seu esquema L, do qual faz uso para elucidar a relação de oposição estabelecida entre os registros do Simbólico e do Imaginário no campo das psicoses, assim como as questões relativas à existência, ao ser e ao sexo. Podemos entender o Esquema L como uma redução do estádio do espelho, na medida em que coloca que a constituição do sujeito depende do campo do Outro.



O sujeito (S) aparece como o quarto elemento do triângulo edípico, fora dos vértices deste e não possuindo, desse modo, significante. Ele depende daquilo que acontece nos outros três termos. Lacan usa a figura do morto em uma partida de

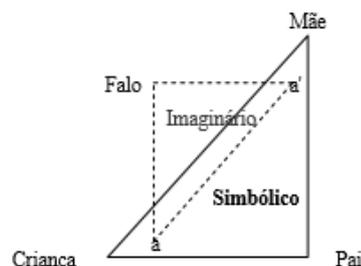
baralho para localizar que o que ocorre ao sujeito depende do que acontece ao Outro. O que lhe acontece se articula com um discurso que nele se implica; como quarto termo, tal como a posição do morto em um jogo de significantes – como nos diz Lacan. Isso significa dizer que o sujeito é efeito do desejo do Outro e, ainda, que ele encontra-se alienado no desejo do Outro.

O vértice A refere-se ao Grande Outro – grafado dessa forma por ser derivado da palavra em francês *autre* –, campo da linguagem, lugar do tesouro dos significantes. A partir dele se coloca a questão sobre a existência do sujeito sob a forma da pergunta: “*Quem sou eu nisso*”? – concernente ao seu próprio ser e seu sexo (Lacan [1955-56]1966/1998, pg. 555). O que aparece em jogo é que o Outro se articula a partir de significantes particulares e únicos que, ordenados em cadeia, aparecem como uma alteridade em relação ao sujeito: “*tão radical quanto a dos hieróglifos ainda indecifráveis na solidão do deserto*” (Idem). A constituição da estrutura se dá na função de induzir no significado, a significação.

Isso é representado pelo Sujeito (S), que encontra-se, de partida, em uma alienação no campo do Outro e é com essa relação simbólica de separação que ele pode se constituir.

Voltando ao esquema, há a colocação de um segundo triângulo, marcando o registro imaginário. Ele possui em seus vértices, o eixo a-a’ – imaginário e especular – ocupando, homologamente e por correspondência ao triângulo edípico (simbólico), os espaços da criança e da mãe. No ponto oposto ao vértice P (pai) do triângulo simbólico, localizamos o falo como representante do efeito da metáfora paterna. Ele constitui-se como o terceiro termo a localizar-se entre a mãe e o filho, separando-os. Se o eu se forma a partir da relação estabelecida entre a-a’ – que ele designa como eixo narcísico –, a unificação de sua imago corporal depende da intervenção do Outro, como alteridade simbólica.

Sobrepondo os esquemas, temos a seguinte imagem:



O falo aparece na posição diametralmente oposta àquela ocupada pelo significante paterno e constitui-se por meio de uma relação ternária. Ele funciona como representante imaginário do Outro, permitindo que o sujeito se identifique imaginariamente a ele. A relação simbólica S-A, estabelece-se como consequência do Complexo de Édipo e da incidência da metáfora paterna, que tem, dessa forma, uma função estruturante e só se realiza a partir do uso que o sujeito pode fazer do significante do Nome-do-Pai.

Essa é uma operação necessária para que o sujeito possa separar-se do campo do Outro, porém com uma perda fundamental, que lhe confere uma posição e uma resposta à questão colocada sobre o seu ser. Tal perda concerne ao que a linguagem não dá conta, ao que escapa ao significante. Na psicose, não há uma resposta simbólica a tal enigma colocado e que seria responsável por uma separação do Outro – exatamente por uma perda de gozo que tal resposta implica.

Lacan diz que, diante do desejo do Outro, o sujeito inicialmente se oferece no lugar de objeto dessa falta e, na segunda operação há, como o nome indica, uma tentativa de separação e de assumir uma condição de sujeito desejante, faltoso. Nessa operação, o Outro comparece diferente, de modo barrado, também marcado por uma falta. Há, então, um recobrimento das duas faltas: o vazio do Outro recobre o vazio do sujeito, constituindo-se um espaço de interseção. O que ocorre é uma divisão, tanto do sujeito quanto do Outro, que deixa como resto o *objeto a*, como objeto perdido. Podemos dizer que o encontro com a falta do Outro engendra, para o sujeito, o enigma do desejo do Outro.

Aparece aí a marca de um desencontro, do Outro barrado, que deseja para além dele – não sendo possível para a criança tamponar o desejo da mãe e tendo sobre esse desejo a incidência da lei da linguagem estabelecida pelo Nome-do-Pai. Lacan acrescenta que tal interseção é um conjunto vazio em que não há nenhum elemento, apenas sendo ocupado pelo *objeto a*, causa de desejo. Com isso, não podemos falar de sujeito sem tratar também do objeto. É a extração deste objeto, no campo do Outro – portanto, a necessidade de que algo falte ao Outro – que possibilita a constituição do sujeito. O que se coloca é que o sujeito está condenado a constituir-se a partir de tal divisão, entre um saber e um não-saber sobre si – a dimensão do inconsciente, de uma perda de si.

A inscrição do Nome-do-Pai condiciona as repetições do sujeito em relação aos seus objetos, assim como todas as suas relações. De forma diversa, nas psicoses é justamente essa operação que não ocorre. Assim, a carência dessa condição estrutural simbólica acaba por provocar um achatamento do Esquema L, promovendo uma justaposição do sujeito à imagem de si, existente no eixo S – a' e, da mesma forma, o campo do Outro aos seus objetos, no eixo A – a, funcionando como se todo o seu ser correspondesse à sua própria imagem. A não-inscrição do Nome-do-Pai, portanto, implica a não efetivação do Édipo, impedindo que o registro imaginário se remeta ao registro simbólico, do mesmo modo que o real aí não pode se enganchiar. O inconsciente fica a céu aberto, banhado pela linguagem sobre a qual não há a incidência de uma lei. O desencadeamento incide justamente nesse ponto em que o sujeito se apoia em uma espécie de identificação imaginária, fazendo-a desmoronar diante da convocação a uma questão impossível de ser respondida por ele.

2.3 - O desencadeamento

Em **De uma questão preliminar a todo tratamento possível na psicose** (1966/1998), Lacan irá localizar a *Verwerfung* como a não inscrição do significante do Nome-do-Pai. O autor retoma a assertiva freudiana: “*O que foi abolido internamente, retorna desde fora*” e completa com “*o que não foi simbolizado, retorna no real*”, afirmando, com isso, que a sua forclusão no lugar do Outro impede o sujeito de nomear-se. Assim, o desencadeamento da psicose pode ser marcado justamente neste ponto em que, havendo uma convocação a uma resposta sobre o seu próprio ser, pelo simbólico, a resposta possível para o psicótico apresenta-se sob a forma de alucinação, no real.

Lacan acrescenta que o desencadeamento se dá com a ausência do significante do Nome-do-Pai quando do aparecimento de um terceiro, ocupando o lugar de *Um-pai*, em uma relação dual.

Mas, como pode o Nome-do-Pai ser chamado pelo sujeito no único lugar de onde poderia ter-lhe advindo e onde nunca esteve? Através de nada mais, nada menos que um pai real, não forçosamente, em absoluto, o pai do sujeito, mas *Um-pai*. (LACAN, 1966/1998 p.584)

Não se trata, portanto, de um pai biológico. Lacan vai apontar para diversas e diferentes versões de pai que funcionam como Nome-do-Pai e para o desencadeamento a partir desse ponto singular, de cada sujeito, do que se constitui como um pai em posição simbólica. É preciso, para isso, que também haja algum acontecimento que provoque uma desestabilização, do que Lacan nomeou de bengalas imaginárias, e que muitas vezes servem de apoio ao sujeito. É necessário que elas vacilem. É nesse ponto que, no texto citado, Lacan nos fornece uma preciosa indicação para esse caso, ao falar que, ao ser abalada a “identificação” imaginária pela qual o sujeito assumiu o desejo da mãe, ela provoca a dissolução do tripé imaginário.

Como vimos com o Esquema L, a carência do registro Simbólico deixa o sujeito psicótico remetido ao campo do Imaginário, onde o Outro é apreendido (apenas) a partir da relação especular. Lacan vai esclarecer que muitas vezes um sujeito pode não desencadear um surto por estabelecer-se em uma relação com um duplo imaginário. Alerta, no entanto, para a precariedade de tal compensação. Utiliza o exemplo do banquinho de três pés – um tamborete – em que, faltando um quarto apoio, teria, desse modo, uma estabilidade precária. O psicótico seria impelido ao uso de bengalas imaginárias para garantir algum apoio mais consistente.

No presente caso, podemos pensar no vaticínio feito pela mãe de Elena em seu leito de morte, como um ponto de ruptura. O nome Elena foi escolhido pela mãe, em alusão a uma atriz e cantora que sorria muito e era *feliz*. O nome foi dado como uma forma de garantia e desejo de que se cumprisse para a filha o mesmo destino da artista. Foi também com a mesma palavra, *feliz*, que a mãe, em seu vaticínio no leito de morte, lhe retirou algo de uma marca inaugural, na qual ela se apoiava. Pretendemos, nesse momento, sustentar a importância que o nome da paciente estabeleceu para ela, a partir de uma fixação nesse significado e que, ao ser-lhe retirado, provocou o desencadeamento de seu quadro.

Para sustentar essa posição, faremos uma breve exposição para pensar a questão do nome, da identificação e do traço unário, utilizando as proposições de Freud e, em seguida, as de Lacan. Marcaremos a diferença com que tais questões se apresentam na neurose e como podem comparecer na psicose e no caso abordado.

Em **Psicologia das Massas e Análise do Eu** (1921/2006), Freud define o conceito de identificação como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa. E a apresenta de três formas: 1) a fase oral, de incorporação, que ele

nomeia de canibalística – primeira fase de organização da libido –, em que a identificação ao pai é anterior à escolha de objeto; 2) identificação regressiva – já no campo das escolhas objetais –, em que há uma regressão da escolha de objeto para a identificação. Ele a marca como uma identificação parcial, em que o Eu adota características do objeto, introjetando um traço único do mesmo; 3) identificação com base à percepção de uma qualidade comum, compartilhada com outra pessoa.

No **Seminário 9** (1961-62), Lacan localiza o nome como um ponto de amarração na constituição do sujeito e por onde constrói uma via para pensar sobre o tema da identificação. É por esse traço único de Freud, localizado na segunda identificação, que o autor irá abordar a relação do sujeito com o significante, destacando-se a identificação pelo traço unário. Estamos no campo da neurose.

Lacan nomeia o traço unário como marca primordial da produção do sujeito, a partir do significante - uma vez que todo significante é constituído a partir do traço. Ele aponta o traço unário como marca no lugar do apagamento do objeto, se colocando com um traço distintivo – por meio do qual o sujeito pode se inserir no que Lacan nomeia de *série simbólica*. O traço unário constitui-se, ao mesmo tempo, como uma marca primeira do sujeito, inaugural como apagamento do traço, marcando um gozo perdido e que instaura todo o movimento de repetição do inconsciente.

O psicanalista Antonio Quinet (2006), retomando o mesmo Seminário, localiza no traço unário esse Um da exceção como traço distintivo do sujeito, com função de S1. Ele acrescenta que, a esse Um, o neurótico faz objeção, se inscrevendo como ausente e localizando-o como o significante barrado. O sujeito seria, assim, o -1 desse significante mestre, o menos-um do Um; não se fixando a ele, uma vez que não pode ser todo representado pelo Um.

Diferentemente, na psicose, o sujeito não se inscreveria como ausente, sendo enredado pela incidência do S1 – que pode ser nomeado como “significante traumático”. Quinet pontua que, na paranoia, o significante-mestre do trauma não se apresenta nem recalcado, como na neurose, nem disperso, como na esquizofrenia, mas submetido a uma operação de retenção – *Verhaltung* – termo que Lacan empresta de Kretschmer. Ele diz: “*Aqui todos os significantes estão referidos a esse Um retido, fixando o sujeito a um gozo traumático de um real impossível de suportar*” (2006, pg. 94). Na paranoia, a retenção do S1 fixa o sujeito a essa identificação e o aliena do significante. O paranoico torna-se o Um da referência e fica retido pelo significante.

Somente com tudo o que foi dito, podemos retornar ao ponto em que Lacan aborda o *nome próprio* como algo da ordem de um traço unário. Ele o marca como uma primeira inscrição advinda do campo do Outro, constituindo-se como uma marca distintiva, sem qualidade, sem possibilidade de tradução, sendo o mesmo em diferentes línguas. A nomeação diz da constituição do sujeito e assume uma função de bastão, como suporte da diferença. Nesse momento, Lacan aproxima a função de nomeação ao significante Nome-do-Pai, via de inscrição da lei no campo simbólico.

Lacan (1964/65), na Lição de 06 de janeiro de 1965 atribui ao Nome Próprio uma função que chama de *volante*, dizendo ter a função de preencher buracos, lhes dar fechamentos, “*uma falsa aparência de sutura*”. Assim, na neurose, o sujeito dividido apresenta-se justamente nos intervalos de um significante e outro (S1 – S2), na constituição da cadeia significante. O nome do sujeito, portanto, não dá conta de dizer da totalidade do seu ser, não abarca a falta que lhe é constituinte.

Com isso, podemos avançar sobre a operação de retenção que Elena faz desse S1 que se constitui no seu nome, por meio do qual ela se fixa nesse lugar de Um de referência. No **Seminário 21** (1973-1974), Lacan afirma que a certeza no Nome Próprio seria a própria definição de loucura. Freire (1999), ao abordar o assunto, afirma que tal certeza configuraria a relação do sujeito com outro, para além da significação fálica; para além de uma referência de um valor comum à distribuição dos sexos. Constituiria um sujeito que não reconhece a linguagem a partir de uma diferença, mas que coincide as palavras e as coisas em um mundo sem equívocos. Ela diz:

Trata-se de um sujeito que vive em um mundo onde o real aponta para a certeza do nome no sentido literal, aquele que não se define por diferença em relação aos outros, mas na sua certeza literal de ser único, traço singular, sem qualidade, porém com usufruto e erotização fixas, idêntico a si mesmo. (FREIRE, 1999, pg. 11)

Com todos esses pontos pinçados do ensino de Lacan, podemos supor que, no momento de morte da mãe e seu vaticínio, aquilo que imaginariamente situava Elena no mundo, a “bengala” na qual ela se encontrava fixada por meio do nome, lhe é

retirado. Sem ele, e diante da convocação de responder sobre o seu ser, ela responde com o desencadeamento psicótico. Há uma suspensão do luto e a incorporação da mãe que, de posse dela, pode *tomar a frente de sua vida e suas vontades, como um espírito selvagem*. O Outro responde em seu lugar.

O desencadeamento psicótico se dá nesse momento de uma injunção imperiosa, para além dos recursos do sujeito e em que, ao faltar uma referência simbólica para se apoiar, a resposta surge no real com a alucinação. O mundo do psicótico desmorona e o delírio constitui-se como uma tentativa de reconstrução.

Antes de avançar, pretendemos recolher algumas passagens que permitem elucidar esse ponto de irrupção. Como dissemos na primeira parte deste trabalho – na apresentação do caso clínico – com a proximidade do Dia das Mães e já tendo iniciado o atendimento comigo, Elena escreve um texto no Jornal Cucas Frescas sobre o tema do perdão; ato que foi negado por ela em relação à mãe e que ocasionou o vaticínio materno. Elena perde justamente o nome, trocando essa marca pela sequência dos números do seu prontuário no Hospital – que repete de forma incessante, em retificação, a cada vez que a chamam pelo nome de batismo. Substitui, desse modo, essa marca singular, também marca da mãe, numa espécie de foraclusão do seu vaticínio.

Parece relevante destacar a clara aproximação entre a comemoração do Dia das Mães, o tema do perdão presente no texto que ela publica no jornal, a perda de seu nome e o desencadeamento de uma crise, tal qual ocorrido no início. Mas talvez seja possível pensar também que a produção de seus escritos e o uso do recurso de endereçamento – tanto ao jornal quanto ao trabalho analítico –, permitiu que ela não caísse novamente em um vazio de significação, mas, antes, que ela pudesse renomear-se de modo a inserir-se na série dos pacientes internos no IPUB; uma outra possibilidade de existência, portanto... Há uma mudança.

Nessa importante interinação – em que passa boa parte do tempo possuída por demônios – pede que eu escreva um texto que ela mesma dita para mim, requisitando que eu acrescente, ao final de determinadas sentenças, o que chama de “três pontinhos”:

Meu nome é...

Vim de um lugar...

Encontrei uma boa hospedeira...
Há 35 anos eu tive essa boa hospedeira...
Mas depois que ela nasceu, tudo ficou pior entre nós
Estou sem rumo
Estou sem direção
Você está histérico na porta do seu dono...

Podemos pensar essas reticências, essas orações incompletas, com a observação do fenômeno das frases interrompidas de Schreber – que Lacan retoma em algumas passagens ao longo de sua teorização. No texto de 1957, classifica-as como fenômenos de mensagem, em que ao manterem a significação em suspenso, indicam uma quebra nas cadeias significantes. Elas se interrompem em pontos que indicam a posição do sujeito e dão notícias da operação do significante na psicose. Lacan diz:

O significante, por natureza, sempre se antecipa ao sentido, desdobrando como que adiante dele sua dimensão. É o que se vê, no nível da frase, quando ela é interrompida antes do termo significativo: ‘Eu nunca... A verdade é que... Talvez também...’ Nem por isso ela deixa de fazer sentido, e um sentido ainda mais opressivo na medida em que se basta ao se fazer esperar. (LACAN, 1957, pg. 505).

Na década de 1970, ocasião de seu último ensino, Lacan estará tratando da escrita do nó, a partir do objeto *a*, articulando-a à linguagem. Ele desenvolve o conceito de letra e ocorre uma mudança na perspectiva da formação do sintoma como enlace entre esta e o gozo. Também com o desenvolvimento do conceito de letra e a releitura do caso Schreber, Lacan irá abordar o tema do delírio como escrita do sujeito, como um modo de se escrever para o Outro.

No **Seminário 20 - Mais, Ainda** (1971-73/2008), Lacan apresenta as possíveis articulações entre os registros Real, Simbólico e Imaginário, por meio dos enlaçamentos dos nós. Para mostrar a função da fileira de nós dobrados, que se tornam independentes com o corte de apenas um dos elos, ele diz que, não à toa, o exemplo se acha disponível na psicose. Ele afirma que as frases interrompidas de Schreber – que anteriormente chamara de mensagens de código – apontam para a exigência de uma frase que, ao faltar, provoca um desenlace dos outros elos. O desencadeamento

psicótico é, então, localizado como uma desamarração dos registros, nesse ponto em que não pode mantê-los articulados.

No texto de Elena, é importante notarmos que os *três pontinhos* que marcam as interrupções das frases apresentam-se justamente no que localizamos como o seu desencadeamento: a questão de seu nome e de sua origem. O texto parece apontar para ela e sua mãe, mas, para além do sentido, podemos assegurar que estamos diante de um desenlace. Para além de uma mensagem, Elena nos apresenta seu trabalho com a letra, a partir de uma escrita que endereça, ao ditá-lo para mim.

2.4 - Psicose e delírio: é de resposta que se trata

Se, no momento anterior ao desencadeamento do surto, toda a realidade estava apoiada nas chamadas bengalas imaginárias, Lacan irá abordar que, com a queda dessa sustentação, segue-se uma experiência catastrófica, de morte subjetiva, “*sob as feições de crepúsculo do mundo*”. Toda a produção delirante configura-se, então, como uma resposta a tal desmoronamento em uma tentativa de reconstrução. É assim que Elena apresenta todo o seu trabalho para dar conta de sua existência, de seu lugar no mundo e de suas estratégias para se proteger do gozo do Outro que lhe invade.

Ela nos dá testemunho de sua produção delirante, que podemos tomar como o discurso do inconsciente. Através dele, narra sua condição de objeto de gozo de Deus e a oposição que estabelece à figura de Lucifer, utilizando-o como anteparo e defesa a essa posição de objeto. Ela também aproxima a sua origem à do orixá Omulu, quanto ao abandono sofrido, a posterior adoção por outra mulher – no caso dela, por uma freira que ela chama de *mãe-freira* – e ao fato de ser capaz de curar, como consequência de ter sido curado de suas feridas.

É curioso observar que Lucifer é um nome atribuído ao diabo e Elena o define assim, mas enfatiza o fato dele ser um “anjo caído”. Pela tradição judaico-cristã, significa um anjo que, após um embate com Deus em sua busca pelo poder, afasta-se dos desígnios e domínios celestiais, por vontade própria. Em uma rápida pesquisa, foi possível descobrir que a palavra Lucifer deriva do latim *lux fero*, *portador de luz* – também vem do hebraico *hêlêl*, que significa *brilhante, esplendoroso, o que leva o archote, filho da alva, estrela da manhã*.

Cabe, aqui, destacar para a posição que Elena ocupa diante do Outro e que ela evidencia a partir dessa importante passagem.

Na psicose, o Outro não comparece barrado pela castração, não há sobre ele a incidência do significante da lei. Assim, ele não é marcado por uma falta, mas, ao contrário, por uma consistência. O psicótico, diante desse Outro absoluto, assume a posição de objeto de seu gozo. Desse modo, tal como Schreber, Elena atribui a esse Outro a figura de Deus, que goza dela com suas *exigências* e *rigor*. A Deus, ela opõe à figura de Lucifér, com suas atribuições de *luz* e *fé*, para se proteger de sua posição de objeto gozado de Deus. Com ele, Elena faz frente à sua posição de objeto do Outro e diz que, nas crises, está sob a influência de Lucifér, protegida de Deus.

Mais tarde, Elena vai pontuar como sua *Missão de Vida* dar à luz uma criança. Essa missão, em suas palavras, está relacionada à sua *cura*, ao *sentido da vida*. É como missão de vida e de cura de Elena que podemos pensar em seu caminho para a estabilização.

2.5 - O caminho da estabilização

Ao longo do ensino de Lacan sobre o tema da psicose, o conceito de estabilização sofreu algumas mudanças significativas que trouxeram questões importantes para essa pesquisa. Alvarenga (2000) fornece um preciso recorte ao apontar a estabilização como uma operação capaz de circunscrever, localizar, separar e apaziguar o gozo, a partir da entrada em alguma forma de discurso. Veremos, adiante, de que forma podemos caminhar, partindo dessa proposição.

Três dos principais casos abordados por Lacan em sua investigação sobre a psicose: o caso Aimée, de sua tese de doutorado “**Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade** (1932/1987); a releitura do caso Schreber no **Seminário 3 – As psicoses** (1955-56/2002) e o estudo da produção de James Joyce, no **Seminário 23 – O Sinthoma** (1975-76/2007), apresentam, respectivamente, três diferentes saídas possíveis na psicose: a passagem ao ato, a metáfora delirante e a obra.

O **Seminário 3 – As Psicoses** (1955-56/2002) aborda o sintoma como estrutura, possuindo uma função de metáfora. Ao indicar que, na psicose, o significante aparece no real, fora da cadeia significante, Lacan entende a psicose como marcada por uma falha em sua função metafórica. É um período de seu ensino conhecido pela chamada primazia do simbólico, com ênfase na estrutura da linguagem e na função do significante. Ele aborda o trabalho da metáfora delirante como suplência à forclusão do Nome-do-Pai, e à não operação da metáfora paterna. Nesse momento, se mantém em Lacan uma perspectiva da psicose com um *déficit* em relação à neurose. É um momento anterior ao acabamento de sua formulação sobre o *objeto a*.

Ele vai estabelecer que mesmo antes de uma criança nascer, ela já se encontra mergulhada em um banho de linguagem, tendo um lugar a partir do discurso dos pais, seus sonhos e desejos – estando alienada do desejo do Outro, que tem a função de dar significação às suas experiências. Analogamente, diante do grito da necessidade, é o Outro que responde, nomeando-a. Freud (1920) também falou desses momentos iniciais, ao tratar da brincadeira que seu neto empreendeu para tentar dar conta da presença-ausência da mãe como um processo de simbolização primordial. O menino repete como um jogo o desaparecimento e aparecimento da mãe, manipulando um carretel, ao mesmo tempo em que enuncia vocábulos correspondentes aos movimentos. Nomeou o jogo de fort-da, a partir do par de fonemas usado ao lançar um carretel dizendo “*fort*” (longe) e, em seguida, “*da*” (aqui) ao recolhê-lo, buscando-o para perto de si.

Lacan acrescenta que a enunciação das palavras em consonância à ação, indica a entrada da criança na linguagem. A mãe – tomada na representação lúdica – passa a ser mediada pelo simbólico e a criança pode simbolizar a falta, pelo desejo. Nessa mediação, entre a mãe e a criança, é necessária a intervenção de um terceiro, capaz de fazer operar a lei como interdição. É o que se coloca como a Metáfora Paterna e o que, no discurso da mãe, representa o pai.

Ao inscrever-se, o Nome-do-Pai assume a função de barrar o Desejo da Mãe, inscrevendo o falo no Outro e produzindo um limite, uma Lei interditora, que impede a mãe de fazer do filho seu falo; da mesma forma que veta ao filho a completude na relação com a mãe. É essa operação metafórica, com o valor de uma inscrição simbólica, que torna possível que a criança se situe e se nomeie diante do enigma primordial sobre o seu lugar no desejo do Outro.

E de outro modo, quando não ocorre a inscrição do Nome-do-Pai e o Desejo da Mãe não é barrado, estamos no campo da psicose. Lacan diz que, em consequência à forclusão no Outro, comparece o que chama de um puro e simples furo. Este, por carência de efeito metafórico, provoca um furo de igual ordem no lugar da significação fálica. (Lacan, 1957-58/1998, pg. 564). O Outro, por falta da barra da lei, comparece presentificado a quem ele está submetido, em uma posição de objeto de gozo, à mercê de seus desígnios.

Lacan afirma que a falência da metáfora paterna deixaria o sujeito habitado e acochado pela linguagem, em fenômenos de código e mensagem e pelas alucinações. Ele irá abordar a experiência psicanalítica com base nos três registros: Real, Simbólico e Imaginário. Na década de 1950, atribuía ao Édipo a função de manter atados tais anéis, ao passo que a sua não operatividade, resultaria em um desenlace dos mesmos. Posteriormente, ao falar de estabilização na psicose, aponta para a possibilidade de um rearranjo de amarração fora da norma fálica. Dessa forma, reconhece o trabalho delirante empreendido pelo psicótico, com o valor simbólico de metáfora. Assim, alcança a função correlativa à de metáfora paterna, nesse ponto em que permite ao sujeito uma escrita de si e alguma nomeação, ressaltando que seria uma das soluções possíveis.

Com a sequência de seu ensino, Lacan constatará que toda amarração é falha, sendo o nó de três passível de se desenlaçar. Tal proposição o leva a pensar no que poderia promover um novo enlaçamento, suplenciando essa amarração. Ele introduz, então, um quarto elo com a função de articular os três registros e promover uma fixação desse enodamento. O que aparece em jogo é a pluralização de formas possíveis de amarração, para além do Nome-do-Pai. Com Joyce, ele nomeará o quarto elo de *sinthoma*, entendendo que, também na neurose, este se apresentaria – porém como o Nome-do-Pai.

A aposta dessa pesquisa sobre o caso estudado recai sobre o processo de estabilização empreendido com a construção de uma saída aos moldes de uma metáfora delirante. Portanto, nos deteremos na elaboração desse conceito no ensino de Lacan, apoiado no caso Schreber – onde o autor utiliza o termo estabilização ao referir-se à produção delirante realizada. Ele aponta o Esquema I como o estado terminal da psicose e diz que este momento “*não representa o caos petrificado a que levam as consequências de um sismo, porém, muito antes, essa evidenciação de linhas*

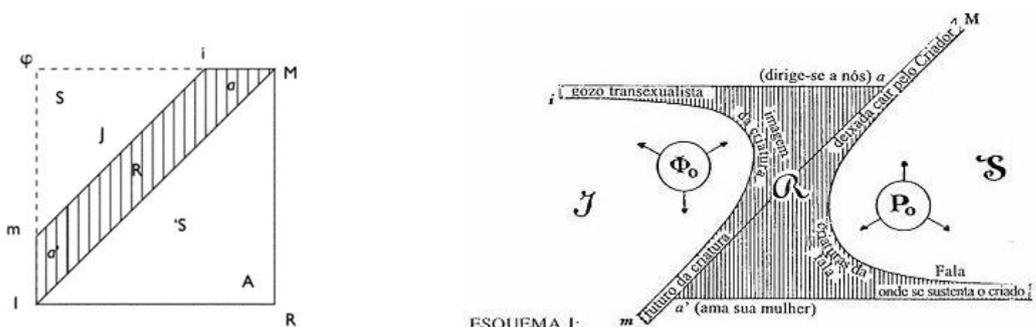
de eficiência que faz falar, quando se trata de um problema de solução elegante” (1957-58/1998, pg. 578).

Estamos cientes de que nem toda produção delirante organiza-se como uma metáfora delirante e que o esquema apresentado por Lacan aponta para um uso específico relativo à estabilização de Schreber. Porém, ele pode nos ajudar nessa delicada travessia de estabelecer critérios para sustentar a hipótese de estabilização no presente caso.

O Esquema I constitui-se como uma torção do Esquema R, que dá conta de circunscrever o campo da realidade, tendo como referência a neurose e, portanto, a metáfora paterna e a significação fálica. É um momento do ensino no qual Lacan ainda trabalha com a perspectiva da primazia do simbólico e da neurose como uma referência. Soma-se a esta exposição uma nota de rodapé acrescentada no ano de 1966, concomitante à sua produção topológica, em que assevera que o campo da realidade só se sustenta pela extração do *objeto a* – resultado da operação de castração e a partir da qual o neurótico empreende sua busca pela via da fantasia. A não operação da castração e, portanto, a não extração do objeto *a* – característica da psicose – inviabilizaria a estabilização do campo, sem que tenha tido lugar a tela protetora da fantasia.

Na psicose, o sujeito se vê, portanto, diante do real da castração, sem anteparos e defesas. Sendo o Nome-do-Pai aquilo que regula e limita o gozo do Outro, o psicótico, ao foracluir tal operação, não separa o gozo do corpo, que permanece não articulado e retorna, como excesso, do real.

A foraclusão do Nome-do-Pai e da significação fálica promove uma fenda nos triângulos Imaginário e Simbólico e essas grandes aberturas acabam por promover uma deformação também nos eixos das linhas do imaginário e do simbólico, que se esgarçam, deslizam e abrem-se indefinidamente.



ESQUEMA I:

No caso Schreber, é a metáfora delirante “Mulher de Deus” um significante ideal, que comparece para suprir esse furo no Simbólico, promovido pela forclusão do Nome-do-Pai. O significante da metáfora delirante ocupa uma função de ponto de basta, que promove uma ordenação a partir da qual produz-se efeitos de significação, fora da ordem fálica. Assim, o seu destino de vir um dia a procriar, gerando uma nova raça de homens – criaturas schreberianas – delineia-se em um futuro assintótico: “*num para-além do mundo, bem compatível com um adiamento indefinido da realização de seu objetivo*” (LACAN, 1955-56. pg. 576).

A metáfora delirante aparece como uma suplência para a não-operação da metáfora paterna, assumindo a função de suprir o Nome-do-Pai foracluído. A operação comparece como a construção de uma realidade estabilizada, por intermédio de trabalho do sujeito, e a metáfora delirante assume um valor de verdade sobre o real. Também faz-se necessário observar que a operação configurada no Esquema I promove uma separação das posições ocupadas pelo eu do sujeito (m) e o Outro (M). Podemos, assim, retomar o ponto destacado por Alvarenga – no início –, para pensar, com Lacan, que, se toda produção delirante configura-se como uma tentativa de localizar, regular e circunscrever o gozo que incide sobre o sujeito, a metáfora delirante configura-se como uma saída sofisticada.

Lacan diz que Schreber estabeleceu uma rede de significante, de natureza simbólica e, com isso, alcançou uma estabilização do imaginário (1955-56/2002, pg. 117), pontuando como “auge” da estabilização, o momento em que produz sua obra escrita. Não há uma articulação de significantes, mas o alcance de uma significação que fixa um sentido ao real, a partir da fabricação de um significante que fornece uma ancoragem.

Ao construirmos o caso, partimos de uma certa montagem do processo de desencadeamento – recolhida a partir do relato de Elena e de seus escritos – e seguimos acompanhando sua produção, ou mesmo invenção, para dar conta da sua existência e de seu ser: tornar-se a *Mãe da Mãe*. Elena afirmava que se não engravidasse até os 40 anos, morreria por ter fracassado no cumprimento de sua missão. Era um destino certo: a morte.

Algum tempo após o seu retorno aos atendimentos, conta que aos 40 anos irá ficar estéril e não poderá engravidar. Pergunto como isso acontecerá e Elena me repete que simplesmente ficará, é uma certeza. Anuncia, todavia, que não está preocupada

pois sua mãe está calma e serena e, portanto, é provável que já esteja reencarnada ou em vias de reencarnar. Completa dizendo que cumprirá a sua missão de ser *Mãe da Mãe* ao adotá-la. Esta sentença também é acompanhada de uma certeza: um dia... Substitui, desse modo, a morte iminente por uma esterilidade que lhe prolonga a vida. O destino será cumprido, mas em um horizonte estendido ao infinito, em um futuro assintótico – tal como Schreber.

Aqui, ao dizer que há uma suplência para a forclusão, com o advento da metáfora delirante, Lacan está falando de um processo de substituição, como uma reparação para uma falha, concernente à estrutura psicótica. Na década de 1970, ele passa a considerar outras possibilidades de fazer suplência à falha significativa, apostando em soluções mais singulares na amarração dos registros. Não há mais a proposição da neurose como paradigma para as elaborações acerca do sujeito. Ele empreende uma virada em seu ensino e nos interessa caminhar um pouco nessa direção, para pensarmos sobre o conceito de invenção.

Com o estabelecimento do nó borromeano e o que se convencionou chamar de clínica borromeana – uma clínica das suplências, pontuada pelo real –, Lacan aproxima-se, de Freud em sua teorização sobre o inconsciente e o conceito de trauma e postula que, para qualquer sujeito, independente da estrutura, há sempre um impossível em tudo dizer, uma impossibilidade em tudo representar. E assim, diante desse ponto, cada um terá que inventar uma solução própria, contingente, de amarração dos registros – Real, Simbólico e Imaginário –, a partir de seus recursos subjetivos – e se escrever de forma singular.

Lacan equivale sintoma e Nome-do-Pai e, dessa forma, a metáfora paterna torna-se uma entre tantas possibilidades de ciframento do gozo. Há uma pluralização dos Nomes-do-Pai, como uma multiplicação de possíveis soluções. A questão de estrutura se remeterá ao campo dos discursos e aos modos e estilos de um saber-fazer com o gozo. Ele definirá o sintoma, no **Seminário R.S.I.**, como “*a maneira em que cada um goza do inconsciente, enquanto o inconsciente o determina*”.

Lacan dá relevo ao fazer no lugar do saber, prevalecendo o inconsciente como “um saber fazer com” sobre o inconsciente como “*um saber que não se sabe*”. Destaca, desse modo, o uso que se faz dos recursos disponíveis, mais do que os recursos em si. É da invenção de um saber-fazer com o gozo de que se trata. Sendo o próprio sujeito uma montagem, um nó, também a estabilização vai implicar mais em

um trabalho de reparação do nó do que na estabilização do eu. Contudo, o que se ressalta é que as estabilizações não são garantidas e permanentes, mas instáveis, precárias, contingentes.

Pode-se extrair dessas mudanças uma nova concepção de suplência; não mais como uma função de suprir, mas como um suplemento, como algo que se soma. Para avançarmos nesse ponto, recorreremos brevemente ao conceito de invenção abordado por Jacques-Alain Miller, em seu trabalho **A Invenção Psicótica** (2003). Logo no início, ele propõe uma diferença entre invenção e criação. Localiza, nesta última, o caráter criacionista, sob o viés teológico ex-nihilo – nada surge do nada –, segundo o qual nenhum ser pode iniciar sua existência a partir do nada, nenhuma criação pode advir sem um princípio norteador, uma origem primeira; Deus, no caso.

Afirma que a invenção se opõe à descoberta, porque só se pode inventar o que não está lá. Por fim, aproxima, apenas por um “parentesco”, invenção e criação, ao apostar na invenção como uma bricolagem. O termo, do francês *bricolage*, refere-se à realização de pequenos trabalhos por uma pessoa, com poucos recursos ou instrumentos. Miller indica, portanto, que, por uma apropriação e manejo de materiais já existentes, pode-se operar uma invenção.

Ele propõe diferenças entre as invenções possíveis. O esquizofrênico, por não contar com um discurso estabelecido, por ser “habitado pela linguagem” e não dispor de recursos para fazer uso de seu corpo e seus órgãos, seria obrigado, então, a inventar um discurso. Diz que as invenções paranoicas incidem sobre o laço social e, portanto, o paranoico seria levado a inventar uma relação com o Outro.

O autor afirma que as psicoses estão ao lado das pequenas invenções, da invenção de um pequeno ponto de basta, de uma pequena identificação. Aposta, nesta última, a condição para um possível trabalho. O que ele coloca é que o Outro é uma invenção e que, não existindo o Outro, o sujeito é convocado a se tornar um inventor, a instrumentalizar a linguagem. Marca uma divisão entre aqueles que chegam a fazer da linguagem um instrumento, e aqueles que permanecem instrumentos dela.

Miller ressalta que há um vasto campo nas psicoses que seria da ordem do *automaton*, da ordem de uma estrutura inscrita. Utiliza, como exemplo, o desencadeamento. Uma invenção, ao contrário, carrega um caráter original, de diversidade, podendo ser bem-sucedida ou fracassada. Sua importância maior estaria

justamente em fazer laço social. Assim, ele aponta o recurso à invenção, a partir da relação com o analista.

Com isso, buscaremos caminhar para recolher os efeitos dos atendimentos – que se iniciaram como resultado de uma estratégia de endereçamento – e todo manejo para favorecer essa saída aventada por Elena, como uma solução que pôde fazer para estabelecer algum pacto, algum laço social. Apostamos que houve uma estabilização porque suas letras encontraram como destinatário alguém que ocupava, avisadamente, a posição de analista.

CAPÍTULO III – Escritura e leitura: o trabalho como montagem

*Sou um apanhador de desperdícios:
Amo os restos
como as boas moscas
Queria que a minha voz tivesse um formato de canto.
Porque eu não sou da informática:
eu sou da invenção.
Só uso a palavra para compor os meus silêncios
(Manoel de Barros)*

Pretendemos, nesse capítulo, investigar a clínica da psicose aplicada no campo da saúde mental, considerando o manejo analítico através da transferência e do que Lacan localizou como desejo do analista. À época da qualificação do projeto para essa pesquisa, uma valiosa indicação nos atentou para a importância da transmissão do caso, considerando o fazer da analista na instituição e o lugar ocupado pela psicanálise.

Considerando a amplitude do tema e a impossibilidade de abarcar tamanho campo de estudo nesse momento, me limitarei ao que foi tocante ao atendimento em questão. Usarei, como referência, o modo como uma instituição pode atravessar um trabalho analítico, mas também a relevância de sabermos nos valer do âmbito coletivo para operarmos.

Reconhecendo o real que está em jogo na clínica, também só podemos supor que a transmissão de seu fazer não pode ser toda dita, possuindo, como riqueza maior, o seu caráter de montagem contingente a partir dessa *experiência original* – como Lacan pontuou. Se a prática psicanalítica é “*sem standarts, mas com princípios*”, podemos apostar nesse viés, sobretudo na clínica das psicoses, onde os sujeitos respondem ao real de forma única, fora dos sentidos compartilhados, e nos convocam, da mesma forma, a caminhos inesperados e surpreendentes.

3.1 - *Primus inter pares*: o analista na instituição

Freud, na **Conferência XXXIV** (1932-33/2006), abordou a viabilidade da Psicanálise ser aplicada em diferentes campos de atuação, com a ressalva de que a

recomendava mais por seus efeitos de verdade do que como método de tratamento. Ao final do texto termina dizendo que a psicanálise se constitui: “*Como método de tratamento é um método entre muitos, embora seja, para dizer a verdade, primus inter pares. Se não tivesse valor terapêutico não teria sido descoberto, como o foi, em relação a pessoas doentes, e não teria continuado desenvolvendo-se [...]*” (Idem, pg. 154). Se Freud antecipa um certo panorama atual em que a psicanálise é aplicada como um método ou instrumento de intervenção no campo da saúde mental, por outro, ratifica uma especificidade clínica da qual não se pode abrir mão.

Lacan, na **Proposição de 9 de outubro de 1967** (1967/2003), empreende uma crítica contundente em relação à transmissão e à prática da psicanálise, abordando a função da Escola que fundara e a responsabilidade de cada analista por sua formação. Completa dizendo não bastar saber da necessidade do cumprimento de um dever para que ele seja cumprido, sendo preciso que a Escola ocupe uma função nessa falha, no que ele denomina de *psicanálise em extensão* – sua aplicação no campo – e *psicanálise em intenção* – a didática.

O que nos aparece como valioso nesse ponto, em que caminhamos para precisar a especificidade da psicanálise entre outros campos, é a própria conclusão a que Lacan chega e que ratifica a posição de Freud. Ele diz que a psicanálise se constitui como uma experiência original, em que seus efeitos só podem ser recolhidos *a posteriori* – *efeito do tempo*. Afirma ser esse o ponto em que podemos diferenciá-la das demais terapêuticas. Prosseguiremos, para trilhar essas diferenças ao longo do capítulo. Mas, nesse momento, ao tomarmos a aplicação da psicanálise no campo da saúde mental, composto por vastos saberes, diversos dispositivos e por equipes multidisciplinares, nos cabe pensar sobre a inserção e os efeitos de tal clínica e sua especificidade no tratamento da psicose, considerando, justamente, que nesse encontro, nem sujeito nem o sentido da sua própria história, ou mesmo o diagnóstico, são prévios.

Como ponto de partida, é preciso afirmar que o trabalho em um ambulatório ou serviço similar não implica em uma transposição, por assim dizer, do consultório privado, mas, antes, em uma clínica contextualizada em um âmbito público. Figueiredo, em **Vastas Confusões e Atendimentos Imperfeitos** (1997/2002), pontua três dimensões do público: a primeira, como a própria rede de saúde estatal, com a oferta de assistência gratuita à população; a segunda, como o direito de atendimento

gratuito assegurado a todos; e, por fim, como o mais relevante aspecto, “*a ideia de tornar público, visível e deixar transparecer o trabalho clínico por oposição ao termo privado, como privativo de alguém*” (Idem, pg. 11). Assim, assegurando o sigilo e a discrição da clínica – considerando que estamos tratando de um outro contexto, mas não de outra psicanálise –, ressalta a importância de sua transmissão, fazendo circular entre os psicanalistas e demais profissionais, as questões pertinentes a ela. Isto incluiria a produção de trabalhos e pesquisas, como esse ao qual nos dedicamos nesse momento, de modo a poder discutir e elaborar nossa experiência clínica.

Parece oportuno circunscrever nosso espaço na instituição, a partir de uma constatação de que somos reconhecidos, comumente, como aqueles que se dedicam à “escuta do sujeito”. Não há erro, mas, de que escuta se trata? De que lugar escutamos e como orientamos nossa escuta? É preciso escapar a uma posição de especialista nas questões concernentes aos sujeitos e seus sofrimentos. Figueiredo, Guerra e Diogo (2006), pontuam justamente esse aspecto, relativo ao lugar do discurso analítico na instituição. Problematizam o equívoco de atribuírem ao psicanalista o lugar de especialista detentor de um saber *a priori* sobre o caso e sobre o sujeito a ele dirigido – posição do discurso do mestre –, ou a partir de um discurso esclarecido sobre a psicanálise e a clínica da psicose – manifesto no discurso universitário. Ressaltam a importância de a psicanálise funcionar como um “*operador de diferença*”, permitindo, com isso, que o sujeito seja o protagonista de seu tratamento, ao tomar uma parte de responsabilidade sobre o mesmo. De modo que, ao contrário de mestres e doutos, ocupemos a posição de aprendizes. É também esta a posição indicada por Figueiredo (1997/2002), ao apontar para um “estar à sombra” como um bom lugar para o analista na instituição: “(...) *sem maiores explicações, salvo o necessário para trabalhar. A diferença, em seu sentido negativo, é uma boa posição*” (Idem, pg. 169).

A partir de uma escuta e de uma posição que busca se esquivar de um lugar de saber ou de incidir sobre os sujeitos – uma direção de cura, aos moldes da Psiquiatria – nossa função deve buscar convocar o sujeito a comparecer com suas falas e se haver com uma parcela de responsabilidade sobre a sua situação. É desse modo que Lacan nos recomenda a não recuar diante da clínica da psicose. Ele sustenta a presença de um sujeito nessa estrutura e nos fornece uma importante indicação quanto à nossa escuta clínica. No **Seminário 5 – As Formações do Inconsciente** interroga-se sobre o estatuto do sujeito:

O que é um sujeito? Será alguma coisa que se confunde, pura e simplesmente, com a realidade individual que está diante de seus olhos quando vocês dizem *o sujeito*? Ou será que, a partir do momento em que vocês o fazem falar, isso implica necessariamente uma outra coisa. [...] quando há um sujeito falante, não há como reduzir a um outro, simplesmente, a questão de suas relações como alguém que fala, mas há sempre um terceiro, o grande Outro que é constitutivo da posição do sujeito enquanto alguém que fala. ((1957-58/1999, p.186)

Buscamos circunscrever o diagnóstico – diferentemente da via adotada pela psiquiatria – estabelecendo-o a partir do sujeito, pela via do discurso, onde localizamos sua produção delirante. Sustentar o diagnóstico, a partir do discurso, é uma posição ética da psicanálise; uma aposta no caráter contingencial do mesmo, como uma construção. É também essa posição que nos permite, em nossa prática com a psicose, dirigir caso a caso, por meio de manejos individualizados, atentos para a lógica singular de cada um e entendendo os sintomas como respostas dos sujeitos para lidar com aquilo que lhes escapa. Nossa orientação, portanto, deveria ir na contramão dos ideais normativos e universais, levando-nos a nos engajar no trabalho de invenção de novas estratégias e intervenções no tratamento, que possam auxiliar o processo de estabilização dos sujeitos e suas tentativas de laço social.

Entendemos que o trabalho do analista no campo da saúde mental deve buscar orientar-se para oferecer um espaço de acolhimento para o sujeito, em que, com nossa presença, possamos assegurar a função de destinatários de um possível endereçamento.

É possível pensar, com isso, em nossa inserção nos serviços de saúde mental. Um bom lugar seria a tentativa, nas discussões de caso e construções de projetos terapêuticos, de sublinhar a importância de nos atentarmos para os caminhos e limites que o próprio sujeito fornece. Apostar, com isso, como direção de tratamento, que o sujeito psicótico tenha um papel preponderante, se responsabilizando e se apropriando de seu processo. Figueiredo, Guerra e Diogo, ao abordarem a *Prática entre vários* (Di Ciaccia) como uma estratégia clínica coletiva, conduzida pela Psicanálise e pela chamada “Clínica do sujeito” – que não é a adotada na instituição do presente caso, mas pode nos orientar quanto ao nosso lugar – indicam que a ênfase do coletivo de trabalho não deve recair na união imaginária do grupo com um todo, mas, antes, que

deve recair “*nessa abertura, nessa fenda, que permite que, no interior da equipe, o próprio paciente, como o que vem do real, faça furo*”. (Idem, pg. 13)

Pensamos que o próprio campo de saúde mental, ao ampliar e diversificar os dispositivos e recursos de que o sujeito dispõe, acaba por assegurar outros furos pela própria tessitura de sua rede, acomodando, em suas tramas, espaços vazios, intervalos e inconsistências. Se, por um lado, esse coletivo da instituição pode se apresentar como um excesso para o sujeito, pela convivência diária e regular e pela proximidade estabelecida, por outro, tais hiatos podem apoiar certo tratamento do Outro, permitindo, também, que este compareça pluralizado, esvaziado, furado, e abrindo um caminho para que o psicótico ensaie formas se defender da posição de objeto visado e gozado pelo Outro. Talvez possamos pensar que tal contexto auxilie, ao mesmo tempo, na invenção de um espaço no mundo capaz de ser compartilhado.

Sigamos essa trilha, instaurada pela necessidade de nos esquivarmos da posição do Outro sem furo, detentores de algum saber prévio sobre o sujeito, para pensarmos nessa original função que ocupamos – orientados por mais uma especificidade da psicanálise, referida a um modo de fala produzida através da transferência.

3.2 - Sobre a transferência na psicose

Ao longo de seu ensino, mas particularmente na **Proposição de 9 de outubro de 1967**, Lacan (1967/2003), ao tratar da função do analista na transferência, utilizará o conceito de “sujeito suposto saber” como o balizador da transferência na neurose. Nessa clínica, é a suposição de saber ao lado do analista que permite o estabelecimento do “amor de transferência”, de maneira que o sujeito possa entrar em análise. No **Seminário 20**, Lacan diz que o neurótico ama justamente aquele que supõe deter o saber que viria a lhe completar. Ao contrário do mestre – que sabe – o analista, ao ser suposto, não sabe, sendo a sua função de *sujeito suposto saber*, uma condição e um resultado do dispositivo analítico.

Na psicose, de outro modo, é a certeza que está em jogo, podendo o analista vir a encarnar aquele que sabe tudo, ou lhe ama demasiadamente, por exemplo. Não se trata, portanto, de uma posição de “sujeito suposto saber”, já que o Outro, na psicose, é

inteiro, recoberto por uma certeza de saber. O específico dessa clínica é que, ao afirmar o saber ao lado do sujeito, o analista ocupa o lugar que Lacan pontuou como testemunha da relação do sujeito com o Outro. É preciso saber escutá-los, tomando seus ditos ao pé da letra. Afirma, no Seminário sobre as psicoses:

Em resumo, poder-se-ia dizer, o psicótico é um mártir do inconsciente, dando ao termo mártir seu sentido, que é o de testemunhar. Trata-se de um testemunho aberto. O neurótico também é uma testemunha da existência do inconsciente; ele dá um testemunho encoberto que é preciso decifrar. O psicótico, no sentido de que ele é, numa primeira aproximação, testemunha aberta, parece fixado, imobilizado, numa posição que o coloca sem condições de restaurar autenticamente o sentido do que ele testemunha, e de partilhá-lo no discurso dos outros. (LACAN, 1955-56/2002, pg. 153)

Assim, a transferência encontra-se, para o sujeito psicótico, ao lado do Outro, não sendo ele o responsável pelo seu estabelecimento – o que daria suporte ao trabalho. Mas, ao contrário, é ele que está em posição de ser amado, odiado, tomado pelo Outro – como objeto, pelo analista. Em consequência, tanto a erotomania como a perseguição tornam-se riscos possíveis nesta clínica, aos quais devemos nos manter atentos. Com essas indicações, podemos sustentar que, se é na medida em que o sujeito fala e endereça esta fala ao outro, que ele pode comparecer, é também falando que o sujeito nos dá mostras de que não está no registro de uma relação dual, mas que inclui um terceiro, o grande Outro. Desse modo, o trabalho da psicanálise na clínica da psicose, deve considerar justamente esse ponto estrutural: sua relação com o Outro, por onde buscamos nos localizar no manejo da transferência.

Lacan, ao falar sobre o ato do analista na clínica das psicoses, pontua o que chama de manobra da transferência: uma direção de trabalho com vistas a barrar o gozo do Outro que invade o sujeito. Para tanto, nos alerta que é preciso que o analista considere onde o paciente o situa, podendo, assim, contrapor uma manobra para que este seja convocado a comparecer como sujeito e não como objeto. Lacan propõe que sejamos “*secretários do alienado*”. Ele diz:

De fato, damos-nos conta, e não simplesmente a respeito de um caso tão notável quanto aquele do presidente Schreber, mas com respeito ao menos importante desses sujeitos, de que, se soubermos

escutar, o delírio das psicoses alucinatórias crônicas manifesta uma relação muito específica do sujeito em relação ao conjunto do sistema da linguagem em suas diferentes ordens. Só o doente pode testemunhar isso, e ele o testemunha com a maior energia. (...) Não temos razão alguma para não aceitar como tal, o que ele nos diz, sob pretexto sei lá o quê, que seria inefável, incomunicável, afetivo – vocês sabem, tudo o que se arquiteta sobre os pretensos fenômenos primitivos.

(LACAN, 1955-56/2002, pg. 237)

Tal posição, de um não-saber por parte do analista, diz de um papel ativo. A posição, indicada por Lacan, de “secretários do alienado”, nos orienta a recusar ocupar o lugar de Outro absoluto, portadores de um saber sobre o sujeito. É preciso ocupar um lugar vazio de gozo em que, como testemunhas do que o sujeito testemunha em sua relação com o Outro, sustentemos a possibilidade de que ele mesmo invente suas respostas e saídas.

Parece importante retornar ao uso que Lacan faz da expressão “mártir do inconsciente” ao se referir à posição de testemunha aberta do inconsciente que o psicótico ocupa. É esse mesmo significante – testemunha – que Elena designa para o lugar que ocupo na transferência; tanto na confecção de seu *Testamento da Memória* quanto ao dizer que eu a escuto e *acredito* no que me conta. A função de “secretários do alienado”, portanto, nos orienta a acompanhar o sujeito, ouvindo sua fala *ao pé da letra* e recolhendo seus efeitos. Foi somente a partir de um esvaziamento de saber que pude me colocar como “alguém capaz de ouvir” – como ela diz – promovendo a possibilidade de que ela comparecesse como portadora de um saber sobre seu ser e sua existência: sua realidade delirante. É, desse modo, que parece ser possível ajudá-la a construir ou inventar um sentido para esse conteúdo que testemunha. É da conjugação, pois, de um saber ao lado do sujeito e de um não saber ao lado do analista, que podemos apostar em um trabalho possível na clínica da psicose.

3.3 - Endereçamento como carta

Acreditamos ser fundamental, dessa forma, investigar como ocorreu o pedido de Elena para ser ouvida, no contexto de um tratamento que ela já empreendia no Hospital. Se, em muitos casos, os encaminhamentos são feitos pelo médico de

referência da equipe clínica – o que pode trazer a marca de uma forma de cuidado prévio – Elena, diferentemente, tomou a frente dessa empreitada e fabricou um espaço alternativo para o seu tratamento. Marcou, assim, ela própria, uma certa oposição de abordagens de trabalho.

A paciente é bastante conhecida no Instituto. Participa de atividades, circula pelo pátio, atravessa internações longas e curtas, sempre recorrentes ao longo dos anos. Nos grupos, Elena se destaca, ora como uma espécie de porta-voz, ora em atitude provocativa e irônica, mas também acolhedora com aqueles que apresentam algum sofrimento. Nosso encontro aconteceu no meu primeiro dia de plantão, ainda no pátio do Hospital. O pedido de atendimento foi realizado após alguns minutos da apresentação feita pela psicóloga e coordenadora de um grupo que ocorreria a seguir e no qual teríamos participação. Elena era atendida por uma médica loira (com quem tinha inúmeros conflitos) e, em seu pedido direcionado a mim, alegou que me escolheu por conta dos meus cabelos pretos, que assegurariam uma *simpatia* – em oposição a uma *arrogância* presente nas mulheres de cabelos loiros.

Foi esse significativo, *simpatia*, fazendo as vezes do que Lacan chamou de um **significante qualquer** [Sq] – ou seja, o significante que, na transferência, representaria o analista para o analisante, sustentando o motivo de sua escolha –, que possibilitou o pedido inédito da paciente dirigido a mim, no lugar de sua psicóloga.

Como foi dito anteriormente, a demanda de atendimento feita pela paciente ocorreu no âmbito de um grupo terapêutico realizado no IPUB, do qual ela faz parte e em que se dá a produção de um jornal. Sua circulação não contava de muito tempo quando do início do tratamento, mas Elena colaborava com seus textos em todas as edições. Ela publicava desde ofertas de seus serviços de faxineira a comentários sobre o hospital. Do mesmo modo, quando o jornal passou a publicar entrevistas com os funcionários – entre estes, os médicos –, sua participação manteve-se bastante ativa. Parece relevante apresentar alguns de seus textos, todos assinados:

A Amizade

A amizade é uma pérola que a gente deve preservar dentro da Ostra. Hoje estou muito feliz em ter verdadeiros amigos, como... [diz os nomes]. São amigas que a gente leva para além da vida. Por causa da amizade eu não sou mais um flagelado da sociedade.

Vida Estranha

Tudo está ligado a código e papeladas. Estou ligada a uma vida estranha de encargos bancários e não quero entrar na justiça contra uma pessoa que me ajudou muito. A vida é estranha porque as pessoas são estranhas. O único companheiro que me deu valor agora é meu inimigo oculto, porque não tenho mais contato com ele. Drogas é uma droga.

Os dois textos a seguir tiveram títulos idênticos, “Cartas”; o primeiro, dirigido a uma amiga feita no instituto e o outro, à avó, a quem agrediu fisicamente em sua primeira crise e com quem mantém relações conflituosas, devido às suas constantes interações:

Minha amiga Sandra, eu tive um surto psicótico com a doutora. Surto psicótico é um acúmulo de raiva contra alguém ou alguma coisa. Neste caso, antes que eu fizesse alguma coisa, pedi segurança para a doutora. A recepcionista me ignorou, aí fiquei mais brava. Aí me mandaram para dentro da enfermaria e me internaram. Minha amiga, logo vamos nos encontrar. Te amo, Elena

Vó querida, por mais que te ame, não consigo ficar perto de você. Fizemos uma outra feridas muito grandes. Essas feridas nunca cicatrizaram, mas estão sempre ativas, mas sinto muitas saudades de você. Te amo, sua neta maluquinha, Elena.

Elena, como autora desses textos, pôde construir uma narrativa para dizer de seu surto psicótico e o modo como lidou com ele. Marca-se, dessa forma, um saber da sua experiência. Ao retomar acontecimentos de sua vida e falar de seu sofrimento, ensaia circunscrever o real de sua experiência e contar com uma história a partir dela. E, mais do que isso, histórias que, ao circularem pela produção do jornal, alcançam leitores; inclusive aqueles que, antes, lhe negavam a palavra.

A crítica ao Instituto é constante, mas em determinado momento, há um agravamento de sua relação com a médica, a quem ela insiste em chamar de “doutora”, de modo enfaticamente irônico. Elena desafia as práticas médicas, talvez demasiadamente encarnadas em sua médica – esse Outro, que a toma como objeto e sobre o qual incide uma curiosidade, mas que não reconhece nela um saber. Assim, é

nessa relação que Elena me convoca a intervir, como *mediação* – nomeação feita por ela – como um anteparo, pela minha presença. Muitas vezes participo como testemunha da conversa das duas com pequenas interferências. Parece que basta que eu ali esteja. Essa função de mediação é um recurso de Elena, que ela estende ao uso que faz do centro espírita, com os passes e a comunicação dos médiuns – conforme destacamos no início.

Retomando, então, o momento de partida em que endereçou-se ao dispositivo, Elena diz tê-lo solicitado porque eu parecia ser *capaz de ouvi-la*, mas receava que eu me perdesse na escuta, pois afirma: “Vou pro norte, pro sul, para o leste, para o oeste, mas fujo do centro”, onde relata localizar-se a sua *carência*. Digo que podemos seguir juntas e que ela pode me levar ao centro *se* assim desejar.

Se reconhecemos, com alguma cautela, no seu pedido um apelo ao Outro, também consideramos que o mesmo nos convoca a uma posição delicada. Por um lado, se a analista é “capaz de ouvir”, por outro é “alguém capaz de se perder nessa escuta”. Talvez seja possível pensar que, tanto alguém que escuta, quanto alguém que se perde, comporta um furo. Um furo “do ouvido” – capaz de acolher os ditos e dizeres do sujeito e, por outro, uma analista sem mapa, com um vazio de saber prévio sobre o caminho a ser trilhado. É Elena quem conduz, mas algo na escuta, pela presença da analista, permite que ela seja acompanhada em seu caminho.

Elena testemunha a invasão do Outro, da própria linguagem que, literalmente, a habita. Através do endereçamento na transferência, é possível, aos poucos, a fabricação de um espaço de representação para ela; para esse lugar que ela ocupa e que designa a sua existência, com a marca desse significante de ser habitada, possuída por Outro. Ao chegar para o atendimento, a partir de sua fala podemos testemunhar a relação de Elena com o Outro, sem uma dialetização. É justamente nesse ponto que incide o seu pedido de tratamento: uma saída para barrar o Outro, com o engenho de uma mediação sustentada a cada encontro, em sua busca por reconhecimento. É por aí que a analista, pode, então, auxiliar na costura de algum sentido para o que a invade.

Lacan, em **De uma questão preliminar a todo tratamento possível na psicose** (1957-58/1998), ao dizer que o “drama da loucura” se situa no nível da linguagem, nos alerta para o fato de que, na psicose, convém escutarmos avisados de que a mensagem “*não provém de um sujeito para-além da linguagem, mas de uma fala para-além do sujeito*” (Idem, pg. 581).

No **Seminário 23**, sobre James Joyce, Lacan vai pontuar, de modo precioso, a condição parasita da linguagem, considerando a manifestação das palavras impostas ao escritor irlandês. Ao dizer que todos somos, em alguma medida, afetados pela condição parasitária da palavra – já que imersos na linguagem – afirma que o neurótico, por seu turno, não percebe tal condição de parasita podendo, desse modo, conservar alguma proteção em relação a ela: “*A questão é antes saber por que um homem dito normal não percebe que a fala é um parasita, que a fala é uma excrescência, que a fala é a forma de câncer pela qual o ser humano é afligido*” (Idem, pg. 92). Ao falar de palavras impostas, podemos entender o sujeito à mercê da linguagem, invadido por ela como se esta lhe fosse exterior, proveniente de fora.

É possível retomar o próprio endereçamento que Schreber fez a Fleschsig, para que este lesse suas memórias, na posição de um destinatário. Mesmo depois de se desculpar, reforça a influência do médico sobre ele através das emanções enviadas via sistema nervoso, as quais chama de relação hipnótica e de sugestão. O próprio Freud localizou como auge da estabilização de Schreber, o momento da cerzadura de sua escrita e, conseqüentemente, o seu endereçamento. E Lacan acrescenta a essa formulação, como uma questão de “primeira grandeza”, saber o que os leitores a que Schreber se dirigia com suas Memórias representavam para ele. Em nosso caso, podemos nos indagar sem, no entanto, conseguir responder completamente: o que somos nós, leitores, para Elena?

Da posição de secretários do alienado, acusamos recebimento daquilo que nos foi endereçado, circunscrevendo a sua produção. Esse trabalho de construção – como uma tentativa de certa unidade histórica para poder contar com uma história sobre si – tem, como partida, nesta clínica, podermos acompanhar o modo como a costura dos acontecimentos pôde forjá-la. Alguma unidade do eu pode ser alcançada por localizações como “eu sou como Omulu” ou “sou assim porque minha mãe me rogou uma praga”, entendendo que tais sentidos são arranjos *a posteriori* – como uma montagem do sujeito. No encontro com o analista, uma construção desse tipo depende, em certa medida, de um reconhecimento do Outro, com o valor de validação do sentido.

Podemos apostar que, com o seu endereçamento ao dispositivo analítico, Elena pôde produzir uma escrita a partir de restos. Seus escritos no jornal e os papéis que foram costurando o seu *Testamento da Memória* dão notícias de um encadeamento e

conferem a estas “obras”, o alcance de representar algo para outras pessoas, encontrando, assim, um lugar e possibilitando novas formas de laço social. Se Elena nos testemunha o que há de mais singular, é relevante observar que algumas de suas construções permitem colocar em jogo o mais singular, em posição de encadeamento a outros significantes da cultura – como, por exemplo, ao equivaler-se a Omulu, que é um mito compartilhado e cultuado em certas religiões; ou mesmo a valer-se da escrita, que publica no jornal e que, assim, pode circular em diferentes espaços. Não seria esse o trabalho que o encontro com o analista pode propiciar e visar?

Nesse momento, parece de suma importância focalizar que o “valor” conferido aos seus escritos, em nenhum momento se deteve ao conteúdo dos mesmos. Foi preciso, como uma decisão clínica, não estar demasiadamente interessada na história, fascinada por seu relato, mas sim no processo de montagem que a paciente empreende. Por um lado, há a aposta de que a construção de uma história pode localizar algo, circunscrever e conferir um sentido à sua existência; por outro, a orientação de Lacan nos permite apostar no fazer em si, como uma ação continuada do sujeito. É o seu modo de dizer que nos interessa; a própria montagem – a partir de restos e fragmentos – como invenção do sujeito, seu saber-fazer, que, nesse caso específico, inclui a própria analista em uma espécie de confecção compartilhada. À sua confecção, articula-se um pedido de leitura que pouco tem a ver com a compreensão dos textos, mas que dirige-se pela escrita, seu modo de marcar-se. Esse fazer da parte da analista aponta para uma certa autenticação da mensagem recebida; um forma de acusar o recebimento, permitindo, desse modo, que o sujeito possa se reconhecer na autoria das suas invenções e construções, para dar conta de barrar o Outro que lhe acossa.

É essa aposta que nos permite dar um passo além ao lugar de secretários do alienado. Éric Laurent, em **Versões da Clínica Psicanalítica** (1995), aborda a escrita do psicótico e seu lugar na clínica. Ele se questiona quanto à produção do texto e o que fazer com ele. Interroga-se sobre o modo como o psicanalista pode se situar na interlocução com esse sujeito psicótico que escreve, quando a interpretação não cabe como intervenção. O autor retoma a leitura de Lacan sobre a análise freudiana do caso Schreber, pontuando que Lacan localizou, nesta análise, a genialidade do pai da Psicanálise – relativo ao fato de ter introduzido, nas **Memórias do Presidente Schreber**, o sujeito como tal, o sujeito do inconsciente. Nomeia o ato como uma intervenção de Freud, por não ter tomado o louco como um deficitário, mas

considerando sua lógica do inconsciente, presente no texto publicado. Laurent indica, assim, que o ato psicanalítico deve orientar-se de modo a introduzir o sujeito psicótico no texto forjado por ele, com vistas a também conferir certa ordenação ao escrito, ao longo do tempo.

Faz referência à importante nota de rodapé acrescentada por Lacan em **De uma questão...**, em que localiza, na produção do delírio abundante, infinito, de Schreber, uma tentativa de se livrar de um excesso, a partir do “ato de fazer no mundo”. O que ele coloca em questão é a valorização da leitura como ficção – diferente de tomá-la como fantasia – mas no sentido introduzido por Bentham; portanto, como uma “*distribuição partilhada do gozo*” (Idem, pg. 188). Conclui que a função do texto é promover um esvaziamento do gozo, e que o próprio tratamento psicanalítico se aproxima dessa função por sua lógica de funcionamento.

Laurent avança para apontar que um bom lugar para o psicanalista, nesse caso, seria esse, de ocupar a aparência de furo que o sujeito esforça-se para produzir no seu delírio, e no qual articula a *letter* (carta, a letra) à *litter* (um lixo). Evidencia-se, assim, uma permeabilidade entre os dois termos, em que a letra, tomada como um resto, um lixo, pode vir a se perder, a se deixar. Ele recoloca o papel do analista em relação ao texto do psicótico e como *secretário do alienado*; para além do trabalho de tomar notas, mas assumindo a função de “expedir cartas”. Na tradução do francês para o português, seria um “despachar cartas” ou “livrar-se das cartas” – como indica o texto, em uma referência ao uso que Joyce faz do jogo homofônico entre *letter/litter*, para localizar o ato do analista de recolher as cartas como um resto, como um lixo, e dar-lhes um destino.

3.4 - Um enigma, uma enunciação

Na psicose, todo o trabalho de elaboração através do delírio, aponta para uma tentativa do sujeito de se livrar do excesso do gozo do Outro, que lhe acossa. Se, na neurose, o sujeito comparece dividido em relação à consistência do Outro; na psicose, tal dialética não se apresenta, mas sim a certeza de tal consistência. É o gozo do Outro que o sujeito testemunha em sua fala e em suas produções – um gozo não delimitado pela falta, sem uma mediação do campo simbólico, e, que, por isso, o invade. Podemos

retornar à indicação de Laurent quanto à aposta no sujeito na clínica da psicose e ao processo de acompanhar o psicótico em seu trabalho para barrar o Outro.

Tal trabalho diz, inclusive, do auxílio na escolha dos caminhos e problemas a se ocupar ou descartar nessa empreitada. É o que Laurent ressalta como função do analista – acolher, eger e destacar determinadas produções como um ato clínico, numa tentativa de “fazer furo no delírio”, uma modulação no estatuto de certeza que ele lhe confere. Busca-se, assim, a construção de uma pequena suposição no horizonte do manejo clínico.

É também a partir desse aspecto que podemos retomar a dimensão do enigma, abordada no final do primeiro capítulo, quando apontamos a separação radical que Lacan introduz entre o inconsciente, como *savoir-faire* – um saber fazer com a letra e o real –, e a verdade, como uma produção do inconsciente. Articulamos essa passagem ao **Seminário 23**, quando Lacan localiza James Joyce como um escritor de enigmas, sublinhando, assim, que o escritor toca o real em seu *savoir-faire*, mas não a verdade. Diz que o enigma é uma enunciação da qual não se acha enunciado, reforçando, desse modo, a diferença estabelecida por ele entre enunciado e enunciação, para marcar a função do enigma como pertencente a este último.

Essa diferenciação é pontuada por ele em **Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise**, de 1953, ano em que Lacan pronunciou o que ficou conhecido como o **Discurso de Roma**. Nesse trabalho, indica que a psicanálise dispõe apenas da fala do paciente para operar. E que, se toda fala exige uma resposta, o cerne da função desta, em análise, é contar com um ouvinte. Ele prossegue, interrogando o apelo do sujeito para além do vazio de seu dito, e ao que ele mesmo responde: o apelo emana deste, que constitui-se como o lugar de dizer. E é por sua escuta, pela presença do analista, que esse vazio, como lugar do dizer, pode se instituir e se manter. O analista, ao orientar-se pelo vazio de sentido, dirige-se antes ao significante do que ao significado. Lacan diferencia, assim, o dito – como lugar dos enunciados – do dizer, na medida em que comporta uma enunciação. No “*apelo à verdade*” podemos destacar que, ao falar para alguém, nessa posição de analista, o sujeito se expõe aos efeitos de verdade de sua fala. Lacan diz: “*a fala constitui a verdade; mesmo que se destine a enganar, ele especula com a fé no testemunho*” (Idem, pg. 253)

Sublinha que a escuta do analista, que testemunha uma fala, dirige-se para o que comparece entre os ditos e os dizeres do sujeito, e não propriamente ao conteúdo

do que é dito. Trata-se de pontuações e escansões, mais do que da compreensão da fala no manejo clínico, tendo a própria interrupção da sessão, o valor de uma intervenção, ou interpretação.

Nesse texto de 1953, Lacan vai dizer da interpretação que “só rompe o discurso para parir a fala”, na direção oposta à aplicada na chamada análise das resistências, que acabava por promover uma maior alienação do sujeito. Ele ressalta a interpretação como corte, como abalo nos sentidos e nas certezas, sendo um ato que rompe o discurso, a partir do significante. Desse modo, é o ato; um significante do discurso, que escapa e rompe com os significados da cadeia, para, então, *parir a fala*. Ele, de certa forma, promove algum ponto de basta diante da repetição incessante da cadeia presente na fala vazia, e possibilita, pelo advento da fala plena, que algo da verdade do sujeito compareça. Lacan vai usar o termo *ressonância*, que nos parece importante, quanto ao caso apresentado, para pensar no que *reverbera* nesse mal-entendido constituinte da linguagem, entre o que se fala e o que se escuta.

No **Seminário 17 – O avesso da psicanálise** (1969-70/2007), ao tratar do ato analítico como o que concerne às intervenções na experiência clínica, Lacan afirma que tanto a verdade quanto o enigma, se referem ao que não se pode dizer totalmente, a não ser como um meio-dizer. Recorre à Quimera, figura mitológica da Esfinge, que propôs o famoso enigma a Édipo, e à forma como ele lhe responde. Destaca que foi justamente o modo de resposta, que o transformou em Édipo, como tal. Lacan diz que a interpretação pode ser estabelecida igualmente como um enigma, recolhido a partir do discurso do analisando e retornado sobre o sujeito. Ele a diferencia da citação, em que se faz uso de um autor relevante – expoente em determinado assunto –, para sustentar um ponto às suas expensas. Nesse recurso, o enunciado é retirado de um texto, tal como foi proferido. E a interpretação, ao contrário, é precisamente a enunciação sem o enunciado.

Sobre esse ponto, acompanhamos Lacan quando ele afirma que, independente da estrutura, há um lapso em todo nó. Tal lapso relaciona-se ao modo que se dá a constituição do sujeito na linguagem, considerando uma hiância entre aquilo que se diz e aquilo que se pretende dizer. Entende, desse modo, a interpretação como um trabalho do inconsciente, realizado a partir desse ponto do lapso do nó – lugar onde há a tentativa de articulação dos registros. Contudo, se o lapso é para todos, a intervenção do analista, por outro lado, deve incidir de forma diferente em cada estrutura.

É possível refletir sobre a inversão promovida pela transferência na cena analítica, no campo da psicose. A interpretação está ao lado do sujeito psicótico – que interpreta de modo singular, acreditando em sua interpretação – como uma certeza. Não caberia, desse modo, pensar na interpretação como um corte em tal discurso, mas, diferentemente, como uma intervenção, de modo a reforçar a tentativa de enlace do sujeito.

Como podemos pensar nesses dois aspectos, da interpretação nessa estrutura e em um ponto de basta na psicose, quando é justamente o que lhe falta e lhe deixa à deriva? Quando ouvimos de Lacan a recomendação para não recuarmos diante da psicose, encontramos também a distinção de manejo nessa clínica para a da neurose. Ele alerta para o equívoco de tal posição: “*Pois usar a técnica que ele (Freud) instituiu fora da experiência a que ela se aplica é tão estúpido quanto esfalfar-se nos remos quando o barco está encalhado na areia*” (Lacan, 1957-58, pg. 590).

Encontramos o termo *ancoragem* no texto **Points d’ancrage sans le père** (2000), de Stevens, que nos parece um bom caminho para pensar num certo aspecto de estar à deriva na psicose, e nessa imagem evocada por Lacan, de um barco encalhado na areia como um lugar a não se ocupar como analista nessa clínica. Seu uso remete ao universo náutico e ao ato de um barco lançar a sua âncora ao mar, promovendo um ponto de parada em sua travessia. Constituiria, assim, um contraponto ao barco à deriva.

O autor justifica seu encontro com o termo a partir de um lapso de uma amiga psicanalista, em uma troca de e-mails. A autora do ato-falho, ao invés de escrever a palavra “ancrage” – como ancoragem –, escreveu a palavra “encrage” – com a letra ‘e’, que remete à tinta da caneta de tinteiro, para escrever. Ele promove, portanto, uma articulação entre a letra que se escreve, que se marca com tinta, como um modo do sujeito ancorar-se. Stevens destaca como vertentes vinculadas ao uso do termo *ponto de ancoragem*: “*a ancoragem de seu gozo [...] e a ancoragem no Outro do significante que constitui o tecido das significações*” (Idem, pg. 34). Diz que, se na neurose, o ponto de ancoragem está na operação do Édipo, na psicose, em decorrência da ausência de tal ponto de basta, o sujeito se encontraria à deriva em relação às significações e ao gozo.

Ao fazer uso do termo ancoragem, Stevens oferece uma proposta de trabalho possível com pacientes psicóticos, visando conferir a eles a valorização e a autoria de

suas invenções. Ele pontua: “*Nós chamamos de ancoragem uma série de modos de bricolagem dos sujeitos psicóticos com o real do gozo e com o Outro do significante*” (Ibidem, pg. 37). Ele enfatiza que a ancoragem na psicose não se restringe à assunção da metáfora delirante, mas, a partir de Joyce, pode destacar uma suplência por uma fixação de gozo na feitura da obra, na cerzidura mesma de sua escrita e em seu trabalho com a letra.

Stevens propõe que a ênfase na suplência não recaia apenas no recurso da arte, em Joyce, mas, antes, pelo que escapa ao sentido. Conclui que é por essa via, do fora de sentido, que Joyce confere um tratamento ao real e ao gozo que lhe invade: “*A suplência como nó subjetivo é o primeiro nome que Lacan dá àquilo que nós tratamos como ponto de ancoragem*” (Idem, pg. 36). Enquanto o ponto de basta relaciona-se à inscrição do Nome-do-Pai, à entrada na norma fálica e no campo das significações compartilhadas, o ponto de ancoragem – ao localizar-se, pela forclusão, fora dessa chave significante que o falo institui –, orienta-se pelo sem de sentido, produzindo uma nomeação do gozo por meio do *nonsense*, por uma invenção que produz um sentido singular, com estatuto de verdade, mas que está para além das significações compartilhadas.

Stevens destaca que o ponto de ancoragem promove, desse modo, um enlaçamento entre significante e gozo, em uma escritura que pode vir a conferir tanto um sentido para o sujeito quanto uma espécie de amarração ao Outro. No entanto, o que ele enfatiza é o ponto de ancoragem, como um modo pelo qual o sujeito pode endereçar-se ao Outro com suas invenções e bricolagens e, assim, empreender um tratamento ao gozo pela via do significante. À invenção desse ponto de ancoragem, por meio da articulação entre gozo e significante, o autor destaca a possibilidade de muitas vezes se conseguir forjar o que chama de insígnia – “*um basta na contiguidade do gozo e do significante nas psicoses; contiguidade à qual é submetido o psicótico e que faz com que o significante fale sozinho*”. Podemos entender tal insígnia como o que se destaca e particulariza o inventor, aqui, nesse trabalho. Considerando a psicose, é possível assumir a insígnia como letra, no enlaçamento entre significante e gozo; como uma marca distintiva, que localiza e representa o sujeito no Outro social (Miller, 1998).

Com base no que foi dito, podemos pensar que, logo no início, quando Elena diz: “Um espírito selvagem habita em mim!”, foi possível tomar tal fala como uma enunciação, sustentando a dimensão do enigma ao lado do sujeito, e não incidindo

sobre Elena uma interpretação enigmática. Acreditamos que o enigma, posto ao lado dela, e o não-saber, localizado ao lado da analista, abriu para Elena a possibilidade de modular algo que tinha o estatuto de uma certeza de ser possuída – operando, por isso, o encadeamento com uma história e com outros significantes. Não houve uma contestação da sua fala, mas tampouco houve uma adesão à mesma. Quando Elena diz, após a entrevista, que a analista e o médico *acreditam nela*, queremos apostar que tal crença, não teve, para ela, a dimensão de uma compreensão do que ela nos conta, mas, antes, um acolhimento, que permitiu a abertura para outras invenções.

Apostamos, com isso, que o intenso trabalho de restauração que o sujeito empreende para dar conta das significações do mundo é o que permite que ele possa endereçar-se. E, na clínica, é o que permite que o analista ocupe esse lugar, para o qual o psicótico endereça o seu trabalho, conferindo a este uma certa autenticação.

3.5 - O osso, uma pedra no caminho

A partir de uma fala de Elena, em um momento posterior, e que tomamos como uma enunciação – como um anúncio de um ponto limite em seu tratamento – fomos levados a refletir sobre o lugar da cura e do incurável na psicanálise.

Estando a paciente no contexto de uma instituição onde predomina o discurso médico, o tratamento que incide sobre Elena dirige-se à sua doença, na busca da eliminação dos seus sintomas. Nós não nos opomos a tal direção de trabalho, mas orientamo-nos por uma diferença e pela produção de uma diferença. Entendendo o delírio como uma tentativa de reconstrução de mundo, não teria sentido almejar a sua supressão. Buscamos, de outro modo, conferir a este, algum tratamento, pela via da modulação.

No livro **O Osso de uma análise** (2015), Jacques-Alain Miller desenvolve questões pertinentes quanto ao que se reduz de uma experiência analítica. Embora o texto dirija-se, predominantemente, à neurose, nos pareceu, por uma indicação na orientação, um bom guia para esse momento de concluir a pesquisa. O autor francês busca, nesse trabalho realizado no Brasil, em um seminário em Salvador, substituir o termo *osso* – que em sua língua materna, indica um obstáculo –, pela expressão *pedra*,

que teria uma melhor adequação de sentido em português. Recorre ao poema **No meio do caminho**, de Carlos Drummond de Andrade:

No meio do caminho tinha uma pedra
 Tinha uma pedra no meio do caminho
 Tinha uma pedra
 No meio do caminho tinha uma pedra

Nunca esquecerei desse acontecimento
 Na vida de minhas retinas tão fatigadas
 Nunca me esquecerei que no meio do caminho
 Tinha uma pedra
 Tinha uma pedra no meio do caminho
 No meio do caminho tinha uma pedra
 (Antologia Poética, 1962/1998)

Diz que o poema funciona como uma espécie de alegoria a respeito do que apresenta-se como o osso de um tratamento, por meio da repetição insistente utilizada. É a presença da pedra intransponível no meio do caminho que atua como motor da repetição poética. Ele afirma que esta fornece um peso à significação e confere à pedra um lugar de “*obstáculo fundamental*” – aquilo que impede o prosseguimento e instiga a repetição incessante. Ele diz: “*Um obstáculo intransponível, que obriga o sujeito da enunciação a repetir, de maneira inconsolável, que há essa pedra, a repetir a evidência dessa presença, contra a qual nada pode fazer*” (Miller, 2015, pg. 19).

Miller introduz, então, uma dialética entre a pedra e o caminho, afirmando que, se de início é a existência do obstáculo que produz a repetição, também é possível supor que é a repetição que possibilita que se perceba e se isole um obstáculo. A pedra está posta na estrada, mas somente torna-se obstáculo para um sujeito porque este se colocou a caminhar: “*O segredo desse verso sublime e misterioso é que o caminho cria a pedra, que se encontra no seu meio*” (Idem, pg. 20). Conclui que a pedra como obstáculo, como aquilo que obriga a repetição, é também o que permite perceber-se num caminho, sendo a pedra, uma parte do próprio caminho que se percorre.

Assim, avança para dizer que não haveria nem caminho, nem pedra, sem o ser falante. E que se há, para cada ser falante muitos caminhos, há entre estes, um, mais essencial, que é o caminho da sua fala. Apenas na experiência da análise é possível que o sujeito perceba estar percorrendo tal via e, que, inevitavelmente, nele haverá uma pedra. Ambos, caminho e pedra, nessa experiência, pertencem à fala. Sustenta, então, a ideia da pedra como *objeto a* que, em francês, seria o próprio osso – *ossobjeto* –, que diz ser uma espécie de pedra que se localiza no corpo.

Em **Análise Terminável e Interminável** (1937), no final de seu texto, Freud nomeia de rochedo, a pedra ou osso do tratamento – o último obstáculo do caminho – como nos diz Miller. É este o ponto de incurável na neurose: o rochedo da castração do sujeito, sua divisão, sendo o seu trabalho de fala, uma espécie de espiral em torno desse osso, *cingindo-o e circunscrevendo-o* (Idem, pg. 28). De outro modo, na psicose, podemos apontar a forclusão do Nome-do-Pai como o incurável, tendo como uma boa aposta de trabalho, a tentativa de modular, barrar, conferir uma distância ao gozo que invade o sujeito.

Com essas considerações podemos retomar o caso.

Elena vinha comemorando o fato de estar há mais de um ano sem se internar (foram cerca de seis meses) e a retomada de seu ofício de enfermeira e cuidadora – o que fazia antes de sua mãe falecer. Ela mantinha uma espécie de surpresa, com o que chamou de *melhora*. E assim permaneceu por alguns meses, até que começou a aparecer um certo desconforto com a situação. Um dia me diz: “Ana Carolina, eu estou ficando boa. Eu não posso ficar boa, não, minha filha! Eu não vou largar o *osso!*”.

Como assim? – pergunto.

Ela me conta que é *louca* e que precisa *disso* para viver. Repete que não vai *largar o osso* e que me permitiu ver uma parte dela que não revela a ninguém, mas que *cobriu* novamente.

Na sessão seguinte, chega falando em inglês e explica que os *americanos falam em latim, de trás para a frente*. Conta que é seu distúrbio falando e que ela é uma *semideusa*, existente desde o início dos tempos. Alerta-me sobre a abertura do seu terceiro olho e, portanto, de sua *intolerância* com todas as pessoas, inclusive comigo. Relata estar pensando muito em sua missão de ter uma *filha fêmea*, a quem passará

toda a sua *sabedoria*. Conclui dizendo que seu distúrbio é masculino e ativo e ela, feminina e passiva. E que a cada dia seu distúrbio lhe revela algo.

Faz, então, um pedido: quer que eu vá ao Palavrear – uma oficina realizada no Hospital-Dia – porque será lançado um livro, com publicações das histórias contadas ali e ela está preocupada com o que será dito dela. Conta que falará de sua vida e gostaria que eu fosse. Aceito. Já no Grupo, Elena fala: “Estou dizendo aqui, diante de todos: você é a minha primeira e última psicóloga! Primeira e última!”. Pela dinâmica do Grupo, não posso falar; apenas escutar. A coordenadora lhe pergunta o porquê, mas ela diz não querer responder. Na sessão seguinte, Elena não vai. Nem nas duas subsequentes. Uma amiga de Elena me procura no Ambulatório do IPUB para saber notícias dela. Acredita que possa ter sido internada.

Elena desaparece dos atendimentos e retorna após algum tempo, aparecendo no Ambulatório para uma consulta com o psiquiatra. Ao me ver, diz que foi internada em outro município porque estava andando na rua e *falando besteiras*. Conta que o médico do Instituto *zerou* o seu cartão de atendimentos e que ela terá que *iniciar do zero* o seu tratamento, e que isso inclui o trabalho comigo. Retira os oito anéis que tem nos dedos e conclui *estar sem nada*. Fala que estava *se curando*, até ser internada novamente e que precisava voltar para as sessões. Afirmo, finalmente, que o tratamento comigo não pretende *curar* sua *loucura*. Elena, então, sorri e diz saber disso. Marcamos um próximo atendimento, mas Elena demora ainda um mês para retornar.

É importante observar que essa palavra, *cura*, aparece logo no início, quando Elena me conta sobre a sua primeira crise. A mãe de Elena se recusa a aceitar o tratamento prescrito para a sua *cura* e vai morrendo aos poucos. Após a morte da mãe, espíritos invadem seu quarto para *currá-la* – como ela designa – o que a levou a crer que tivesse engravidado do espírito da mãe. *Cura* e *curra* aproximam-se nesse e em outros momentos ao longo do processo analítico. Também faz-se necessário pontuar que sua mãe engravidou dela a partir de um ato de violência sexual, o que ela nomeia de *curra*.

O que se coloca é que, algo, a partir do seu endereçamento, parece ter o estatuto de uma escrita. E são os efeitos desse endereçamento que Elena parece reconhecer, nesse momento, como uma cura para sua loucura; mas uma cura ameaçadora, da ordem de uma *curra*, capaz de lhe tirar *o osso*.

É importante voltar à demanda de tratamento feita pela paciente. Nesse pedido, Elena requisitou que eu a ouvisse e me contou sua história ao longo dos meses. O que se apresentou, com a sua fala, desvelado desde o começo, foi um ponto limite que já descrevi no início do capítulo e que vale repetir. Elena diz: “Vou pro norte, pro sul, para o leste, para o oeste, mas fujo do *centro*, onde está a minha carência”. Podemos apostar, com ela, que no centro de sua questão encontra-se seu *osso*, esse ponto de incurável, do qual não pode abrir mão, pois lhe cura do seu próprio ser. Por uma ousadia, talvez possamos pensar na própria dimensão da letra, em sua função de condensamento de um gozo e que se situa entre saber e gozo – entre o centro e a ausência – onde a letra desenha um litoral. Sendo assim, é justamente do litoral ao literal, que a letra se escreve e faz marca, apontando para uma redução mínima possível do sujeito; um núcleo, digamos assim.

Cabe, também, destacar um fragmento de extrema relevância: “**Eu** estava me curando”. Essa frase parece nos indicar que o seu processo de cura é fruto de sua implicação no tratamento, de um desdobramento do processo de contar as suas histórias, de endereçá-las no dispositivo analítico. Sua responsabilidade, portanto. Podemos, com Miller, apostar que o osso – tal como a pedra de Drummond – concerne ao caminho. Podemos dizer que o osso por ela sinalizado é fruto de sua caminhada, consequência do fato dela ter se colocado a caminho, e que é esse mesmo osso que nos atesta seu trabalho e sua implicação no tratamento.

Não pretendemos, com isso, fechar a questão do *osso* de Elena, mas, antes, *acreditar* que ele toca uma verdade do sujeito e nos aponta um limite.

Ao sustentar que a psicanálise opera a partir de uma ética do sujeito, também no campo das psicoses, Quinet (2001) nos alerta sobre a relevância de que, convocar o sujeito a contar as suas histórias, seus fenômenos, sofrimento e interpretação, é justamente o processo de torná-lo responsável por seu trabalho – o oposto, desse modo, de mantê-lo como objeto de observação. Ele diz:

A psicanálise define um sujeito do direito, responsável por sua posição de sujeito. E isso inclusive para o psicótico que tanto responsabiliza o Outro pelo que lhe ocorre eximindo-se de sua posição subjetiva [...]. Afirmar a responsabilidade do louco é tratá-lo como sujeito, lá onde ele mesmo, com o aval do discurso do mestre, se coloca como objeto do gozo do Outro [...] O que disso se depreende é que responsabilizar o homem é convocar o sujeito. (QUINET, 2011, pg. 111,112)

A partir de uma aposta clínica, entendemos sua *(lou)cura*, como uma cura possível, inventada por Elena. Desse modo, nos pareceu fundamental no manejo, assegurá-la de que o tratamento não pretende a cura da sua loucura. Concluímos que, somente com essa posição e essa intervenção – como um ato – foi possível que Elena sustentasse o trabalho por outras vias, suportando a sua continuidade e, que, assim, voltasse a se endereçar ao dispositivo analítico. Eis uma saída ética – por onde apostamos.

Esse atendimento, como toda a clínica da psicose, nos confronta com impasses singulares e nos interroga sobre o trabalho possível a ser realizado. Observamos que a transferência nessa clínica é revestida de grande intensidade, por vezes de forma maciça, convocando a intenso trabalho. Assim, se o manejo da transferência é crucial em todas as estruturas, nessa clínica nos leva a articulá-lo de modo mais enfático ao desejo do analista.

Mas, em que consiste o desejo do analista? O que é que ele deseja? De início, é preciso situar que, como desejo, refere-se ao campo do Outro; porém, é um desejo como uma função, articulado à posição do analista no trabalho clínico. Lacan situa o desejo do analista como um efeito da análise. Diz que o percurso numa análise define até onde é possível operar no trabalho analítico, abrindo possibilidades e demarcando limites ao fazer no dispositivo que depende justamente do desejo do analista. Pontua a diferença entre esse desejo e a demanda de “ser psicanalista” – como o apelo e a resposta a um ideal.

Retomando a questão da transferência na clínica da psicose, já colocada nesse capítulo, podemos refletir sobre a inversão proposta por Lacan, que a situa do lado do analista, e pensar na implicação que isso estabelece em relação ao desejo do analista, como o fundamental para fazer operar o dispositivo clínico. O desejo do analista sustenta o vazio de um saber prévio, abrindo a possibilidade de que o saber se instale ao lado do sujeito, como um espaço de construção. É esse amor à verdade, citado por Freud, que marca uma posição ética na clínica, para além da vontade, que permite um espaço de acolhimento para o paciente, sem acatar as demandas e sem orientar-se por modelos prévios e permitindo, desse modo, que invenções singulares possam ter espaço.

Assim, é uma clínica que nos convoca, a cada momento, nesse delicado manejo, demandando também algum “jogo de cintura” para as surpresas e para os

inesperados que emergem nos atendimentos; mas, sobretudo, uma abertura constante e imprescindível, para nos mantermos aprendizes. É o que Lacan coloca como “aprender a aprender” com o psicótico. No lugar do analista suposto saber, há a suposição de saber-fazer com o real colocado ao lado do sujeito e a aposta nas tentativas de construção de pontos de ancoragens – suas bricolagens –, como pequenas barragens para a invasão do Outro.

O que o analista deve marcar e devolver ao paciente é justo o caráter de invenção, presente no que faz ponto de parada. Stevens (2003) alerta para uma intervenção atenta às invenções e que também, por seu turno, possa inventar modos de colocar em jogo um saber-fazer com o enigma que, então, reconhecemos na fala do psicótico. Com isso, é necessário que o analista saiba saber-não-saber, colocando o seu saber em suspensão e esvaziando-se, mas também de um modo ativo: suscitando as invenções e autenticando uma enunciação a partir do endereçamento. É um caminho. É preciso colocar-se a caminhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, em que somos chamados a concluir, pedimos licença ao que foi colocado como cerne desta pesquisa e que nos aponta para um trabalho *possível* na clínica da psicose, como o próprio *fazer*. Aqui também apresentaremos considerações que não se colocam como definitivas, como um final, mas como um convite a caminhar.

O tema de nossa dissertação dedicou-se a articular a estabilização na psicose – uma invenção – ao endereçamento do sujeito na clínica, como uma via para tal empreitada. Nosso interesse recaiu sobre o estatuto da escritura que a estabilização pode alcançar para o sujeito.

Partimos dos impasses com um caso clínico de psicose, que se constituíram como guias ao nosso caminho, orientando a escrita. Assim, parece oportuno recorrer a uma metáfora indicada por Lacan em seu Seminário sobre as psicoses, no qual trata as alucinações como letreiros postos à beira da estrada. Lacan se vale do significante da “estrada principal” para marcar a função do Nome-do-Pai, este significante primordial na articulação entre significante e significado. A estrada principal serve de exemplo à função do significante “*enquanto ele polariza, engancha, agrupa em feixe, as significações*” (LACAN, 1955-56, pg. 328).

É o Nome-do-Pai, como estrada principal, que exerce as funções de polarizar e criar um campo de significações. Sem ela, o psicótico se vê forçado a realizar incontáveis desvios, percorrer diversas vias e escolher entre diferentes rotas, por várias razões: “*comodidade, vagabundagem, ou simplesmente errar na encruzilhada*”. Para ir de um ponto a outro, o psicótico precisaria seguir os tais letreiros dispostos na beira da estrada; “*isso quer dizer que, ali onde o significante não funciona, isso se põe a falar sozinho, à beira da estrada principal. Ali onde não há estrada, as palavras escritas aparecem escritas nos letreiros. Talvez seja isso a função das alucinações auditivas verbais de nossas alucinações [...] – são os letreiros à beira de seu pequeno caminho*” (Idem, pg. 330-31).

Ele nos indica que a falta desse significante primordial provoca um outro tipo de enganche entre o significante e as significações. Os fenômenos elementares da psicose, como as alucinações, seriam representados por esses significantes que

perseguem seus caminhos sozinhos, “*falando sozinhos, cantando sozinhos*” (Ibidem). Lacan faz referência aos zumbidos alucinados, ao murmúrio contínuo de frases, como sendo exatamente as “infinidades desses pequenos caminhos”. Ele completa, dizendo ser uma sorte que eles indiquem alguma direção, ainda que vagamente.

Com isso, estamos certos de que tais indicações, colocadas como um auxílio na orientação de um caminho, não são vivenciadas como uma experiência apaziguadora; pelo contrário, as alucinações são experimentadas, em grande número de vezes, como uma invasão ou possessão a que o sujeito é exposto. No entanto, se os letreiros indicam caminhos aos sujeitos psicóticos, é também como aprendizes que podemos acompanhá-los em suas pequenas estradas.

Retomamos, desse modo, a posição defendida na introdução deste trabalho, sobre a soberania da clínica. Reafirmamos que, somente a partir do que ela nos ensina, foi possível realizar essa jornada, recolhendo seus efeitos, tanto quanto do endereçamento e da escrita, quanto à estabilização e à transferência.

A primeira parte desse percurso, como já dissemos, constitui-se como um campo árido. Permanece a necessidade de retomá-lo em breve, de modo que ele se torne menos denso e mais um instrumento para o trabalho.

Iniciamos o capítulo com a construção do caso, de modo a sustentar que tamanho percurso teórico estava ancorado em questões e impasses oriundos da clínica, e que a estes serviam. Para articular a escrita – tanto a do papel, como aquela produzida a partir do endereçamento – à estabilização na psicose, foi preciso estabelecer dois campos: o da escritura e o da psicose. Por meio da orientação, foi possível recortar o tema. Assim, não toda a escrita, mas a escrita de Elena; não toda a estabilização, mas a que ela empreendeu; não toda a transferência, mas aquela aqui estabelecida.

Para isso, partimos da leitura de Freud e do estabelecimento que ele articula entre inconsciente e escrita ao longo de sua obra e, notadamente, em **A Interpretação dos Sonhos** (1900). Seguimos a trilha perseguida por Lacan desde a década de 1950, quando elabora um enlace entre o campo da linguagem e o inconsciente através de sua assertiva: “*o inconsciente é estruturado como uma linguagem*”. Articula, desse modo, os mecanismos de condensação e deslocamento às figuras de linguagem, metáfora e metonímia.

Há uma longa jornada para estabelecer as premissas e as diferenciações entre significante e letra. Nesse momento, Lacan destaca a letra como suporte material e necessário ao jogo significante. Seleccionamos essa passagem como o início de uma formalização sobre a natureza material da letra – podendo ser destacada e isolada na cadeia, como uma espécie de redução mínima da escrita.

Acompanhamos, detalhadamente, a análise de Lacan sobre o conto **A Carta Roubada**, de Edgar Allan Poe – processo retomado por ele em diferentes períodos. É o momento em que aproxima a dimensão da letra a uma carta (*lettre*), destinada à leitura. Joga, assim, com a homofonia possível entre as duas palavras na língua francesa, uma vez que *lettre* designa tanto um elemento quanto o outro. Também é por meio de uma homofonia indicada por Joyce, em inglês, que Lacan aproxima a *letter* (uma carta) à *litter* (lixeria), reforçando a materialidade da letra e sua condição de resto, de lixo. Marca-se a dimensão da letra para além do envio de uma mensagem. A carta, como letra, destina-se a uma leitura “ao pé da letra”, literal. Na medida em que articula o Real e o Simbólico, indica, para além da compreensão, sua face de veículo, de fixação de gozo, como uma redução do sujeito.

Na década de 1960, com o estabelecimento do *objeto a*, intensifica-se a diferenciação entre significante e letra, mas é no texto **Lituraterra** (1971), que Lacan retomará tais apreciações. Ele aproxima-se da análise dos textos de Joyce e tal proximidade é responsável por uma importante virada, tanto na teoria quanto na clínica. Ele propõe que a letra se escreve e se localiza no litoral entre os registros do Simbólico e do Real (dois campos heterogêneos), entre o saber e o gozo, e que ela pode vir a tornar-se *literal*, justamente a partir da escrita, das marcas e sulcos no real que cava no real.

Há uma retomada dos textos de Freud, como o **Projeto para uma psicologia científica** (1895), o **Bloco Mágico** e a **Carta 52**, para dizer que a escrita não é uma impressão ou efeito de decalque do significante, mas que, de outro modo, ela é “*consequência do fato da linguagem ser habitada por quem fala*”. A escrita é, então, um efeito de língua, aquilo que se forja por quem fala – como Lacan nos indica. Ele localiza a letra e a escrita no Real, e os significantes, como semblante, no Simbólico. Completa afirmando que nada é mais distinto do que os sulcos cavados no Real, pela letra, do que o significante em sua função de ser semblante.

No **Seminário 20, Mais, ainda**, Lacan aproxima a publicação de sua escrita – que tomamos como seu endereçamento – a uma publicação de restos, que ganha a tradução de *publixo*, remetido ao ato de jogar dejetos em uma lixeira. Ao pontuar um “*escrito para não ler*” (1973), mais uma vez enfatiza que a leitura não deve destinar-se à compreensão, mas antes, à explicação, como uma ação de desdobrá-la, permitindo que alcance uma multiplicidade de formas. Ler Joyce – como um escritor de bricolagens – suporia uma leitura realizada de igual modo, em um apanhar de restos, catando migalhas.

Nesse Seminário, Lacan estabelece o nó borromeano como um certo enlaçamento entre o Real, o Simbólico e o Imaginário, uma escrita do sujeito. O modo de amarração constitui uma escrita, forjada no enlaçamento dos registros. Acrescenta que é com os restos que se escreve, e que a escrita concerne ao gozo.

Ao tomar o trauma como o encontro com a linguagem e que, dessa forma, está para todos, Lacan propõe o termo *lalíngua*, na fronteira entre saber e verdade. *Lalíngua* é matéria-prima do inconsciente e articula gozo e linguagem, opondo-se à última quanto à sua função de comunicação. Ela aponta para o real, para o fora de sentido, testemunhando um saber que escapa ao ser falante. Tal fato leva Lacan a dizer que o inconsciente se constitui como um saber-fazer com *lalíngua*. Paralelamente a isso, indica que a interpretação também não deve se dirigir ao sentido, mas jogar com o equívoco.

Finalmente, no **Seminário 23**, ao debruçar-se sobre a produção literária de James Joyce, Lacan se interroga sobre a singularidade de uma escrita, como uma suplência, por meio de uma invenção única. Joyce, como um escritor de enigmas, trabalha a partir de decomposições, rasuras e bricolagens, em uma espécie de dissolução da língua. Ele inventa seu nome próprio a partir de sua obra, ao que Lacan conclui que o sintoma diz respeito à *lalíngua*, tendo sido o grande trabalho do escritor irlandês o feito de elevar o *sinthoma* a uma potência de linguagem inalisável.

Esse saber-fazer de Joyce leva Lacan a considerar outras soluções como suplência, apostando em saídas mais singulares. Esse ponto do caminho permitiu que seguíssemos para aproximar enunciação e escrita e, com isso, investigar o que é possível escrever no trabalho com a letra, a partir do seu endereçamento ao dispositivo clínico – como o que ela pode operar na estabilização na psicose.

Na segunda parte da dissertação, buscamos percorrer o segundo campo proposto pela pesquisa: o da psicose. Certos de que muitas vias eram possíveis para essa empreitada, optamos por seguir aquela estabelecida por Elena, com base no que recolhemos por meio da construção do caso.

Iniciamos com as premissas de Freud, considerando o caso Schreber por ele abordado e sua construção do mecanismo de *Verwerfung* como rejeição da castração e da realidade traumática; e o delírio como um processo de cura e reconstrução de mundo.

Pontuamos a retomada de Lacan da análise freudiana sobre as **Memórias de Schreber**, e o estabelecimento do termo *foraclusão*, para marcar o mecanismo próprio da psicose. O que Freud determina como “*aquilo que foi abolido retorna desde fora*”, Lacan vai localizar como aquilo que não foi simbolizado, foracluído, e que retorna no real, como um gozo. Ele vai marcar o *inconsciente a céu aberto* na psicose. Buscamos determinar que Lacan trata a foraclusão da dimensão simbólica da realidade, por meio da não inscrição do significante primordial, que designa como Nome-do-Pai. Ele retoma, assim, o triângulo edípico e faz uso do seu Esquema L, em uma composição, para sustentar o modo como a carência de tal significante impede que o registro imaginário remeta-se ao simbólico, e também não permitindo o enganche do real. Há uma desarticulação que constitui as bases teóricas e clínicas em jogo no desencadeamento psicótico.

Com foco em tais premissas, costuramos o caso abordado, realizando uma montagem, na tentativa de marcar o momento do desencadeamento de Elena, a importância do nome próprio e a operação de retenção que ela faz desse S1 – seu nome de batismo, definido pelo desejo da mãe, que fixa uma referência ao seu ser e à sua existência. Há uma certeza no nome em seu sentido literal, o que consistiria, para Lacan, a própria definição da loucura. Há uma pregnância de sentido no nome, que a congela em um lugar de objeto de gozo, à mercê do desejo da mãe. O vaticínio desta, no leito de morte, retira de Elena essa marca, na qual ela também se apoiava, desencadeando seu primeiro surto. Todo o seu trabalho de reconstrução, portanto, incide exatamente sobre sua origem e sua missão – que ela nos endereça.

Podemos entender que, tanto os números no prontuário que ela assume no lugar do nome quanto as falas: “*eu sou louca*” ou “*um espírito selvagem habita em mim*” e “*mãe-da-mãe*”, são pequenos trabalhos de nomeação que Elena empreende no

sentido de alcançar um lugar no Outro. Nesse momento, recorro ao caso Schreber e ao Esquema I, proposto por Lacan. Esse caminho permitiu que pudéssemos tratar a construção de Elena como uma invenção, ao colocar como “Missão de Vida” tornar-se “Mãe da mãe”, em um para-além do tempo, em um futuro assintótico.

Com a pluralização dos Nomes-do-Pai e a multiplicação de possíveis soluções, Lacan privilegia um “saber-fazer” com o inconsciente. Ele confere uma relevância maior ao fazer, no lugar do saber, e ao uso que se faz dos recursos de que o sujeito dispõe. Há um destaque à invenção de saber-fazer com o gozo. Utilizamos as considerações de Miller para tratar da invenção como bricolagem, como pequenos trabalhos empreendidos com base em recursos e instrumentos já existentes e disponíveis. Ele diz que as psicoses estão ao lado das pequenas invenções, da construção de pequenos pontos-de-basta em seu fluxo metonímico, destacando que a estabilidade de tais inventos relaciona-se à possibilidade de estabelecerem algum laço social. Indica o encontro com o analista como um possível recurso à invenção, o que nos levou ao desenvolvimento do terceiro capítulo.

Na parte final desta dissertação, nos dedicamos a pesquisar o trabalho do analista na instituição de saúde mental e o lugar ocupado pela psicanálise nesse cenário. Ao designá-la como *primus inter pares*, Freud pontua que, ainda que se constitua como um método de tratamento como outros, há nela uma especificidade clínica que a torna uma experiência original – como completa Lacan.

A psicanálise deve orientar-se à escuta, sem incidir sobre o sujeito uma direção de cura aos moldes da Psiquiatria. Destacamos a indicação para não recuarmos diante da psicose, sustentando a presença de um sujeito em tal estrutura. Nesse ponto, avançamos para pensar o lugar da transferência no tratamento, considerando que o psicótico padece de suas certezas. Desse modo, o *sujeito suposto saber*, fundamental na clínica das neuroses, aqui deve ser evitado para que o analista não encarne aquele que sabe tudo e toma o sujeito como objeto. O manejo deve orientar-se para que o analista ocupe a função de *secretário do alienado*, colocando-se como testemunha da relação do sujeito com o Outro e auxiliando-o a barrar o gozo invasivo do Outro. É uma posição esvaziada de saber, que permite acompanhar o sujeito, acolhendo sua fala *ao pé da letra* e recolhendo seus efeitos.

Utilizamos os textos de Elena publicados no jornal, todos assinados e alguns intitutados de Cartas, e que de fato foram endereçados. Observamos que, por meio de

seus escritos, ela pôde dizer de um saber sobre a sua experiência, sua vida e sofrimento, fazendo-os circularem no âmbito do Hospital – espaço em que se queixava de não ser ouvida. Também destacamos os conflitos que a paciente estabelece com o Instituto de Psiquiatria e com o saber médico. Elena designa a analista como “mediação”, como uma espécie de anteparo eleito por ela, convocando-a a intervir, por diversas vezes, com a sua presença, na relação com a médica. Concomitantemente, Elena passa a frequentar um centro espírita, onde recebe passes e comunicações pela interseção de médiuns – igualmente na função de mediadores; porém, neste caso, entre ela e a mãe, já falecida.

Concluimos que, ao se dizer possuída por um espírito selvagem, Elena nos testemunha uma relação com o Outro sem mediação, sem dialética, e que o seu pedido de atendimento incide exatamente nesse ponto: uma saída para tratar o Outro, construindo alguma barreira à sua invasão. Seu pedido se estabelece através do endereçamento de seus escritos e de sua fala. Desse modo, da posição de *secretários do alienado*, acusamos recebimento, atestando seu valor de escritura e conferindo uma espécie de validação de sentido às suas construções. Entendemos tal escrita como tendo sido forjada através de restos, como uma montagem que, por encadeamento, permitiu novas formas de laço social. No caso de Elena, sua invenção incluiu a analista em uma espécie de confecção compartilhada, tanto pela feitura do *Testamento da Memória* quanto pelo recurso à *mediação* e ao endereçamento de seus trabalhos, que incluem uma leitura.

Especificamos que o pedido de leitura em que apostamos como direção de tratamento, tem menos a ver com a compreensão dos textos, do que a escrita como trabalho. Diz mais do seu fazer do que do seu conteúdo. Com Laurent, avançamos para marcar – como um ato analítico – a importância da introdução do sujeito no texto produzido por ele. O autor enfatiza a leitura como ficção, tomando-a como um modo urdido pelo sujeito para promover um esvaziamento de gozo. Ele aproxima o ato de esvaziar à própria lógica de funcionamento da psicanálise.

Consideramos valiosa sua contribuição para o trabalho, ao localizar uma permeabilidade entre letter (carta, letra) e litter (lixo), já pontuado por Lacan e recolhido da obra de Joyce. Com essa aproximação, diz do trabalho do analista como uma aposta de tomar a letra como um lixo, um resto, sendo possível, conferir-lhe um destino, uma espécie de se deixar perder. Destaca o lugar de *secretário do alienado*

para além de tomar notas; agora com a função de acolher, recolher e “*despachar as cartas*”.

Retomamos a dimensão de enigma, abordada no capítulo anterior, e prosseguimos para acompanhar Lacan em sua proposição de que o enigma é uma enunciação sem enunciado, destacando Joyce como o “*escritor por excelência, de enigmas*”. Tal passagem nos permite caminhar para pensar na dimensão de ato do analista, no acolhimento feito da fala de Elena, que a tomou como uma enunciação. Acreditamos que, ao sustentar o enigma ao lado de Elena e o não-saber ao lado da analista, possibilitou-se uma modulação na sua certeza de ser possuída e uma abertura para que tal fala fosse encadeada com uma história e a outros significantes.

Chegamos, então, a um momento significativo, com o anúncio de um obstáculo ao seu tratamento e o que nos levou a pensar sobre aquilo que é incurável e que nos convoca a uma posição ética na clínica. Elena diz: “*Eu não vou largar o osso*” – sustentando, com isso, um outro dizer sobre si: “*Eu sou louca*”. Nós acolhemos tais falas como uma enunciação e a indicação de um ponto limite ao trabalho.

Nesse instante, para auxiliar em nossa travessia, recorreremos ao uso que Miller faz do poema **No meio do caminho**, de Drummond, para pensar no que se reduz de uma experiência analítica. Ele localiza na *pedra no meio do caminho* do verso, uma alegoria a respeito do que se coloca como obstáculo em um tratamento. A repetição dos versos é uma resposta à presença da “*pedra intransponível*” e acaba por conferir à mesma, um lugar de “*obstáculo fundamental*”, que “*obriga o sujeito da enunciação a repetir*”. O autor introduz uma dialética entre pedra e caminho, o que leva a concluir que, se a pedra, como obstáculo, é aquilo que obriga a repetição, ela também é o que permite que o sujeito possa perceber-se em um caminho – a pedra é parte do caminho da fala do sujeito. Miller destaca que apenas a experiência da análise permite que o sujeito possa estar percorrendo tal via. Ele aproxima a pedra, o osso, ao *objeto a*.

O chamado “*último obstáculo do caminho*” na neurose, encontra-se no rochedo da castração – essa grande rocha – e todo o trabalho de análise gravita em torno dele. De modo diferente, na psicose, o incurável estaria na forclusão do Nome-do-Pai, sendo o trabalho clínico uma tentativa de modalizar o gozo que acossa o sujeito. Com isso, longe de pretender fechar a questão do *osso*, que Elena anuncia, podemos aproximá-lo da pedra de Drummond, para apostar que concerne ao caminho que a paciente ousou trilhar, ao endereçar-se ao trabalho e implicar-se em sua fala.

Ao dizer “*Eu sou louca*”, Elena inventa uma nomeação, através da qual nos orienta em sua lou(cura), como uma cura possível a ela. Entendendo que tal nomeação é o seu tratamento, foi possível lhe assegurar tal caminho, ao dizer que há tratamento, há trabalho a fazer, mas ele não visa curá-la de si.

Nesse final, sobre o trabalho possível na psicose, fomos instigados a investigar a função do desejo do analista para fazer operar a clínica. Pontuamos a indicação de Lacan, ao reafirmar tal desejo a um efeito da análise, diferenciando-o da demanda de “ser analista”. É um desejo que se sustenta pelo vazio de saber *a priori*, possibilitando que o saber se localize ao lado do sujeito. Freud vai sinalizar como um “*amor à verdade*” e que podemos somar a esse “saber-não-saber”, que suscita um campo de invenção. Dessa forma, a escrita com a letra, empreendida pelo sujeito, não é em si mesma, sendo necessário que haja um endereço para que chegue a um destinatário e que possa, enfim, ser lida.

Com tudo o que foi dito, também posso dizer que enderecei a minha escrita à clínica, ao desejo de aprender e alcançar alguma transmissão. Termino com a impressão de que muito faltou por dizer e que aspectos poderiam ter sido mais bem explorados, como a questão do gozo e do *objeto a*, na psicose, assim como a do nó como uma escrita do sujeito, por seu modo de amarração. São questões que restaram, mas que convocam a um desdobramento dessa escrita, a uma reescritura e novos caminhos.

Há estrada...

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, E. “Estabilizações”, in Revista Curinga, nº14, p.18-23. Belo Horizonte: 2000.

ANDRADE, C.D. Antologia Poética. 40 ed. São Paulo: Record, 1998.

BARROS, M. Poesia Completa. 1 ed. São Paulo: Leya, 2010.

FIGUEIREDO, A. C. Vastas Confusões e Atendimentos Imperfeitos. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará:1997.

FIGUEIREDO, A. C, GUERRA, A.M.C & DIOGO, D.R. A prática entre vários uma aplicação da psicanálise a trabalho em equipe na atenção psicossocial. In: Bastos, A (Org.) Psicanalisar Hoje. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

FREIRE, A. B. “Considerações sobre a letra: a psicose em questão”, in <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279721999000300003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 20 de janeiro de 2017.

FREUD, S. Edição Standard Brasileira de Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB), Rio de Janeiro: Imago, 2006 – 24 vols.

_____. (1894) As neuropsicoses de defesa, vol. III, p. 51-72.

_____. (1895) Projeto para uma psicologia científica, vol. I, p.335 -454.

_____. (1895) Carta 52, vol. I, p. 281-287.

_____. (1895) Rascunho H: paranoia, vol. I, p. 253-259.

_____. (1896) Rascunho K: as neuroses de defesa, vol. I, p. 267-276.

_____. (1896) Observações adicionais às neuropsicoses de defesa, vol. III, 163-183.

_____. (1900) A interpretação dos sonhos, vol. I, p. 15-363.

_____. (1912) Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia, vol. XII, p.15 -89.

_____. (1914) Sobre o narcisismo: uma introdução, vol. XIV, p. 77-108.

_____. (1918) História de uma neurose infantil, vol. XVII, 15-129.

_____. (1920) Além do princípio do prazer, vol.XVIII, p.13-75.

_____. (1921) Psicologia de grupo e análise do ego, vol. XVIII, p. 79-154.

_____. (1924) A perda da realidade na neurose e na psicose, vol. XIX, p. 205-209.

_____. (1925) Uma nota sobre o bloco mágico, vol.XIX, p.253-259.

_____. (1933) Conferência XXXIV, vol.XXII, p.135-154.

_____. (1937) Análise terminável e interminável, vol.XXIII, p.225-270.

LACAN, J. “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” in Escritos (1953). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

_____. O seminário, Livro 3 – As psicoses (1955-56). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

_____. O seminário, Livro 5 – As formações do inconsciente (1957-58). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. O seminário sobre “A carta roubada” (1957/1998) in: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 11-66.

_____. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957-66) in: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da Psicose (1957-58/1998) in: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 537-590.

_____. (1961-2) O Seminário, livro 9 - A Identificação. Seminário Inédito.

_____. (1961-2) Lição 06/01/65, in Problèmes cruciaux pour la psychanalyse, <http://www.valas.fr/IMG/pdf/S12_PROBLEMES.pdf>

_____. O seminário, Livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. Apresentação das Memórias de um doente dos nervos (1966) in: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 219-223.

_____. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola (1967) in: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 248-264.

_____. O seminário, Livro 17 – O avesso da psicanálise (1969-70). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

_____. O seminário, Livro 20 – Mais, ainda (1972-73). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. A Terceira (1975/2009) in: Actas de la Escuela Freudiana de París, <<http://www.lacanterafreudiana.com.ar/2.5.1.35%20%20LA%20TERCERA.pdf>>

_____. (1975-76). O Seminário livro 23, O Sinthoma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

LAURENT, E. Versões da Clínica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

MILLER, J-A. La conversation d’Arcachon. Cas rares: les inclassables de la clinique. Paris: Seuil, 1997.

_____. A invenção psicótica. In: Opção lacaniana, n. 36. São Paulo: Eólia, 2003. p. 6-16.

_____. A invenção do delírio (1995). In: El saber delirante. Buenos Aires: Paidós, 2005.

_____. O osso de uma análise. Rio de Janeiro Jorge Zahar, 2015.

QUINET, A. Teoria e clínica da psicose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. Psicose e laço social – Esquizofrenia, Paranoia e Melancolia, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 2006.

STEVENS, A. Points d'ancrage sans le père. In Poits d'Ancrage: La creation de repères subjectifs en institution. Le feuillets du Curtil. IV journées du R3, n. 18/ 19. Bélgica: Abril: 2000.